



RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2017

ESPÍRITO SANTO
2017

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 16ª REGIÃO-ES

Relatório de Gestão do Exercício de 2017

Relatório de Gestão do Exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal; elaborado de acordo com as disposições IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 161/2107, DN TCU nº 163/2017, da Resolução TCU nº 65/2018 e das orientações do Conselho Federal de Psicologia.

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão – (CRP 16)

LISTA DE SIGLAS PRINCIPAIS

APAF – Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças
CATE – Comissão de Análise para a Concessão do Título Profissional de Especialista
CDH – Comissão de Direitos Humanos
CEMAI – Comissão Externa de Monitoramento e Avaliação Institucional
CFP – Conselho Federal de Psicologia
CNP - Congresso Nacional de Psicologia
COE – Comissão de Orientação e Ética
COF – Comissão de Orientação e Fiscalização
COMICOM - Comissão de Comunicação
COREP – Congresso Regional de Psicologia
CPD – Código de Processamento Disciplinar
CPOPS - Comissão de Políticas Públicas e Sociais
CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
CRP 16 – Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região
CS – Comissão de Saúde
PE – Planejamento Estratégico

ÍNDICE DE TABELAS PRINCIPAIS

Tabela 1: Breve descrição das ações propostas pela gestão do V Plenário

Tabela 2: Informações sobre as (os) Conselheiras (os) V Plenários do CRP 16

Tabela 3: Critérios e valores para pagamento de ajuda de custo, diária e quilometragem

Tabela 4: Da força de Trabalho

Tabela 5: Relação de Empregados Efetivos

Tabela 6: Relação de Empregados Temporários

Tabela 7: Relação de Empregados Comissionados

Tabela 8: Relação de Estagiários

Tabela 9: Cobertura de Eventos

Tabela 10: Dados CATE

Tabela 11: Detalhamento de pedidos de título profissional de especialista

Tabela 12: Representações em órgãos de controle social

Tabela 13: Demonstrações Contábeis

Tabela 14: Comparativo do desempenho financeiro do exercício

Tabela 15: Pessoa Física

Tabela 16: Pessoa Jurídica

Sumário

APRESENTAÇÃO	6
VISÃO GERAL: FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	8
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	9
Propostas	14
CONTEXTUALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO	15
GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	27
Relação de Conselheiras (os) do CRP-16.....	28
Ocorrências relacionadas às (aos) conselheiras (os) do CRP 16 no exercício 2017:	29
Remuneração paga às (aos) Conselheiras (os) e Membros da Diretoria	29
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	38
DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	80
Auditoria.....	90
Portal da Transparência.....	90
Outras Informações relevantes.....	91
Anexos.....	93

APRESENTAÇÃO

O presente relatório se destina à prestação de contas do Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região/ES ao seu órgão público de controle e fiscalização, o Tribunal de Contas da União. Para além dos órgãos de controle fiscal, tal documento também cumpre a função de informar à sociedade sobre as ações realizadas por esta entidade.

Neste direcionamento, a redação textual foi produzida intentando facilitar ao leitor a compreensão dos dados expostos, em conformidade com o que apregoa a Lei ° 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI).

Este documento está, portanto, dividido em 09 (nove) seções, nas quais estão expostas de maneira acessível e de fácil compreensão as finalidades, competências, metas e resultados alcançados por esta entidade, tanto de cunho político quanto financeiro, durante o Exercício Fiscal de 2017.

A seção Visão Geral apresenta ao leitor uma breve relato sobre a trajetória do CRP-16, abarcando principalmente suas competências legais enquanto instituição de direito público.

No tópico Planejamento Organizacional e Resultados, o leitor encontrará a descrição dos dados referentes ao planejamento organizacional embasado no Planejamento Estratégico realizado e aos resultados do desempenho orçamentário e operacional do V Plenário CRP-16 no que tange ao ano de 2017.

Em Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos são expostas informações sobre o quadro de gestores da entidade, bem como as principais ocorrências que incidiram sobre o rol de membros no ano de 2017. Nesta seção o leitor também encontrará notas explicativas sobre os tipos de remuneração pagas às (aos) Conselheiras (os), membras (os) ou não da Diretoria.

Na seção Áreas Especiais da Gestão é apresentada uma série de tabelas informativas dispondo sobre o quadro funcional, remuneração e forma de ingresso na entidade.

As principais atividades das Comissões do CRP 16 estão descritas no tópico Relacionamento com a Sociedade. Nele é abarcado o trabalho das Comissões Internas e Grupos de Trabalho do CRP 16, tratando-as como importante estratégia de aproximação entre a sociedade, as (os) Psicólogas (os) e seu Conselho de Classe.

Por conseguinte, o Desempenho Financeiro do CRP 16 foi explicitado por meio de demonstrações contábeis elaboradas. Estes dados cumprem as normas contábeis adotadas no Brasil, bem como as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.

O exercício de 2017 apresentou um aumento de R\$ 125.854,43 nas suas despesas e um aumento de R\$ 332.845,36 na arrecadação. O período de maior arrecadação do

Conselho se dá no início do ano, ocasião em que muitas (os) psicólogas (os) optam pelo pagamento da anuidade com descontos cota-única. Durante o ano são realizadas duas cobranças para os psicólogos que não pagaram a anuidade corrente. Cumpre informar que, o montante recebido no início do ano custeia uma grande parte de todos os gastos anuais.

Durante a seção Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle são justificadas as ações da entidade perante seus órgãos fiscais. Ressalta-se que o CRP 16 busca seguir todas as determinações e recomendações exaradas em acórdãos do Tribunal de Contas da União que se aplicam a sua rotina administrativa, financeira e contábil. Todavia, a entidade não dispõe de unidade de Controladoria Interna.

Em conclusão, o encerramento deste relatório se dá pela breve apresentação dos dados referentes às Dívidas Ativa e Executiva no tópico Outras Informações Relevantes.

VISÃO GERAL: FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

O Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região/ES é uma autarquia federal, entidade de direito público, dotada de natureza jurídica e registrado sob CNPJ 06.964.242/0001-81. O objetivo desta entidade é, privativamente, orientar, normatizar, fiscalizar e disciplinar a profissão de psicóloga (o), bem como zelar pela fiel observância dos princípios éticos e, por fim, contribuir para o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e profissão. Além das funções descritas, cabe ao CRP-16 funcionar como tribunal regional de ética profissional.

A 16ª Região foi instituída em 06 de janeiro de 2004 pela Resolução CFP 001/2004, em consideração à necessidade de maior descentralização da gestão do CFP, intentando proporcionar a mobilização e participação dos profissionais do Espírito Santo. Em setembro de 2004 o CRP-16 iniciou suas atividades, deixando a condição de seção vinculada ao Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região/MG.

O CRP 16 integra o Sistema Conselhos de Psicologia, cujo órgão máximo de deliberação é o Conselho Federal de Psicologia (CFP). Tal sistema tem marco legal a partir do Decreto nº 79.822 de 17 de junho de 1977 que regulamenta a Lei nº 5.766, de dezembro de 1971, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências.

O rol de membros dos Conselhos Regionais (CR's) é composto por conselheiras (os) eleitas (os) em Assembleia Eleitoral, com mandato em triênio, sendo que a última eleição se deu em 2016, sendo a nova gestão para o triênio 2016/2019.

Cumprir informar que O CRP 16 desenvolve um conjunto de ações de cunho político, que visam fortalecer determinadas lutas sociais, principalmente aquelas relacionadas aos Direitos Humanos, área esta na qual a psicologia está inserida direta e indiretamente – se consideramos o cenário macropolítico. O reconhecimento da atuação das (os) profissionais Psicólogas (os) pela sociedade também é pauta deste CR (e do Sistema Conselhos, como um todo).

Para que tais ações adquiram caráter de legitimidade e, portanto, representem os interesses da categoria profissional, os plenários do CRP 16 tem adotado a postura de manter parte de suas comissões abertas à participação da sociedade. Esta atitude amplia canais de relacionamento e, em longo prazo, tem agido como uma medida educativa e preventiva, sobretudo no que concerne à visão dos as (os) Psicólogas (os) mediante as funções das Comissões de Orientação, Fiscalização e Ética.

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Esta seção se destina a apresentar dados referentes ao planejamento organizacional e aos resultados do desempenho orçamentário e operacional do CRP 16 durante a gestão do V Plenário no ano de 2017.

Da Construção do Planejamento Estratégico

O método utilizado para a elaboração do planejamento para a gestão do V Pleno foi distribuído em três fases, apresentadas a seguir:

1. Diagnóstico Institucional

Nesta etapa, cada comissão que compõe o CRP 16 empreendeu um levantamento das ações realizadas ao longo de gestões anteriores, visando analisar a pertinência de continuidade em algumas destas e sua articulação com as deliberações do IX CNP.

Em seguida, foi produzido um diagnóstico institucional, subdividindo-se em dois níveis, a saber: administrativo (voltado para as dinâmicas internas do CRP 16) e político (voltado para as relações ético-políticas tecidas entre CRP 16 e a categoria profissional de Psicólogas (os) da 16ª Região/ES).

Para a construção do diagnóstico no que tange ao nível administrativo, o V Plenário fez uso da Matriz SWOT para identificar as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças presentes no cotidiano da instituição.

Neste dispositivo, as **forças** são compreendidas como características internas da organização, materiais ou não, que podem ser aproveitadas para otimizar seu desempenho. As **oportunidades** são aspectos externos, atuais ou futuros que, se adequadamente aproveitados pela organização, podem influenciá-la positivamente. As **fraquezas** são características internas da organização que devem ser reduzidas ou eliminadas para evitar influência negativa sobre seu desempenho. As **ameaças** são situações externas, atuais ou futuras que, se não equacionadas, minimizadas ou evitadas pela organização, podem afetá-la negativamente.

Estes aspectos foram pensados por Conselheiras (os) e Servidoras (es), divididos em três grupos, tendo como norteadores 4 eixos principais. São eles:

1. Relação do CRP 16 com a categoria
2. Relação do CRP 16 com as instâncias políticas (articulação com outras organizações)
3. Organização interna e fluxos de trabalho
4. Administrativo e financeiro

Os resultados apontados pelos grupos foram:

1º EIXO - Relação do CRP 16 com a categoria

FORÇAS:

- Proposta de gestão democrática e transparente do V Plenário;
- Assessoria de comunicação/redes sociais;

- Potencializar a solenidade de entrega de carteiras profissionais;
- Credibilidade com a sociedade/estudantes;
- COF/COE: mudança na forma de atuação com as (os) Psicólogas (os), mudança nos processos de trabalho
- Empenho em estabelecer parcerias para compor a gestão;
- Histórico de militância pelos conselheiros, que inspira credibilidade pela categoria.

OPORTUNIDADES:

- Mídia espontânea;
- Aproximação com o CFP;
- Alteração nas resoluções da COE, com a introdução da mediação.
- Articulação com o Sindicato.

FRAQUEZAS:

- Recurso humano insuficiente;
- Atendimento ao público deficitário;
- Atendimento às demandas da categoria;
- Dados cadastrais desatualizados, que limitam o acesso do conselho à categoria;
- Dependência do dispositivo de mailing para a comunicação;
- Valor da anuidade;
- Falta de transparência como princípio da administração pública;
- Formato atual das Assembleias (limita participação e formas de proposição);
- Afastamento da categoria pelo histórico da COF (conduta polícial e foco na fiscalização);
- Não compreensão das atribuições do Conselho por parte da categoria.

AMEAÇAS:

- Ausência de ações de interiorização;
- Ausência de ações em parceria com as IES;
- Distanciamento de outros Conselhos Profissionais;
- Falta de credibilidade do CRP junto aos profissionais;
- Informações equivocadas sobre o trabalho do Conselho;
- Inadimplência
- Precarização no trabalho as (os) Psicólogas (os).

2º EIXO: Relação do CRP 16 com as instâncias políticas

FORÇAS:

1. Busca da aproximação do SINDPSI e CRESS
2. Aproximação dos estudantes
3. Aproximação dos movimentos sociais
4. Posicionamento político;
5. Conselheiros terem atuação profissional diversificada;

OPORTUNIDADES:

1. Reconhecimento dos órgãos de controle social
2. ½ Aproximação com as IES de Psicologia;
3. Alinhamento com a atual gestão do CFP;
4. Reaproximação com o Sindicato dos Psicólogos;

FRAQUEZAS:

1. Afastamento das instituições de nível superior
2. O afastamento do CRP, dos órgãos e instituições públicas
3. Falta de RH*
4. Afastamento das instituições de psicanálise*

AMEAÇAS:

1. Cenário político
2. Conservadorismo de parte da categoria
3. Crise política e econômica;

3º EIXO: Organização interna e fluxos de trabalho

FORÇA:

- Acordo coletivo de trabalho;
- Salário e benefícios;
- Recurso financeiro destinado para recursos humanos.

FRAQUEZA:

- Dificuldade de mobilidade da equipe (carro para o transporte);
- Rotatividade;
- Distribuição do organograma institucional inadequada;
- Inexistência de padronização para fluxo de trabalho;
- Falta de comunicação;
- Práticas autoritárias e relações de poder desiguais;
- Ausência de transparência;
- Falta de efetividade das respostas às demandas;
- Cadastro desatualizado dos profissionais;
- Ausência de identificação de prioridades e metas;
- Falta de capacitação da equipe;
- Desarticulação dos setores;
- Ausência de gestão participativa;

AMEAÇA:

- Redução de receita (inadimplência e aumento de cancelamento de registro);
- Preocupação com o retorno do modo de gestão anterior.

4º EIXO: Administrativo financeiro

FORÇAS:

- Participação ativa da equipe na construção de estratégias para saída da crise

OPORTUNIDADES:

- Busca por novos modos de gestão e reorganização das relações a partir da escassez de recursos

- Apoio do CFP

FRAQUEZA:

- Captação de recurso;
- Necessidade de implementação de multas;
- Falta de capacitação da equipe;
- Falta de comunicação entre funcionários e gerência, retorno das demandas;
- Necessidade de concurso público para cargos técnicos.

AMEAÇAS:

- Inadimplência
- Aumento dos cancelamentos

Diálogo com a Categoria

A etapa política deste diagnóstico ocorreu via Assembleia Geral Extraordinária das (os) psicólogas (os) da 16ª Região/ES, ocorrida no dia 10 de junho do ano de 2017. Na oportunidade, o V Plenário apresentou o plano de trabalho das comissões abertas e internas.

Em regime de votação foi apresentada a proposta de criação de uma comissão externa, formada por Psicólogas (os) inscritas (os) e ativas (os), que realizará o monitoramento institucional da autarquia. Assim sendo, a Comissão Externa de Monitoramento e Avaliação Institucional – CEMAI – foi aprovada por unanimidade e composta por cinco membras (os). A definição da Comissão aconteceu após o Conselho apresentar o diagnóstico institucional. Os trabalhos desta comissão são definidos por suas (seus) membras (os), sem interferência das (os) Conselheiras (os) do V Plenário.

Monitoramento e Avaliação:

A terceira etapa do Planejamento Estratégico tem caráter contínuo e consistirá no monitoramento e avaliação dos indicadores elencados, quando da construção do plano plurianual.

Foram estabelecidos como de encargo da Gerência de Políticas e Gestão de Pessoas e da Coordenação Administrativa Financeira o recebimento e análise de relatórios produzidos mensalmente pela equipe técnica e administrativa, bem como a proposição de intervenções sobre o processo de trabalho no Conselho.

À Assessoria de Comunicação do CRP 16 caberá a divulgação de matérias que facilitem o acompanhamento da gestão, por parte da categoria. Esta decisão visa fortalecer o caráter transparente e democrático da administração da autarquia.

O V Plenário procederá avaliações anuais dos indicadores e informará à categoria em Assembleia de Prestação de Contas. Tais dados também serão registrados no Relatório de Gestão da entidade, encaminhado ao Tribunal de Contas da União e ao Conselho Federal de Psicologia.

Um mapa foi traçado, subproduto da realização do Planejamento Estratégico, e por meio dele foi possibilitada a elaboração de diretrizes estratégicas para o triênio 2016-2019. Salienta-se que o compromisso do V Plenário é a busca pela excelência operacional desta autarquia e o estreitamento do relacionamento entre conselho de classe, categoria e sociedade.

Salienta-se que todo processo de construção das estratégias de gestão para o CRP 16, desde as propostas de campanha à efetivação dos planos de trabalho, é perpassado pelos eixos e deliberações do IX Congresso Nacional de Psicologia.

No nível estratégico, as diretrizes de participação de instâncias deliberativas, criação de dispositivos de transparência político-administrativa e fortalecimento da Psicologia como área de conhecimento científico e profissional, estão intimamente relacionadas com o eixo “Organização democrática do Sistema Conselhos e aperfeiçoamento das estratégias de diálogo com a categoria e sociedade”.

O nível tático incide diretamente sobre o eixo que visa “Contribuições éticas, políticas e técnicas do processo democrático e de garantia de direitos”. Por meio de suas Comissões (permanentes e especiais), o CRP16 afirma posicionamentos ético-políticos em favor da Psicologia brasileira, dos em defesa direitos humanos fundamentais e dos interesses da sociedade na qual está inserido.

Já o nível operacional abrange o terceiro e último eixo do IX CNP, a saber: “Ampliação e qualificação do exercício profissional no Estado de garantia de direitos”. Por meio de ações de orientação, fiscalização e disciplina, o CRP16 promove a qualificação da psicologia, conduzindo ao zelo pelos princípios éticos da profissão.



Neste direcionamento, as diretrizes do V Plenário para a gestão do Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região/ES são:

- Promover, por meio de suas comissões, a abertura ao diálogo com a categoria profissional de Psicólogas (os), fortalecendo a atuação intransigente para com a defesa dos Direitos Humanos, das Políticas Públicas e Sociais;
- Produção de dados científicos acerca das diversas áreas de atuação da (o) profissional Psicóloga (o), de modo a impulsionar o crescimento da Psicologia enquanto ciência e profissão;
- Promover a descentralização das ações políticas do CRP 16, prezando pela participação das (os) Psicólogas (os) residentes e atuantes nos municípios do interior do estado do Espírito Santo;
- Participação ativa nos órgãos e espaços de garantias de direitos;
- Construção de dispositivos que engendrem e sustentem um processo de gestão democrática da autarquia;
- Transparência nas ações políticas e administrativas;
- Promover capacitação e aperfeiçoamento das (os) servidoras (es) da autarquia;
- Contribuir na formação quanto à ética e orientação profissional das (os) Psicólogas (os), desde o período da Graduação em Psicologia;
- Assertividade na elaboração do planejamento orçamentário da autarquia, de modo a evitar a prática de transposições orçamentárias.
- Redução da taxa de inadimplência de profissionais Psicólogas (os) inscritas (os) do CRP 16;
- Aperfeiçoar o processo de trabalho por meio de uma política de gestão de pessoas horizontalizada e participativa;
- Compartilhar, por meio de Ciclos de Orientação, conhecimentos acerca das atividades desenvolvidas pelo Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região.

Propostas

O V Plenário do CRP16/ES apresentou à categoria profissional e a sociedade civil as ações propostas pelo referido Regional na ocasião da realização do Planejamento Estratégico para o triênio 2016-2019. E seguiram os eixos temáticos abaixo descritos, conforme propostas estabelecidas no 9º Congresso Nacional de Psicologia:

Eixo 1: Organização democrática do Sistema Conselhos e aperfeiçoamento das estratégias de diálogo com a categoria e sociedade;

Eixo 2: Contribuições éticas, políticas e técnicas ao processo democrático e de garantia de direitos;

Eixo 3: Ampliação e qualificação do exercício profissional no Estado de garantia de direitos

Para mais informações, acessar: <http://9cnp.cfp.org.br/wp->

[Content/uploads/sites/20/2016/02/CFP_CadCNP_Deliberacoes_WEB.pdf](http://9cnp.cfp.org.br/wp-Content/uploads/sites/20/2016/02/CFP_CadCNP_Deliberacoes_WEB.pdf)

CONTEXTUALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO

No Sistema Conselhos de Psicologia é prática consolidada que o Planejamento Estratégico aconteça a cada mudança de Plenário, marcando o início de mandato de uma nova gestão. Durante o P.E foram elencados os objetivos, as metas, as ações e as políticas que devem ser priorizados (as) e aplicados (as) pela nova gestão para o triênio subsequente, e assim contribuir para um projeto coletivo, democrático e transparente. O referido planejamento constitui-se como um elemento primordial para a elaboração do orçamento anual da entidade, além de atuar como o Plano Plurianual, elencando as diretrizes a serem seguidas pelo Plenário.

Ressalta-se que o CRP16 goza de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, nos termos do art. 150 da Constituição Federal Brasileira de 1988. A título de informação, é a Resolução nº 010/2007-CFP que institui os procedimentos administrativos, financeiros e contábeis dos Conselhos de Psicologia para adequação de normas internas da entidade.

O ingresso principal de todo recurso financeiro do CRP 16 é oriundo das arrecadações de anuidades de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas. Isto é, as (os) profissionais Psicólogas (os) e as empresas que prestam serviços na área da Psicologia, são registradas (os) neste conselho de classe e contribuem com o tributo para manutenção da entidade. Outro modo de receita advém das taxas cobradas sobre determinados serviços prestados ao público do CRP 16, a saber: taxa de inscrição e reativação das Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas; taxa para emissão de 2ª via da Carteira Profissional; taxa para envio de mala direta; taxa para emissão de 2ª via de Certificado de Pessoa Jurídica; e, por fim, multas e juros decorrentes de pagamentos em atraso, e receitas diversas. Além do exposto, o percentual de 25% do produto de arrecadação das anuidades e dos serviços prestados é repassado ao Conselho Federal de Psicologia (CFP).

A seguir será apresentado um resumo dos resultados alcançados pelo CRP 16 no exercício 2017. Para facilitar a leitura e compreensão dos dados, os mesmos serão demonstrados por meio de tópicos.

a) Registro e elaboração das peças contábeis:

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei nº 4.320/64 e as Normas Brasileiras de Contabilidade, com vistas à convergência dessas normas as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, explanadas nos Manuais publicados no site da Secretaria do Tesouro Nacional, e dentro dos Princípios Contábeis aceitos.

b) Anuidades do exercício e exercícios anteriores:

Em 2017 foram apropriados nas contas de Anuidade do Exercício Pessoa Física e Pessoa Jurídica os valores orçados nas respectivas rubricas:

- Pessoa Física: R\$ 2.036.288,00

- Pessoa Jurídica: R\$ 151.810,00

Os saldos restantes das Anuidades de 2016 foram transferidos para as contas de Anuidade de Exercícios Anteriores Pessoa Física e Pessoa Jurídica:

- Pessoa Física: R\$ 363.675,20

- Pessoa Jurídica: R\$ 14.626,51

No decorrer o exercício de 2017 foram apropriados e baixados valores conforme levantamento do conselho

- Pessoa Física do Exercício: R\$ 151.451,21 (apropriado) e R\$ 69.373,79 (baixados)

- Pessoa Jurídica do Exercício: R\$ 12.879,61 (apropriado) e R\$ 5465,29 (baixados)

- Pessoa Física Exerc. Anteriores: R\$ 80.308,25 (baixados)

c) Dívida Ativa:

Em 2017 foram apropriados Dívida Ativa Administrativa conforme levantamento jurídico que apurou os valores abaixo:

- Dívida Ativa Administrativa R\$ 80.308,25 (apropriado)

d) Quota-parte:

A quota-parte/revista do CRP16/ES destinada ao CFP referente ao exercício de 2017 totalizou um valor de R\$ 487.285,81, tendo sido repassado automaticamente o valor de R\$ 469.405,40. Restando um saldo de R\$ 17.880,41 a repassar devido a recebimentos através de depósito e adequação ao sistema de boletos registrados.

e) Controle Bancário:

As contas bancárias do CRP16/ES foram alvo de criteriosa conferência, por ocasião dos fechamentos dos balancetes mensais, visando à perfeita e correta conciliação bancária.

Encerrando o exercício com os saldos abaixo:

- Banco do Brasil C/C 0100063	R\$ 2.993,20
- Banco do Brasil C/C 0100058	R\$ 16.805,08
- Banco do Brasil C/C 0100064	R\$ 90,64

f) Aplicações Financeiras:

Os recursos disponíveis foram aplicados em Renda Fixa, seguindo os preceitos legais. Encerrando o exercício com o saldo abaixo.

- Fundo de Investimento S Publico Clássico Banco do Brasil R\$ 84.352,17

g) Impostos a recuperar:

Existem registros de impostos pagos indevidamente ou em duplicidade que estão em processo de restituição e compensação conforme abaixo:

IMPOSTOS A RECUPERAR	VALOR
CONTR. ASSIST. DESC. 02/2015 - pagto indevido	15,11
ISS S/ NF 1408 ROGERS RAIMUNDO 05/2016 - pago em duplicidade	10,95
ISS S/ NF 11163 IDERA 09/2016 - pago em duplicidade	11,04
RET. FAT. 139966 CORREIOS 09/2017 - pago em duplicidade	79,00
RET. NF 1.569.669 ESCELSA 09/2017 - nota fiscal substituída (indevido no DARF 44,58)	3,90

RET. NF 1.569.669 ESCELSA 09/2017 - NF substituída (indevido e em dupl. no DARF 50,00)	3,90
RET. NF 1.366.551 ESCELSA 08/2017 - NF substituída (indevido no DARF 50,00)	4,15
RET. NF 316785 ESCELSA 10/2017 - NF substituída (indevido no DARF 58,96)	4,33
	132,38

h) Devedores da Entidade:

Foi solicitado pelo CRP 16 o reembolso dos valores referentes a pagamentos a maior ou indevidos, a saber:

ANTECIPAÇÃO A FORNECEDOR	VALOR
NF 25368 VETOR - pago a maior (Ret ISS) 04/2016	20,00
NF 1118 PRINTESPAÇO - pago a maior (Ret ISS) 10/2017	4,26
NF 1118 PRINTESPAÇO - pago a maior (Ret ISS) 12/2017	18,03
	42,29

OUTROS CRÉDITOS	VALOR
PAGTO NF 305 MOACIR ALVES PROD. - a maior (RET) 10/2014	15,92
PAGTO NF 4018 GM GRÁFICA - a maior (RET) 02/2016	17,31
RPA 10/2016 IRENE LOPES CH 853702 - pagto duplicidade 10/2016	50,00
	83,23

HOTEL MINUANO	VALOR
NF 26619 (Pagto a maior - RET) 03/2013	13,23
	13,23

ESCELSA	VALOR
NF 1496314 CONTA 08/2011 - Cobrança Indevida 03/2016	53,37
NF 1496313 CONTA 12/2013 - Cobrança Indevida 03/2016	3.345,54
Compensado NF 525312 Conta 03/2016	(131,88)
Compensado NF 1537635 Conta 04/2016	(118,54)
Compensado NF 1522998 Conta 05/2016	(103,96)
Compensado NF 1526985 Conta 06/2016	(95,96)
Compensado NF 1513136 Conta 07/2016	(84,02)
Compensado NF 1534265 Conta 08/2016	(100,68)
Compensado NF 1517826 Conta 09/2016	(96,53)

Compensado NF 1543472 Conta 10/2016	(93,55)
Compensado NF 1320270 Conta 11/2016	(92,86)
Compensado NF 1553517 Conta 12/2016	(111,23)
Compensado NF 1556613 Conta 01/2017	(139,49)
Compensado NF 1563365 Conta 02/2017	(103,21)
Compensado NF 1547207 Conta 03/2017	(141,73)
Compensado NF 1578983 Conta 04/2017	(86,22)
Compensado NF 1590779 Conta 05/2017	(58,55)
Compensado NF 1589132 Conta 06/2017	(80,35)
Compensado NF 1589939 Conta 07/2017	(67,68)
Compensado NF 757747 Conta 08/2017	(75,94)
Compensado NF 757748 Conta 09/2017	(72,05)
Compensado NF 757749 Conta 10/2017	(80,91)
Compensado NF 1.647.625 Conta 11/2017	(86,46)
Compensado NF 1.631.936 Conta 12/2017	(93,68)
	1.283,43

Valores pagos referentes a juros foram lançados na conta de Devedores da Entidade, para que se apurado o responsável e providenciado reembolso ao conselho:

	DEVEDORES DA ENTIDADE	VALOR
mai/15	GUIA INSS S/ NF 160 SERVINORTE - pagto a maior	18,59
set/16	JUROS S/ NF 1524596 ESCELSA	7,81
set/16	JUROS S/ NF 1318026 ESCELSA	0,78
set/16	JUROS S/ NF 1524597 ESCELSA	0,52
set/16	JUROS S/ NF 1524598 ESCELSA	14,70
set/16	JUROS S/ RET. OI	0,12
set/16	JUROS S/ RET. NF 21424 / 23177 TELEMAR	0,39
out/16	JUROS NF 27000829/10 VIVO	0,08
out/16	JUROS NF 2252 COPIADORA CALDEIRA	5,00
out/16	JUROS DARF NF 33798 / 33996 GAZETA	1,93
out/16	JUROS NF 952431 UNIMED	81,78
out/16	JUROS NF 724 NOVA PAUTA	101,53
out/16	JUROS NF 9784 BRASAS EXTINTORES	6,93
nov/16	JUROS RET NF 1527327 ESCELSA	1,24
nov/16	JUROS RET NF 1527326 ESCELSA	5,44
nov/16	JUROS RET NF 1527328 ESCELSA	11,02
jan/17	JUROS S/ GUIA PIS 11/2016	20,20
jan/17	JUROS S/ GUIA INSS 11/2016	885,55
jan/17	JUROS S/ DARF RET. NF 979529 UNIMED	12,74
jan/17	JUROS S/ IRRF FÉRIAS ANA PAULA	1,50
jan/17	JUROS S/ GUIA INSS NF 1205 SERVINORTE	13,70

jan/17	JUROS S/ GUIA ISS NF 1205 SERVINORTE	20,80
jan/17	JUROS S/ GUIA ISS NF 964983 UNIMED	18,28
jan/17	JUROS S/ GUIA ISS NF 2352 CALDEIRA	1,47
jan/17	JUROS S/ GUIA ISS NF 730 NOVA PAUTA	40,32
jan/17	JUROS S/ GUIA ISS NF 856 VEER	0,64
jan/17	JUROS S/ GUIA ISS NF 1188 IDERA	1,95
jan/17	JUROS S/ GUIA ISS NF 21530 OFICINA SOS	5,04
jan/17	JUROS S/ RECIBO 847/16 CARTÓRIO SARLO	2,37
jan/17	JUROS S/ NF 7008 ADVISE PRODUTOS	45,55
jan/17	JUROS S/ NF 96192 VIVO	5,46
jan/17	JUROS S/ IRRF FOLHA 11/2016	144,87
jan/17	JUROS S/ IRRF FÉRIAS PATRICIA LITTIG	88,34
jan/17	JUROS S/ NF 28995 IMPLANTA INFORMÁTICA	9,57
jan/17	JUROS S/ NF 1529972 ESCELSA	1,88
jan/17	JUROS S/ NF 1529971 ESCELSA	4,24
jan/17	JUROS S/ NF 1529973 ESCELSA	8,94
jan/17	JUROS S/ NF 1151056 ESCELSA	0,88
jan/17	JUROS S/ NF 16 ALCANCE CONSULTAS	4,30
jan/17	JUROS S/ NF 18 ALCANCE CONSULTAS	4,30
fev/17	JUROS S/ NF 90911 TELEMAR NORTE 01/2017	3,61
fev/17	JUROS S/ DARF RET. NF 29652 IMPLANTA	6,59
fev/17	JUROS S/ DARF RET. NF 24528 / 22891 TELEMAR	0,86
fev/17	JUROS S/ DARF RET. NF 90911 TELEMAR	0,27
fev/17	JUROS S/ DARF RET. NF 27878 VETOR	0,35

fev/17	JUROS S/ NF 1540516 ESCELSA	1,77
fev/17	JUROS S/ NF 1540517 ESCELSA	0,78
fev/17	JUROS S/ NF 1540518 ESCELSA	3,73
fev/17	JUROS S/ BOLETO 38060 MGM ADM CONDOMINIO	7,00
fev/17	JUROS S/ BOLETO 38059 MGM ADM CONDOMINIO	7,00
fev/17	JUROS S/ NF 948480 VIVO	6,35
fev/17	JUROS S/ NF 1348361 ESCELSA	0,37
fev/17	JUROS S/ GUIA FGTS 01/2017	186,01
fev/17	JUROS S/ BOLETO 38062 MGM ADM CONDOMINIO	7,10
fev/17	JUROS S/ BOLETO 38058 MGM ADM CONDOMINIO	7,10
fev/17	JUROS S/ BOLETO 38061 MGM ADM CONDOMINIO	7,10
fev/17	JUROS S/ NF 762 NOVA PAUTA	1,48
fev/17	JUROS S/ NF 19739 TELEMAR NORTE 02/2017	6,76
fev/17	JUROS S/ NF 21319 TELEMAR NORTE 02/2017	7,45
mar/17	JUROS S/ NF 99285 VIVO	4,85
mai/17	JUROS S/ DARF RET. FATURA 130517 CORREIOS	0,04
dez/17	SALDO SUPRIMENTO DE FUNDOS 12/2017	652,70
		2.520,02

j) Entidades Públicas Devedoras:

O Centro de Referencias Técnicas em Psicologia e Política Públicas - CREPOP é o setor responsável por pesquisa, às despesas com os funcionários deste setor é custeado pelo Conselho Federal - CFP. Abaixo os valores que aguardam reembolso:

CREPOP	VALOR
09/2017	5.925,12
10/2017	8.078,85
11/2017	6.349,08
12/2017	6.872,62
13/2017	5.487,52
	32.713,19

Devido ao repasse automático da Cota Parte/Revista, quando ocorre a restituição de anuidades por duplicidade ou erro, é provisionado a cota parte já repassada para solicitar reembolso ao Conselho Federal. Os valores abaixo aguardam reembolso:

CONS. REGIONAL PSICOLOGIA - Cota Parte	VALOR
25% RESSARC ANUIDADE 01/2015	133,48
25% RESSARC ANUIDADE 02/2015	132,98
25% RESSARC ANUIDADE 04/2015	450,06
25% RESSARC ANUIDADE 05/2015	42,14
25% RESSARC ANUIDADE 06/2015	107,38
25% RESSARC ANUIDADE 07/2015	187,83
25% RESSARC ANUIDADE 08/2015	117,43
25% RESSARC ANUIDADE 09/2015	112,19
25% RESSARC ANUIDADE 11/2015	91,04
25% RESSARC ANUIDADE 12/2015	80,57
25% RESSARC ANUIDADE 04/2016	96,21
25% RESSARC ANUIDADE 05/2016	21,07
25% RESSARC ANUIDADE 06/2016	24,17
25% RESSARC ANUIDADE 07/2016	32,23
25% RESSARC ANUIDADE 08/2016	110,43
25% RESSARC ANUIDADE 09/2016	6,87
25% RESSARC ANUIDADE 11/2016	1,28
25% RESSARC ANUIDADE 02/2017	62,36
25% RESSARC ANUIDADE 03/2017	503,17
25% RESSARC ANUIDADE 04/2017	283,16
25% RESSARC ANUIDADE 05/2017	76,33
25% RESSARC ANUIDADE 06/2017	56,70
25% RESSARC ANUIDADE 07/2017	47,81
25% RESSARC ANUIDADE 08/2017	84,34
25% RESSARC ANUIDADE 09/2017	97,44
25% RESSARC ANUIDADE 10/2017	10,25
25% RESSARC ANUIDADE 12/2017	46,88
	3.015,80

Devido ao repasse automático da Cota Parte/Revista, os valores de Honorários Advocatícios incluídos nos boletos para repasse aos Advogados também descontam a cota parte. Abaixo valores de cota parte/revista descontados dos honorários aguardam reembolso do Conselho Federal:

CFP - COTA PARTE S/ HONORARIOS	VALOR
02/2015	88,83
03/2015	88,83
04/2015	88,83
07/2015	94,61
02/2016	34,87
10/2017	92,99
11/2017	39,54
	528,50

k) Benefícios a Pessoal a apropriar:

VALE TRANSPORTE	VALOR
PAGTO VT GILDETE, MAYARA - desc folha 01/2018	241,60
PAGTO VT ELAINNE e FABRICIA - desc folha 01/2018	234,20
PAGTO VT JULLYANE - desc folha 01/2018	117,10
	592,90

l) Aquisições Patrimoniais:

As aquisições patrimoniais ocorridas durante o exercício de 2017 seguiram as normas legais estabelecidas e foram incorporadas ao patrimônio da entidade. O controle patrimonial, com o registro de todos os bens adquiridos no exercício, foi realizado sistematicamente.

Descrição	Imobilizado em 31/12/2016	Aquisições em 2017	Imobilizado em 31/12/2016
Imóveis de Uso Próprio	R\$ 93.221,00	R\$ -	R\$ 93.221,00
1.2.3.2.1.03 - Salas	R\$ 85.001,00	R\$ -	R\$ 85.001,00
1.2.3.2.1.06 - Instalações	R\$ 8.220,00	R\$ -	R\$ 8.220,00
Bens Móveis	R\$ 117.392,00	R\$ 4.381,99	R\$ 121.773,99
1.2.3.1.1.01 - Mobiliário em Geral	R\$ 47.009,04	R\$ 670,00	R\$ 47.679,04
1.2.3.1.1.02 - Máquinas, Motores e Aparelhos	R\$ 5.350,99	R\$ 633,99	R\$ 5.984,98
1.2.3.1.1.06 - Equipamentos de Informática	R\$ 64.326,97	R\$ 3.078,00	R\$ 67.404,97
1.2.3.1.1.10 - Equipamentos Diversos	R\$ 380,00	R\$ -	R\$ 380,00
1.2.3.1.1.11 - Outros Bens Móveis	R\$ 325,00	R\$ -	R\$ 325,00
Intangível	R\$ 63.595,99	R\$ -	R\$ 63.595,99
Programas de Informática (Softwares)	R\$ 30.690,99	R\$ -	R\$ 30.690,99
Softwares	R\$ 32.905,00	R\$ -	R\$ 32.905,00
TOTAL	R\$ 274.208,99	R\$ 4.381,99	R\$ 278.590,98

No decorrer do exercício de 2017 foram adquiridos os bens abaixo:

1.2.3.1.1.01 - Mobiliário em Geral	670,00
02 Lousas de Vidro - NF 499 Vidralha Vidraçaria Ltda ME	670,00

1.2.3.1.1.02 – Máquinas, Motores e Aparelhos	633,99
(03) Telefones s/ fio Dect 6.0 Preto; (02) Telefones Headset Preto; (01) Fragmentadora de papel 6 FL.	633,99

1.2.3.1.1.06 – Equipamentos de Informática	3.078,00
Computador Proc. Intel 1151 Core I3, Mem. DDR4, SSD Sata3 120GB - NF 9184 R2 Tecnologia	1.690,00
HD Sata 3 - NF 9287 R2 Tecnologia	R\$275,00
Nobreak APC1500VA Back Ups - NF 4586 União Info Ltda	R\$770,00
01 Disco Rígido SATA3 500GB e 01 Fonte Alimentação ATX 230W.	R\$343,00

O Conselho Regional de Psicologia do ES ainda não está seguindo o que estabelece a NBC T 16.9 no que se refere ao Reconhecimento da depreciação no setor público.

I) Recolhimento de Encargos:

Os recolhimentos dos encargos sociais, previdenciários e federais foram feitos, na sua maioria, rigorosamente dentro dos prazos legais estabelecidos. Tendo encerrado o exercício de 2017 com os saldos abaixo:

INSS - PARTE EMPRESA	VALOR
12/2017 - PARTE EMPRESA - CREPOP	952,97
	952,97

INSS RETIDO S/ FOLHA	VALOR
12/2017 - PARTE EMPREGADO	5.339,78
	5.339,78

INSS RETIDO S/ NF SERVIÇOS	VALOR
NF 1700 SERVINORTE 12/2017	259,02
	259,02

FGTS	VALOR
12/2017 - CREPOP	700,73
	700,73

PIS PASEP	VALOR
12/2017 - CREPOP	45,38
13/2017 - CREPOP	42,21
	87,59

IRRF RETIDO S/ FOLHA	VALOR
FOLHA 12/2017	2.268,13
FOLHA 13/2017	2.741,99
	5.010,12

IRRF	VALOR

EMBRATEL NF 1466 12/2015	0,31
FATURA 146788 CORREIOS 12/2017	41,49
NF 18391 TELEMAR NORTE 12/2017	32,67
NF 19789 TELEMAR NORTE 12/2017	32,45
NF 1.631.936 ESCELSA 12/2017	5,13
	112,05

IMPOSTO S/ SERVIÇO	VALOR
NF 24004 OFICINA SOS 12/2017	32,33
NF 1156527 UNIMED VITORIA 12/2017	107,62
NF 1355 IDERA TECNOLOGIA 12/2017	11,04
NF 1750 VITÓRIA TECNOLOGIA 12/2017	29,04
	180,03

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	VALOR
12/2017	437,50

m) Credores da Entidade:

Ressarcimento de juros efetuados em duplicidade pela funcionária. Será devolvido

CLEIDIANE TEREZA DE OLIVEIRA	VALOR
RESSARCIMENTO JUROS EM DUPLICIDADE 07/2016	19,67
RESSARCIMENTO JUROS EM DUPLICIDADE 11/2016	19,95
	39,62

Valores identificados como recebimentos indevidos e/ou duplicidade que serão ressarcidos aos profissionais:

INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	VALOR
ANUIDADE INDEVIDA MARIA ANGELICA MENDES DE FONSECA	146,82
ANUIDADE INDEVIDA MARIA ANGELICA MENDES DE FONSECA	147,55
ANUIDADE INDEVIDA LORENY LOUREIRO ROSSI	20,50
ANUIDADE INDEVIDA HOLOS CENTRO DE DESENVOLVIMENTO	172,16
ANUIDADE INDEVIDA RITA DE CASSIA NOLASCO TEDESCO	59,43
ANUIDADE INDEVIDA RITA DE CASSIA NOLASCO TEDESCO	59,73
ANUIDADE INDEVIDA JULIANA DALLA BERNARDINA	384,81
ANUIDADE ROSIMAR MEDEIROS GONZALES	86,80
ANGELO EDUARDO CARNEIRO DIAS	40,25
ROSELIENE MARY ZIPPINOTTE VIONET	22,08
ANDRESSA MOREIRA CARVALHO	18,59
MARIA DA PENHA OLIVEIRA	44,51
ANUIDADE PAULO CEZAR CARLETI - a maior	27,50
FUNDO DE SEÇÃO TATIANI VIEIRA CALENZANI - duplicidade	5,13
ANA BEATRIZ MÁ FALCÃO	148,17
PATRICIA BRACONI DE MELO	101,28
LIDIANE SILVA DE JESUS	469,64

JACIARA DE OLIVEIRA PINHEIRO	469,64
ALESSANDRA LOPES DE OLIVEIRA	23,16
PATRICIA BRACONI DE MELO	92,68
SONIA SOARES SARAIVA	469,64
ALESSANDRA COIMBRA RICCI GOMES	92,71
LAÍS SALOMÃO AMADOR	100,65
TANIA MARIA BRANDAO SILVA	305,33
JESSYKA ABDREATA BOLONINE	92,73
CAROLINE AMARAL ALVES	134,07
ALINE PERIM GUIMARÃES PIRES	95,73
RENATA CHAGAS MARQUES	95,51
ALDAYRES AMORA DA SILVA	99,15
THATIANA ALVES COUTINHO	95,95
RENATA CAMARGO MAGNAGO	162,80
ANA CARLA RIBEIRO LIRIO	131,00
THATIANA ALVES COUTINHO	95,95
ROSANGELA DA PENHA VAGO HELMER	41,01
DHESSYCA CARDOSO DA SILVA	62,53
MARIA TERESA REGIS BORGES	125,02
	4.740,21

n) Entidades públicas credoras:

O Saldo do Evento Prisional do exercício de 2010 que deverá ser ressarcido ao Conselho Federal:

EVENTO PRISIONAL	VALOR
SALDO 12/2010	5.390,57
	5.390,57

o) Restos a pagar:

O valor de R\$ 60.864,41 (Sessenta mil, Oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e um centavos) corresponde a Despesas relativas a dezembro 2017, discriminadas abaixo:

	FORNECEDORES NACIONAIS - RESTOS A PAGAR	VALOR
08/2016	COTA PARTE/REVISTA S/ DEPÓSITO JUDICIAL R\$ 153,70	38,42
08/2016	COTA PARTE/REVISTA S/ DEPÓSITO JUDICIAL R\$ 1.432,38	358,08
08/2016	COTA PARTE/REVISTA S/ DEPÓSITO JUDICIAL R\$ 166,22	41,55
10/2016	COTA PARTE/REVISTA S/ DEPÓSITO JUDICIAL R\$ 545,14 (s/ FS)	135,36
12/2017	INSS 12/2017 PARTE EMPRESA	10.108,40
12/2017	FGTS 12/2017	5.522,98
12/2017	PIS 12/2017	481,35
12/2017	PIS 13/2017	421,19
12/2017	NF 49868 S/A A GAZETA	239,70
12/2017	NF 36917 IMPLANTA INFORMÁTICA	3.639,08
12/2017	NF 72659 TELEMAR NORTE	197,27
12/2017	NF 1.568.735 ESCELSA 12/2017	176,15
12/2017	NF 1.568.734 ESCELSA 12/2017	283,48

12/2017	NF 1.568.736 ESCELSA 12/2017	526,91
12/2017	NF 2230 INTERVIP TELECOM	79,90
12/2017	BOLETO 75430 COEP	115,00
12/2017	NF 1.165.634 ESCELSA 12/2017	33,79
12/2017	NF 107829 VIVO 12/2017	274,37
12/2017	NF 1216104 VIVO 12/2017	501,89
12/2017	CONDOM. ED. ELDORADO CENTER SL. 804	361,35
12/2017	CONDOM. ED. ELDORADO CENTER SL. 805	361,35
12/2017	CONDOM. ED. ELDORADO CENTER SL. 806	361,35
12/2017	CONDOM. ED. ELDORADO CENTER SL. 807	361,35
12/2017	CONDOM. ED. ELDORADO CENTER SL. 808	361,35
12/2017	BOLETO 30576288 LOCAWEB SERV. INTERNET	105,71
03/2017	COTA PARTE Depósito Judicial Jocelito Xavier 03/2017	171,06
06/2017	COTA PARTE Transfêrencia Thiago Sessa 06/2017	28,07
06/2017	COTA PARTE Taxa Inscrição Glauciene Ferreira Hermolau via Transferência 06/2017	16,41
03/2017	COTA REVISTA Depósito Judicial Jocelito Xavier 03/2017	42,77
06/2017	COTA REVISTA Transfêrencia Thiago Sessa 06/2017	7,01
06/2017	COTA REVISTA Taxa Inscrição Glauciene Ferreira Hermolau via Transferência 06/2017	4,10
01/2017	FUNDO DE SEÇÃO 01/2017	320,79
01/2017	FUNDO DE SEÇÃO 01/2017 - 75% S/ FS RECEBIDOS C/ ANUIDADE DO EXERC.	8.899,22
02/2017	FUNDO DE SEÇÃO 02/2017	125,23
02/2017	FUNDO DE SEÇÃO 02/2017 - 75% S/ FS RECEBIDOS C/ ANUIDADE DO EXERC.	1.310,60
03/2017	FUNDO DE SEÇÃO 03/2017	196,78
03/2017	FUNDO DE SEÇÃO 03/2017 Depósito Judicial Jocelito Xavier	11,06
03/2017	FUNDO DE SEÇÃO 03/2017 - 75% S/ FS RECEBIDOS C/ ANUIDADE DO EXERC.	2.291,25
04/2017	FUNDO DE SEÇÃO 04/2017	239,24
04/2017	FUNDO DE SEÇÃO 04/2017 - 75% S/ FS RECEBIDOS C/ ANUIDADE DO EXERC.	453,67
05/2017	FUNDO DE SEÇÃO 05/2017	316,65
05/2017	FUNDO DE SEÇÃO 05/2017 - 75% S/ FS RECEBIDOS C/ ANUIDADE DO EXERC.	334,52
06/2017	FUNDO DE SEÇÃO 06/2017	251,51
06/2017	FUNDO DE SEÇÃO 06/2017 - 75% S/ FS RECEBIDOS C/ ANUIDADE DO EXERC.	137,48
07/2017	FUNDO DE SEÇÃO 07/2017	371,75
07/2017	FUNDO DE SEÇÃO 07/2017 - 75% S/ FS RECEBIDOS C/ ANUIDADE DO EXERC.	788,19
08/2017	FUNDO DE SEÇÃO 08/2017	56,43
08/2017	FUNDO DE SEÇÃO 08/2017 s/ recebimentos sem repasse automático	48,47
08/2017	FUNDO DE SEÇÃO 08/2017 - 75% S/ FS RECEBIDOS C/ ANUIDADE	297,86

	DO EXERC.	
09/2017	FUNDO DE SEÇÃO 09/2017	167,09
09/2017	FUNDO DE SEÇÃO 09/2017 - 75% S/ FS RECEBIDOS C/ ANUIDADE DO EXERC.	151,22
10/2017	FUNDO DE SEÇÃO 10/2017	206,24
10/2017	FUNDO DE SEÇÃO 10/2017 - 75% S/ FS RECEBIDOS C/ ANUIDADE DO EXERC.	82,49
11/2017	FUNDO DE SEÇÃO 11/2017	111,21
11/2017	FUNDO DE SEÇÃO 11/2017 - 75% S/ FS RECEBIDOS C/ ANUIDADE DO EXERC.	348,27
12/2017	FUNDO DE SEÇÃO 12/2017	150,32
12/2017	FUNDO DE SEÇÃO 12/2017 - 75% S/ FS RECEBIDOS C/ ANUIDADE DO EXERC.	229,13
08/2017	VR COTA PARTE 08/2017 S/ RECEBIMENTOS S/ REPASSE AUTOMATICO	7.551,22
09/2017	VR COTA PARTE 09/2017 S/ RECEBIMENTOS S/ REPASSE AUTOMATICO	6.537,57
08/2017	VR COTA REVISTA 08/2017 S/ RECEBIMENTOS S/ REPASSE AUTOMATICO	1.887,81
09/2017	VR COTA REVISTA 09/2017 S/ RECEBIMENTOS S/ REPASSE AUTOMATICO	1.634,39
		60.864,41

p) Provisões para riscos trabalhistas a curto prazo:

Valores referentes à apropriação do direito de férias e seus encargos:

- Provisão Férias	R\$ 53.345,52
- Provisão INSS s/ Férias	R\$ 11.202,53
- Provisão FGTS s/ Férias	R\$ 4.267,63
- Provisao PIS s/ Férias	R\$ 533,47

q) Depósitos de diversas origens:

Depósitos efetuados à conta corrente do Conselho que não tiveram suas origens identificadas.

Aguardando identificação:

DEPÓSITO DE DIVERSAS ORIGENS	VALOR
02/10/2015	3.208,84
02/02/2017	372,95
09/2017 MULTA COE - ALGAMA CENTRO CLÍNICO - não aceita, depósito valor menor	2.000,00
	5.581,79

r) Consignações:

Recebimentos de Honorários Advocatícios aguardando o devido repasse

HONORÁRIOS A REPASSAR	VALOR
07/2015	378,42
02/2016	139,48
10/2017	371,95
11/2017	158,16
	1.048,01

s) Resultado Patrimonial Do Exercício:

O exercício de 2017 apresentou um superávit no seu resultado patrimonial da ordem de R\$ 518.812,98 (Quinhentos e dezoito mil, oitocentos e doze reais e noventa e oito centavos).

Esse superávit é decorrente da seguinte movimentação: R\$ 1.028.133,59 (Hum milhão, vinte e oito mil, cento e trinta e três reais e cinquenta e nove centavos) provenientes de pessoal e encargos; R\$ 328.569,89 (Trezentos e vinte e oito mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos) provenientes de uso de bens, serviços e consumo de capital fixo; R\$ 74.264,83 (Setenta e quatro mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e três centavos) de variações patrimoniais diminutivas financeiras; R\$ 30.505,45 (Trinta mil, Quinhentos e cinco reais e quarenta e cinco centavos) de desvalorização e perda de ativos, R\$ 507.518,13 (Quinhentos e sete mil, quinhentos e dezoito reais e treze centavos) de tributárias e R\$ 8.417,12 (Oito mil, Quatrocentos e dezessete reais e doze centavos) referentes a outras variações patrimoniais diminutivas.

Em contra-partida de R\$ 2.355.839,53 (Dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e cinquenta e três centavos) provenientes de contribuições; R\$ 60.851,74 (Sessenta mil, oitocentos e cinquenta e um reais e setenta e quatro centavos) de exploração e venda de bens, serviços e direitos; R\$ 70.349,50 (Setenta mil, trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos) de variações patrimoniais aumentativas financeiras e R\$ 9.181,22 (Nove mil, cento e oitenta e um reais e vinte e dois centavos) de outras variações patrimoniais aumentativas.

A conta de ativo real líquido que passou de 1.284.981,41 (Um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, Novecentos e oitenta e um reais e quarenta e um centavos) para R\$ 1.803.794,39 (Um milhão, oitocentos e três mil, setecentos e noventa e quatro reais e trinta e nove centavos).

GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A estrutura de governança do CRP 16 está descrita no Regimento Interno da entidade nos artigos 3º, 4º e 5º do referido regimento, dispostos abaixo:

Art. 3º - O Conselho Regional de Psicologia da 16ª região é constituído de 09 (nove) conselheiros efetivos e 09 (nove) conselheiros suplentes, podendo sofrer alteração em função do que dispõe o art. 5º e parágrafos da Resolução CFP nº 018/00 (Consolidação das Resoluções do CFP), ou outra que venha e lhe substituir.

§ 1º - O mandato do Conselheiro Regional é de 03 (três) anos, permitida a reeleição consecutiva por uma vez.

§ 2º - Consideram-se como cumpridos os mandatos interrompidos por renúncia após a posse.

Art. 4º - O Conselho Regional de Psicologia é composto pelos seguintes órgãos:

I – Plenário;

II – Diretoria;

- III – Comissões;
- IV – Congressos;
- V – Assembleias;

Art. 5º - São órgãos auxiliares e consultivos do CRP16/ES as seguintes comissões permanentes:

- I - Comissão de Orientação e Ética (COE)
- II - Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)

§ 1º - Quando necessário, serão constituídos comissões e grupos de trabalho para fins específicos, consoante o disposto neste Regimento.

§ 2º - O Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região, em função do que dispõe o Regimento Eleitoral do CFP, nomeará Comissão Eleitoral, no ano em que se encerra o mandato dos membros do Plenário, para organizar e realizar o Processo Eleitoral do CRP16/ES.

Salienta-se, ainda, que as Assessorias e as Gerências estão ligadas diretamente à Diretoria e ao Plenário do CRP 16.

A seguir serão apresentados dados referentes às (aos) conselheiras (os) do V Plenário do CRP 16.

Relação de Conselheiras (os) do CRP-16

A Posse do V Plenário do CRP16/ES foi realizada no dia 27/09/2016, conforme registro na Ata da 156ª da Reunião da Plenária Ordinária do CRP 16 que deliberou a Posse dos Membros Eleitos.

Mandato: 27/09/2016 a 26/09/2019.

Conselheiros (as)	Janeiro a Dezembro de 2017
Efetivos (as)	09
Suplentes	02
Licenciadas (o)	03

A tabela 2 contém informações sobre as (os) conselheiras (os) do CRP 16 no exercício 2017.

Tabela 2: Informações sobre as (os) Conselheiras (os) do V Plenário do CRP 16

Nome	Função	Mandato
Diemerson Saquetto (CRP16 nº 2673)	Efetivo	27/09/2016 a 26/09/2019
Suzana Maria Gotardo Chambela (CRP16/1834)	Efetiva	27/09/2016 a 26/09/2019
Sharla Proviatti Bitencourt (CRP16 /806)	Efetiva	27/09/2016 a 26/09/2019
Tammy Andrade Motta (CRP16/3610)	Efetiva	27/09/2016 a 26/09/2019
Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro (CRP16/ 2644)	Efetiva	27/09/2016 a 26/09/2019
Clésio de Oliveira Venâncio (CRP16 nº	Efetivo	27/09/2016 a 26/09/2019

2356)		
Márcio Wagner Bertaso (CRP16/1446)	Efetivo	27/09/2016 a 26/09/2019
Marina Francisqueto Bernabé (CRP16 /2791)	Efetiva	27/09/2016 a 26/09/2019
Sabrina Ribeiro Cordeiro (CRP16 /1888)	Efetiva	27/09/2016 a 26/09/2019
Juliana Brunoro de Freitas (CRP16 /3237)	Suplente	27/09/2016 a 26/09/2019
Bruna Ceruti Quintanilha (CRP16/ 2661)	Suplente	27/09/2016 a 26/09/2019

**Ocorrências relacionadas às (aos) conselheiras (os) do CRP 16 no exercício 2017:
Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro (CRP16/2644)**

Na 163ª Reunião Plenária Ordinária do CRP 16, na data do dia 25 de março de 2017, foi indicada a exercer como Conselheira Vice Presidente.

Suzana Maria Gotardo Chambela

Na 168ª Reunião Plenária Ordinária do CRP 16, na data do dia 08 de julho de 2017, foi homologada sua licença maternidade.

Clésio de Oliveira Venâncio (CRP16/2356)

Na 175ª Reunião Plenária Ordinária do CRP16, na data de 14 de novembro de 2017, foi homologada sua licença por motivo de saúde.

Bruna Ceruti Quintanilha (CRP16/ 2661)

Na 176ª Reunião Plenária Ordinária do CR P16, na data de 02 de dezembro de 2017, foi homologada sua licença por questões acadêmicas e profissionais.

Remuneração paga às (aos) Conselheiras (os) e Membros da Diretoria

No Sistema Conselhos de Psicologia, os cargos de Conselheiras (os) e membros de Diretoria são de caráter honorífico, público, gratuito, voluntário e temporário. Compreende, assim, a representação da categoria das (os) Psicólogas (os) através do Conselho de Classe, dentro dos princípios éticos e profissionais para o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e profissão, não havendo, por conseguinte, o pagamento de salários ou qualquer outro tipo de remuneração.

Dentre as funções desenvolvidas pelas (os) conselheiras (os), para garantir a execução das funções precípuas do CRP 16, destacamos as seguintes:

- Coordenação das ações das comissões às quais estão vinculadas (os);
- Gestão dos recursos da entidade (destinada aos membros da Diretoria);
- Interlocução com os demais órgãos de classe;
- Elaboração do Planejamento Estratégico e Plano Plurianual da entidade;
- Decidir sobre os pedidos de inscrição das (os) Psicólogas (os);
- Elaborar, anualmente, a prestação de contas para análise e aprovação em Assembleia Geral.

No que tange à remuneração, encontra-se descrito no Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis do Sistema Conselhos de Psicologia as normas para pagamentos de **Diária e Ajuda de Custo**.

a) Diárias:

É o valor a ser concedido a conselheiras (os), convidadas (os), funcionárias (os) ou a prestadores (as) de serviço, quando em deslocamento fora do município sede, à serviço do Conselho, exclusivamente para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação e locomoção urbana.

b) Ajuda de Custo:

Ao serem convocadas (os) para eventos de natureza institucional, as (os) conselheiras (os) ou convidadas (os) especiais, residentes no mesmo município do evento, terão direito a ajuda de custo, em valores fixados por portaria do Conselho, a título de ressarcimento das despesas de transporte entre sua residência e o local onde se realiza o evento.

Informa-se que desde a data de 10 de maio de 2014 foi aprovado pelo IV Plenário do CRP-16 os novos critérios para pagamentos de diárias, ajuda de custo e quilometragem do CRP-16 às (os) Conselheiras (os), Empregadas (os), Prestadoras (es) de Serviços e Convidadas (os) do CRP-16, conforme dispõe a Resolução nº 003/2013 – CRP16. Sendo assim, a tabela 3 demonstra os novos valores definidos na Resolução nº 002/2014 – CRP-16.

Tabela 3: Critérios e valores para pagamento de ajuda de custo, diária e quilometragem

Diárias	Valor
Conselheiros, colaboradores, funcionários, prestadores de serviço e convidados em viagens para fora do estado do espírito santo, independentemente da duração de dias.	R\$ 200,00
Conselheiros, colaboradores, funcionários, prestadores de serviço e convidados em viagens para dentro do estado do espírito santo (fora da região metropolitana em que reside), já incluso a pousada, independentemente da duração de dias.	R\$ 200,00
Conselheiros, colaboradores, funcionários, prestadores de serviço e convidados em viagens para dentro do estado do espírito santo (fora da região metropolitana em que reside), independentemente da duração de dias.	R\$ 100,00
Conselheiros, colaboradores, funcionários, prestadores de serviço e convidados em viagens internacionais.	U\$ 400,00
Ajudas de Custo	Valor
Conselheiros, colaboradores, funcionários, prestadores de serviço e convidados, em ações dentro região metropolitana na qual reside.	R\$ 50,00
Quilometragem Rodada	Valor

Conselheiros, colaboradores, funcionários, prestadores de serviço e convidados em viagem que utilizarem veículo próprio.

R\$ 0,56 por quilômetro rodado

Em 2017, foram pagos, a título de Diárias e Ajuda de Custo, os seguintes valores:

Diárias:

Diária a Conselheiros (as): R\$: 1.675,00

Diária a Colaboradores (as): R\$: 700,00

Diária a Funcionários (as): R\$: 1.300,00

Total Pago de Diária em 2017: R\$ 3.675,00

Ajuda de Custo:

Ajuda de Custo a Conselheiros (as): R\$: 22.450,00

Ajuda de Custo a Colaboradores (as): R\$: 6.650,00

Ajuda de Custo a Funcionários (as): R\$: 2.325,00

Total Pago Ajuda de Custo em 2017: R\$ 31.425,00

Restituição de Quilometragem Rodada:

Total Pago de Quilometragem Rodada em 2017: R\$ 965,93

ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Estrutura de Pessoal da Unidade – CRP16/ES

- Da força de Trabalho:

CARGO	ÁREA DE ATIVIDADE	ESCOLARIDADE
Gerência Administrativo Financeira	Meio	Superior
Gerência de Políticas e Gestão de Pessoas	Meio	
Coordenação Administrativo Financeira	Meio	
Coordenação Técnica de Orientação, Fiscalização e Ética	Fim	
Psicólogo Técnico de Orientação, Fiscalização e Ética	Fim	
Assessoria de Políticas Públicas	Meio	
Assessoria Jurídica	Meio	
Assistente Administrativo	Meio	Médio
Assistente de Cobrança	Meio	
Assistente de Compra	Meio	
Assistente Financeiro	Meio	
Assistente de Recursos Humanos	Meio	

Disposição da área de atividade e escolaridade de cada cargo da estrutura praticada em 2017 no CRP16/ES

- Composição do quadro funcional, separados por 3 tipologias de cargos, a saber: Cargos Efetivos, Cargos Comissionados e Contratos Por Prazo Determinado:

Em 31/12/2017 o quadro funcional do CRP16/ES era composto de 14 empregados públicos na sua totalidade, sendo 08 efetivos, 01 temporário e 05 comissionados.

Abaixo a relação completa dos Empregados Públicos ocupantes de Cargos Efetivos, que compuseram o quadro funcional do CRP16/ES durante o ano de 2017, incluindo as admissões e rescisões ocorridas ao longo do ano em questão:

Tipologia dos Cargos	Nº	Data Admissão	Funcionário	Cargo	Ingresso	Gratificação por Função / Função Gratificada	Quinquênio	Salário (Janeiro/17)	Salário (Dezembro/17)	Rescisão
1) Empregados Públicos em Cargos Efetivos	1	16/03/2011	Maria Tereza Ruas Nogueira Pizetto	Psicólogo Técnico de Orientação, Fiscalização e Ética	Concurso Público: 001/2010	Função Gratificada de Coordenação 40% sobre salário (a partir Maio/14)	5% sobre remuneração (a partir Março/2016)	R\$ 3.847,49	R\$ 4.481,79	
	2	22/10/2012	Mayara Rúbia da Silva Oliveira	Assistente Financeiro	Concurso Público: 001/2012	Função Gratificada de Pregoeira 20% sobre salário (a partir Julho/15)	5% sobre salário (a partir Outubro/2017)	R\$ 2.374,72	R\$ 2.469,23	
	3	21/02/2014	Keller Coimbra Ogioni	Assistente de Recursos Humanos	Concurso Público: 001/2012			R\$ 2.242,14	R\$ 2.331,38	
	4	09/05/2016	Manuelle Toscano Ribeiro Bastianello	Psicólogo Técnico de Orientação, Fiscalização e Ética	Concurso Público: 001/2015			R\$ 3.389,73	R\$ 3.524,64	
	5	01/06/2016	Luiz Felipe Mitre da Cruz	Assistente Administrativo	Concurso Público: 001/2015			R\$ 2.025,97	R\$ 2.108,25	
	6	02/08/2016	Ingrid Medeiros Conti	Psicólogo Técnico de Orientação, Fiscalização e Ética	Concurso Público: 001/2015			R\$ 3.389,73	R\$ 3.524,64	
	7	01/02/2017	Gildete dos Santos Souza Oliveira	Assistente de Cobrança	Concurso Público: 001/2015			*	R\$ 2.108,25	
	8	13/04/2009	Fabírcia da Silva Lima Trazzi	Psicólogo Técnico de Orientação, Fiscalização e Ética	Concurso Público: 001/2007		5% sobre remuneração (na reintegração, calculado a partir Abril/16)	*	R\$ 4.423,47	
	9	05/06/2017	Odacyr Roberth Moura da Silva	Psicólogo Técnico de Orientação, Fiscalização e Ética	Concurso Público: 001/2015			*	*	06/10/2017 (a pedido)

* Valores não preenchidos tendo em vista que em Janeiro/17 o funcionário ainda não havia sido admitido, ou já não trabalhava mais na Autarquia em Dezembro/17.

Todos lotados na sede do CRP16/ES, em Vitória, ES.

Abaixo a relação completa dos Empregados Públicos ocupantes de Cargos Comissionados que compuseram o quadro funcional do CRP16/ES durante o ano de 2017, incluindo as admissões e rescisões ocorridas ao longo do ano em questão:

Tipologia dos Cargos	Nº	Data Admissão	Funcionário	Cargo	Tipo de Vínculo	Gratificação	Quinquênio	Salário (Janeiro/17)	Salário (Dezembro/17)	Rescisão
2) Empregados Públicos em Cargos Comissionados	1	25/07/2008	Cleidiane Tereza de Oliveira	Gerência Administrativo Financeira	Comissionado	40% sobre salário	5% sobre remuneração (a partir Janeiro/2016)	R\$ 4.418,50	*	25/07/2017 (exoneração)
	2	23/03/2011	Patrícia Mattos Caldeira Brant Littig	Gerência de Políticas e Gestão de Pessoas	Comissionado	40% sobre salário	5% sobre remuneração (a partir Março/2016)	R\$ 4.418,50	*	29/08/2017 (exoneração)
	3	02/12/2013	Mariana Moulin Brunow Freitas	Assessoria de Políticas Públicas	Comissionado			R\$ 3.751,41	R\$ 4.055,96	
	4	21/03/2016	Mislene de Fatima Silva Araujo	Assessoria Jurídica	Comissionado			R\$ 3.389,73	R\$ 3.524,64	
	5	03/04/2017	Lígia Caroline Pereira Pimenta	Gerência de Políticas e Gestão de Pessoas	Comissionado	40% sobre salário		*	R\$ 4.151,40	
	6	29/03/2017	André Casotti Louzada	Assessoria Jurídica	Comissionado			*	R\$ 3.524,64	
	7	05/09/2017	Elainne Maretto	Coordenação Administrativo Financeira	Comissionado			*	R\$ 3.524,64	

* Valores não preenchidos tendo em vista que em Janeiro/17 o funcionário ainda não havia sido admitido, ou já não trabalhava mais na Autarquia em Dezembro/17.

Todos lotados na sede do CRP16/ES, em Vitória, ES.

Abaixo a relação completa dos Empregados Públicos com Contratos Por Prazo Determinado que compuseram o quadro funcional do CRP16/ES durante o ano de 2017, incluindo as admissões e rescisões ocorridas ao longo do ano em questão:

Tipologia dos Cargos	Nº	Data Admissão	Funcionário	Cargo	Tipo de Contrato	Salário (Janeiro/17)	Salário (Dezembro/17)	Rescisão
3) Empregados Públicos com Contratos Por Prazo Determinado	1	19/01/2015	João Gabriel Meira e Sá	Assistente de Compra	Prazo determinado (12 meses) Aditivado + 12	R\$ 2.025,97	*	18/01/2017 (fim contrato)
	2	09/04/2015	Ana Paula Pereira da Silva	Assistente Administrativo	Prazo determinado (09 meses) Aditivado + 12	R\$ 2.025,97	*	08/01/2017 (fim contrato)
	3	11/12/2017	Jullyanne Heringer Cordeiro Ornelas	Psicólogo Técnico de Orientação, Fiscalização e Ética	Prazo determinado (06 meses)	*	R\$ 3.524,64	

* Valores não preenchidos tendo em vista que em Janeiro/17 o funcionário ainda não havia sido admitido, ou já não trabalhava mais na Entidade em Dezembro/17.

Todos lotados na sede do CRP16/ES, em Vitória, ES.

Processo de ingresso de funcionários na Autarquia:

O ingresso de funcionários no CRP16/ES ocorre, em parte, por meio de Concurso Público, conforme tabela Tipologia dos Cargos – 1) Empregados Públicos em Cargos Efetivos.

O Concurso Público atualmente em vigência refere-se ao Edital nº 01/2015, tendo sido prorrogado, em 27/03/2018, por mais 2 (dois) anos em seu prazo de validade, conforme publicação no DIOES de 27/03/2018 e no DOU de 28/03/2018.

Conforme o PCS 2012, em vigor atualmente, onde se lê “dos Cargos de Confiança”, na página 5 do referido documento, os cargos de natureza gerencial ou de assessoramento especial previstos na estrutura de operacionalização do CRP16/ES, são de provimento exclusivo do Presidente do CRP16. Assim como, a carreira de gestão é transitória e cabe a Diretoria designar quem serão os ocupantes das posições inerentes, conforme tabela Tipologia dos Cargos – 2) Empregados Públicos em Cargos Comissionados.

Notas explicativas:

O CRP16/ES possui atualmente em vigor Acordo Coletivo de Trabalho 2017-2019, firmado entre o CRP16/ES e Sindicatos, e também Plano de Cargos e Salários, homologado via ACT 2015-2017. Os reajustes salariais, benefícios e demais questões trabalhistas do dia a dia do CRP16/ES estão descritos no ACT e no PCS.

O Acordo Coletivo de Trabalho 2017-2019, atualmente em vigor, prevê em sua cláusula quarta o reajuste salarial da remuneração vigente em 1º de maio (data-base) de 2017, conforme o índice INPC/IBGE no percentual de 3,98%, do período de 01 de maio de 2016 à 30 de abril de 2017, pago juntamente com o salário reajustado de abril de 2017; assim como na cláusula quinta - aumento real de salário, ficou garantido que, assim que houvesse, a qualquer tempo, condições financeiras favoráveis no CRP16/ES, seria retomada a análise e discussão a respeito do ganho real aos funcionários da referida entidade.

Atualmente está em fase de negociação entre o CRP16/ES e Sindicatos a Pauta da Minuta do Termo Aditivo ao Acordo Coletivo 2018-2019, a qual prevê a atualização das cláusulas relativas às questões financeiras.

A Gerente Administrativa Financeira Cleidiane Tereza de Oliveira passou a fazer jus ao recebimento, a partir de Janeiro de 2016, do adicional de tempo de serviço - Quinquênio, conforme estabelecia cláusula nona do Acordo Coletivo de Trabalho 2015-2017, o qual previa que o Conselho concederia adicional de salário à razão de 5% da remuneração, a cada 5 anos de serviços prestados, contados a partir da data de admissão do funcionário, a fim de diferenciar o tempo de serviço, sendo garantidas as condições mais favoráveis já praticadas e tendo sido seu pagamento praticado a partir do ano de 2016; assim como a Gerente de Políticas e Gestão de Pessoas, Patrícia Mattos Caldeira Brant Littig, e a Coordenadora Técnica de Orientação, Fiscalização e Ética, Maria Teresa Ruas Nogueira Pizetto (efetiva no cargo de Psicóloga Técnica de Orientação, Fiscalização e Ética, no exercício de Função Gratificada de Coordenadora desde Maio de 2014), passaram a fazer jus ao recebimento do adicional por tempo de serviço – Quinquênio, a partir de Março de 2016.

Já a partir da assinatura do ACT 2017-2019, que se deu em 11/09/2017, transmitido pelo Sindicatos ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do sistema mediador, em 30/10/17 e protocolado em 07/11/17 pelo NUDPRO/SRTE-ES, a cláusula nona do Acordo - Quinquênio, passou a versar que o Conselho concederia aos seus funcionários adicional de salário à razão de 5% (cinco por cento) do salário dos mesmos, a cada 05 (cinco) anos de serviços prestados,

contados a partir da data de admissão do funcionário, a fim de diferenciar o tempo de serviço, sendo garantidas as condições mais favoráveis já praticadas, sendo aplicada esta redação a todos que fazem jus a tal direito, a partir da homologação deste acordo.

Assim, a Assistente Financeira, Mayara Rúbia da Silva Oliveira, passou a fazer jus ao recebimento, a partir de Outubro 2017, do mesmo adicional de tempo de serviço - Quinquênio, conforme estabelece cláusula nona do Acordo Coletivo de Trabalho 2017-2019.

Portanto, até Outubro de 2017 o Quinquênio foi calculado sobre o valor da remuneração dos funcionários, e a partir de Novembro sobre o valor do salário dos mesmos.

A Coordenadora Técnica de Orientação, Fiscalização e Ética, Maria Teresa Ruas Nogueira Pizetto, assim como a Assessora de Políticas Públicas, Mariana Moulin Brunow Freitas, evoluíram de Step em Março e Dezembro de 2017, respectivamente (ao completarem 24 meses desde suas admissões ou evolução de Step anterior, perfazendo assim o prazo para a evolução de Step prevista no PCS de 2012, atualmente em vigor no CRP16/ES), tendo seus salários reajustados no mesmo índice do reajuste salarial vigente à época;

O contrato por prazo determinado de 06 (seis) meses de Jullyanne Heringer Cordeiro Ornelas, para o cargo de Psicólogo Técnico de Orientação, Fiscalização e Ética, se deu pela necessidade de nomeação temporária para o cargo, conforme Portaria CRP16/ES nº 027/2017.

Em cumprimento à decisão proferida pela 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos da RT 0133500-68.2011.5.17.0006, que determinou a reintegração aos quadros do CRP16/ES de Fabrícia da Silva Lima Trazzi, foi efetivada em 20/06/17, sendo sua admissão em 13/04/2009, tendo ocorrido sua dispensada sem justa causa em 20/09/2011.

A Gerente de Políticas e Gestão de Pessoas Patrícia Mattos Caldeira Brant Littig gozou de licença maternidade de 02/03/2017 a 28/08/2017. No início desse período, houve substituição das suas funções pela Assessora de Políticas Públicas, Mariana Moulin Brunow Freitas, a partir de 20/02/2017 até o final do mês de março, tendo recebido a diferença de salário, acrescida da gratificação de 40% sobre o salário daquela Gerência.

A Assistente Financeira Mayara Rúbia da Silva Oliveira recebeu entre Janeiro e Dezembro de 2017, para o exercício de Função Gratificada de Pregoeira, 20% sobre o valor do seu salário; assim como recebeu gratificação por substituição de função no montante de 40%, por acumular todas as funções do cargo de Assistente de Cobrança, no montante de 40% sobre o salário do referido cargo, exercendo-as a partir de Janeiro/2017 até que a vaga para o cargo fosse preenchida, em Fevereiro de 2017. Assim como, por substituição das funções durante as férias da Gerente Administrativo Financeira Cleidiane Tereza de Oliveira, gozadas entre 23/06/2017 e 22/07/2017, acrescido posteriormente os dias 24 a 28 de julho, e durante mais um mês após o retorno de suas férias (gozadas de 31/07/2017 até 19/08/2017), tendo recebido a diferença de salário, acrescida da gratificação sobre o salário daquela Gerência. Após este período, por deliberação da Diretoria da Autarquia, o cargo de Gerente Administrativo Financeira não seria mais computado no organograma praticado pelo Conselho.

A Psicóloga Técnica de Orientação, Fiscalização e Ética Manuelle Toscano Ribeiro Bastianello gozou de licença maternidade de 12/05/2017 a 08/11/2017; assim como a Psicóloga Ingrid Medeiros Conti, que gozou da referida licença entre 07/11/2017 e 06/05/2018.

Já a Assessoria Jurídica Mislene de Fatima Silva Araujo gozou da referida licença entre 24/11/2017 e 23/05/2018.

Composição do quadro de estagiários:

Em 31/12/2017 a relação de estudantes estagiando no CRP16/ES era composta no total de 02 estagiários.

Abaixo a relação completa de todos os estudantes que compuseram o quadro de estagiários do CRP16/ES durante o ano de 2017, incluindo as admissões e encerramentos de contrato de estágio ocorridos ao longo do ano em questão:

Nº	Admissão	Estagiários	Cargo	Setor	Bolsa estágio mensal (Janeiro/17)	Bolsa estágio mensal (Dezembro/17)	Fim do contrato de estágio
1	16/02/2015	Júlia Miranda Espíndula	Estágio de Nível Superior - Psicologia	Comissão de Orientação, Fiscalização e Ética	R\$ 880,00	*	01/02/2017 (2 anos estágio)
2	01/07/2016	Davi Dickson Meroto Lamas Pereira	Estágio de Nível Superior - Direito	Jurídico	R\$ 880,00	*	09/08/2017 (a pedido)
3	01/07/2016	Leonardo de Oliveira Souza *	Estagiário de nível médio	Administrativo	R\$ 440,00	*	16/12/2016 (a pedido)
4	02/05/2017	Jéssika Ferreira Gasparoni	Estágio de Nível Superior - Psicologia	Comissão de Orientação, Fiscalização e Ética	R\$ 880,00	*	31/07/2017 (iniciativa CRP16)
5	07/08/2017	Derlaine Machado de Souza	Estágio de Ensino Técnico Administrativo	Administrativo	*	R\$ 704,00	
6	10/08/2017	Fabíola Botelho dos Santos	Estágio de Ensino Técnico Administrativo	Administrativo	*	R\$ 704,00	

* Valores não preenchidos tendo em vista que em Janeiro/17 o estagiário ainda não havia sido admitido, ou já não estagiava mais na Autarquia em Dezembro/17.

Todos lotados na sede do CRP16/ES, em Vitória, ES.

Nota explicativa:

Acrescido ao valor da bolsa estágio, estagiário recebe reembolso de vale transporte correspondente ao número de dias úteis estagiado.

Os estagiários são contratados através do Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional – Coep, sendo este uma entidade social da sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em junho de 1998, com sede em Vitória/ES, registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dos municípios em que atua.

Em Janeiro de 2017 o estagiário Leonardo de Oliveira Souza, que teve o contrato de estágio encerrado, a pedido, em Dezembro de 2016, recebeu o proporcional de férias remuneradas no montante de R\$ 183,33.

Relatório de Comparativo de Despesa, no período de 01/01/2017 a 31/12/2017

CRP/ES

Conselho Regional de Psicologia / ES

CNPJ: 06.964.242/0001-81

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Comparativo da Despesa Liquidada

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc.	Diferença
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	3.030.831,00	1.882.381,28	1.882.381,28	1.148.449,72
6.2.2.1.1.01 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	2.468.219,51	1.877.999,29	1.877.999,29	590.220,22
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.103.795,51	869.815,00	869.815,00	233.980,51
6.2.2.1.1.01.01.01 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	821.324,51	630.846,66	630.846,66	190.477,85
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - Salários	562.464,00	417.528,20	417.528,20	144.935,80
6.2.2.1.1.01.01.01.002 - Gratificação por Tempo de Serviço	10.384,00	7.636,28	7.636,28	2.747,72
6.2.2.1.1.01.01.01.004 - Gratificação de Função	72.187,00	69.428,23	69.428,23	2.758,77
6.2.2.1.1.01.01.01.006 - Gratificação de Natal 13º Salário	56.091,00	50.870,88	50.870,88	5.220,12
6.2.2.1.1.01.01.01.007 - Abono Pecuniário de Férias	6.000,00	1.394,42	1.394,42	4.605,58
6.2.2.1.1.01.01.01.008 - 1/3 de Férias - CF/88	18.697,00	13.048,64	13.048,64	5.648,36
6.2.2.1.1.01.01.01.009 - Horas Extras	9.000,00	8.356,01	8.356,01	643,99
6.2.2.1.1.01.01.01.011 - Adicional Noturno	1.000,00	27,58	27,58	972,42
6.2.2.1.1.01.01.01.012 - Salário de Férias	56.091,00	39.145,91	39.145,91	16.945,09
6.2.2.1.1.01.01.01.013 - Aviso Prévio Indenizado	23.410,51	23.410,51	23.410,51	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01.015 - Indenizações Trabalhistas	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
6.2.2.1.1.01.01.02 - ENCARGOS PATRONAIS	282.471,00	238.968,34	238.968,34	43.502,66
6.2.2.1.1.01.01.02.001 - INSS Patronal	171.366,00	141.524,59	141.524,59	29.841,41
6.2.2.1.1.01.01.02.002 - INSS Terceiros	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
6.2.2.1.1.01.01.02.003 - FGTS	102.315,00	90.820,51	90.820,51	11.494,49
6.2.2.1.1.01.01.02.004 - PIS/PASEP Sobre Folha de Pagamento	7.790,00	6.623,24	6.623,24	1.166,76
6.2.2.1.1.01.04 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.364.424,00	1.008.184,29	1.008.184,29	356.239,71
6.2.2.1.1.01.04.01 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	164.100,00	133.932,45	133.932,45	30.167,55
6.2.2.1.1.01.04.01.001 - Vale Transporte	1.100,00	182,64	182,64	917,36
6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Programa de Alimentação ao Trabalhador - Pat	122.000,00	96.791,90	96.791,90	25.208,10
6.2.2.1.1.01.04.01.003 - Plano de Saúde	41.000,00	36.957,91	36.957,91	4.042,09
6.2.2.1.1.01.04.02 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	2.034,00	1.695,00	1.695,00	339,00
6.2.2.1.1.01.04.02.001 - Auxílio Educação	2.034,00	1.695,00	1.695,00	339,00
6.2.2.1.1.01.04.03.004 - SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	38.736,00	28.287,67	28.287,67	10.448,33
6.2.2.1.1.01.04.03.004.008 - Remuneração de Estagiários	27.736,00	19.504,39	19.504,39	8.231,61
6.2.2.1.1.01.04.03.004.015 - Demais Serviços Profissionais	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
6.2.2.1.1.01.04.03.004.016 - Locação de Imóveis	10.000,00	8.783,28	8.783,28	1.216,72

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A implementação de Comissões e Grupos de Trabalho (GT's) para discutir temas e problemáticas pertinentes ao exercício da profissão de psicóloga (o) é a estratégia utilizada no Sistema Conselhos de Psicologia para garantir a participação da categoria, bem como a criação e fortalecimento de canais de comunicação com a sociedade.

Adiante estão descritas informações consideradas relevantes pela entidade para demonstrar como se estabelece seu o relacionamento com a sociedade.

Reuniões da Diretoria, Plenária, Comissões e Grupos de Trabalho do CRP 16

De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Psicologia - N.º 007/2004 - que aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região - a Diretoria é o órgão responsável pela operacionalização de diretrizes e decisões do Plenário, e, é constituída de Presidente, Vice-presidente, Secretário e Tesoureiro.

Com vistas em atender aos objetivos pretendidos no referido Regimento Interno, no decorrer do ano de 2017, durante o período compreendido entre janeiro a dezembro, a Diretoria do CRP16/ES se reuniu semanalmente, às terças-feiras (sempre à noite), totalizando um quantitativo de 31 (trinta e uma) reuniões.

O Plenário, constituído pelo conjunto dos Conselheiros Efetivos se constitui enquanto órgão deliberativo do CRP 16 – conforme regimento interno – a representação do Pleno, reunindo-se, mensalmente, com apenas uma sessão, com prevalência do sábado, totalizando o quantitativo de 12 (doze) reuniões ordinárias e de 06 (seis) reuniões extraordinárias.

Das reuniões supramencionadas participaram os membros da Diretoria e do Plenário do CRP 16, Conselheiros (os) efetivos (os), Conselheiros (os) suplentes, Funcionárias (os) do CRP 16. Em determinadas reuniões, contamos com a presença de convidadas (os), conforme a demanda prevista na pauta em discussão.

Durante as reuniões foram discutidas e deliberadas questões de natureza administrativa e financeira, além de posicionamentos políticos do CRP16/ES, perante diversas solicitações e temáticas. Na tabela abaixo segue o quantitativo das reuniões:

Natureza	Qtd
Reunião Plenária Ordinária	12
Reunião Plenária Extraordinária	06
Reunião de Diretoria	31

Reuniões da Diretoria e Plenária

O Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região conta, em caráter permanente, com a Comissão de Ética (COE) e a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF). Além dessas Comissões permanentes, que são constituídas por Conselheiros (os) Efetivos (os), como exigência do Regimento Interno em seu Artigo 17, atuaram no ano de exercício de 2017, em outras Comissões e Grupos de Trabalho que se reuniram conforme a tabela a seguir:

Comissão	Quantidade
Comissão de Orientação e Fiscalização	24
Comissão de Orientação e Ética	17
Comissão de Avaliação de Título de Especialista	04
Comissão Permanente de Licitação	01
Comissão de Políticas Públicas e Sociais	16
Comissão de Direitos Humanos	07
Comissão de Saúde	11
Comissão de Educação	08
Comissão Externa de Monitoramento e Avaliação Institucional	11
Comissão de Prestação de Contas	02
Comissão de Emergências e Desastres	01
Comissão de Comunicação	07
Grupo de Trabalho da Socioeducação	02
Grupo de Trabalho em Políticas Feministas e LGBT	04
Grupo de Trabalho de Formação em Psicologia	02
Grupo de Trabalho em Comunidades Terapêuticas	05
Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas	20

Comissão de Orientação e Fiscalização - COF

Membros da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) - Período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017:

- Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro (Conselheira Efetiva) – assumiu a presidência da COF em abril de 2017
- Diemerson Saquetto (Conselheiro) – janeiro até abril de 2017
- Paula Maria Valdetaro Rangel (Psicóloga Convidada)
- Clésio de Oliveira Venâncio (Conselheiro Presidente) – renunciou a presidência em abril, em novembro de 2017 foi licenciado por motivo de saúde
- Anna Maria de Souza Marques Cunha (Psicóloga Convidada) – a partir de dezembro de 2017
- Luanna Del Carmen Barbosa Mattanó (Psicóloga Convidada) – a partir de dezembro de 2017

Equipe Técnica da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF):

- Ingrid Medeiros Conti (a partir de 02.08.2016) – em gozo de licença maternidade em 07/11/2017
- Manuelle Toscano Ribeiro Bastianello (a partir de 09.05.2016) – gozou licença maternidade e férias no período de 12.05.17 a 09.12.17
- Fabrícia da Silva Lima Trazzi (reintegrada a partir de 20.06.2017)
- Odacyr Roberth Moura da Silva (de 05.06.2017 a 06.10.2017)
- Jullyanne Heringer Cordeiro Ornelas (a partir de 11.12.17) – cobrindo técnica em licença maternidade.

Coordenação Técnica da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF):

- Maria Teresa Ruas Nogueira Pizetto

Estagiária de Psicologia:

- Jéssika Ferreira Gasparoni (de 02/05/2017 a 21/07/2017)

Datas das realizações das reuniões:

01	04/01/2017	11	15/05/2017	21	23/10/2017
02	16/01/2017	12	29/05/2017	22	06/11/2017
03	30/01/2017	13	19/06/2017	23	20/11/2017
04	20/02/2017	14	03/07/2017	24	14/12/2017
05	13/03/2017	15	17/07/2017		
06	20/03/2017	16	07/08/2017		
07	04/04/2017	17	14/08/2017		
08	10/04/2017	18	04/09/2017		
09	17/04/2017	19	19/09/2017		
10	08/05/2017	20	05/10/2017		

Principais assuntos/deliberações e ações:

Assunto: As principais ações da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) realizadas no ano de 2017 estão descritas na Planilha Informativa de Dados Quantitativos e Qualitativos que segue abaixo.

Período: As ações da COF foram desenvolvidas entre os meses de janeiro a dezembro de 2017, a partir de demandas que chegaram à COF e em eventos nos quais houve a participação de representantes da Comissão. Tais demandas foram discutidas semanalmente nas reuniões da equipe técnica e ainda nas reuniões da Comissão, das quais participaram conselheiras (os), psicólogas convidadas, as Psicólogas Técnicas de Orientação, Fiscalização e Ética, além da Coordenadora Técnica.

Deliberações: Os assuntos COF foram discutidos nas reuniões da Comissão e as deliberações foram executadas pela equipe técnica, de acordo com sua pertinência.

Planilha Informativa de dados quantitativos e qualitativos referentes ao período compreendido entre janeiro a dezembro de 2017:

Atendimento ao Público:

AÇÃO	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
Atendimento presencial	81	Atendimento ao público, psicólogas(os) e sociedade em geral, que compareceu pessoalmente ao CRP16/ES para buscar orientações que versavam sobre a Psicologia, o exercício profissional das(os) psicólogas(os) e protocolo de denúncias.
Atendimento via telefone	1151	Atendimentos ao público, psicólogas(os) e sociedade em geral, realizados por telefone.
Atendimento via e-mail	1459	E-mails respondidos referentes à orientação profissional, fiscalização, acolhimento de denúncias, comunicação do CFP e CRP16/ES, divulgação de eventos, cursos e oportunidades de trabalho.

Os atendimentos ao público via telefone, a comunicação realizada através de e-mails e as orientações cabíveis foram dirigidas a psicólogas (os), estudantes de Psicologia e também à sociedade em geral.

Denúncias:

AÇÃO	QUANT.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
Recebimento de denúncias em geral	65	Denúncias diversas contra psicólogas (os) ou empresas devido à atuação profissional irregular/ilegal e também denúncias por indício de exercício ilegal da profissão.

Administrativo:

AÇÃO	QUANT.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
Documentos elaborados	263	Documentos produzidos pela equipe técnica, dentre eles: atas; ofícios enviados para instituições diversas; relatórios detalhados sobre visitas de fiscalização e/ou participação em reuniões; e notas técnicas de orientação à categoria e à sociedade em geral.
Consultas Nacionais	59	Consultas nacionais realizadas para verificar inscrição de profissionais e situação de regularidade ético-administrativa nos demais CRP's, além de consultas acerca de diversas temáticas pertinentes à Psicologia para auxiliar no atendimento das demandas encaminhadas ao CRP16.
Convocatórias	22	Reuniões realizadas com psicólogas (os), na sede do Conselho, para elucidação e orientação sobre conduta/atuação profissional.
Notificações de irregularidades	13	Notificações de irregularidades decorrentes de infrações ao Código de Ética Profissional do Psicólogo e normativas do Sistema Conselhos de Psicologia, verificadas em visitas de fiscalização a PJ's e demais instituições.
Notificações/Intimações	35	Notificação de pessoas físicas e jurídicas devido a suspeição de exercício irregular/ilegal da profissão. A demanda chega à COF através de denúncias, divulgações de serviços em sites e redes sociais e jornais. A partir de averiguação realizada pela COF, é verificado quanto à obrigatoriedade ou não do registro junto ao CRP 16/ES. As Intimações para inscrição de Pessoa Jurídica junto ao Conselho, por sua vez, são realizadas após análise que a Assessoria Jurídica do CRP 16 faz do contrato social e outros documentos da empresa.
Acompanhamento de processos de Cadastro de Sites	61	Elaboração e postagem de pareceres, consulta e acompanhamento do sistema de cadastramento, monitoramento e envio de e-mails, cópia e

		arquivamento das telas dos sites, consulta de regularidade financeira e ética dos profissionais, check list das exigências da Resolução CFP 011/2012.
--	--	---

Visitas Técnicas:

AÇÃO	QUANT.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
Visitas técnicas em geral	60	Visitas técnicas realizadas em decorrência de inscrição de pessoa jurídica, cancelamento, fiscalização, mudança de endereço, renovação do certificado, averiguação de denúncias em locais diversos e fiscalização junto aos Serviços Públicos e privados onde há atuação de psicólogas (os).

Reuniões e Parcerias:

AÇÃO	QUANT.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
Entrega de Carteira Profissional	16	Reuniões de Entrega de Carteira Profissional para orientação das(os) psicólogas(os), contando com a presença de 01 Conselheira (o) do CRP 16/ES, 01 representante da equipe técnica (Coordenação ou Psicóloga(o) Técnica(o) de Orientação, Fiscalização e Ética) e 01 funcionário do Administrativo do CRP 16/ES.
Eventos Externos	20	Palestras, reuniões, fóruns e seminários.
Reuniões com ASJUR – Assessoria Jurídica	24	Realização de reuniões semanais como parte do programa “Quarta Jurídica”, cujo objetivo é o estudo da legislação do Sistema Conselhos; orientação para assuntos de âmbito da COE e para encaminhamentos de demandas da COF.
Reuniões de equipe	89	Reuniões da equipe técnica para planejamento das atividades; reuniões da equipe técnica com outros setores do CRP16/ES; reuniões da Coordenadora Técnica com Conselheiros (as), Gerência e Coordenação dos setores administrativos do CRP16/ES.

Dentre as orientações realizadas pela COF - período compreendido entre janeiro a dezembro de 2017 destacam-se os seguintes assuntos:

- Informações sobre cursos, eventos e Pós-Graduação;
- Orientações sobre o Código de Ética;
- Legislação e outras normatizações sobre o exercício profissional;
- Piso salarial, carga horária da (o) Psicóloga (o) e relações trabalhistas;
- Avaliação psicológica (orientações sobre testes, laudos e aspectos técnicos da avaliação, perícias psicológicas);
- Estágio e supervisão;
- Cadastramento de sites para a prestação de serviço de orientação psicológica online;
- Informações sobre editais de concursos públicos;

- Abertura de consultórios, recibos e impostos (profissional autônomo);
- Orientações técnicas sobre a conduta profissional em diversas áreas de atuação;
- Orientações sobre Contribuição Sindical;
- Orientações sobre a elaboração/emissão de documentos por Psicólogos (os);
- Informações sobre os procedimentos para pleitear o Título de Especialista do CFP, principalmente na área da Psicologia do Trânsito;
- Orientações acerca de demandas judiciais recebidas pelas (os) psicólogas(os) e casos de intimação de psicólogas (os) para comparecimento em audiências na condição de testemunha.
- Orientações específicas para o atendimento de crianças e adolescentes quando há situações de litígio dos pais.

Principais Eventos e Reuniões que contaram com a participação da equipe Técnica e Demais membras da COF

- Participação no evento "Perícia e Assistência Técnica no Poder Judiciário: particularidades da Psicologia e do Serviço Social", realizado pelo Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos do TJ-ES – 05 e maio de 2017;
- Reunião com responsáveis pelo GT Depoimento Especial do Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos do Poder Judiciário do Espírito Santo – FASP em 27 de abril de 2017;
- Encontro de COE e COF, ocorrido entre os dias 19 e 21 de julho de 2017;
- Participação no evento de Comemoração pelo Dia do Psicólogo em 24 de agosto de 2017;
- Reunião para discussão da Resolução CFP 011/2012 com as (o) profissionais habilitadas (os) a prestar serviço de orientação psicológica online – 30 de outubro de 2017;
- Reunião realizada no CFP com a Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica para revisão da Resolução 002/2003 – 11 de novembro de 2017;
- Participação no I Seminário de Práticas de Socialização de Estágio do Curso, mesa "Aspectos teóricos e práticos do preenchimento de prontuários: importância para a Psicologia" – 21 de novembro de 2017;
- Reunião com servidores da UFES para orientação quanto à legislação existente sobre elaboração e emissão de documentos psicológicos, assim como a relação dessa legislação com as características das atividades desenvolvidas pelas psicólogas do DAS/UFES – 23 de novembro de 2017;
- Visita ao Conselho Tutelar de Maruípe para tratar de denúncia encaminhada ao CRP 16;
- Palestras nas Instituições de Ensino Superior do ES sobre ética profissional para alunos (as) do curso de Psicologia;
- Participação no Colóquio 'Escurecendo Olhares na Psicologia', realizado no Museu Capixaba do Negro (MUCANE) - 02 de outubro de 2017.

Considerações Finais

Em relação aos anos anteriores, o número de orientações efetuadas, seja por telefone, e-mail ou presenciais, manteve-se crescente. As reuniões convocatórias e os números de notificações a Pessoas Físicas e Jurídicas que prestam serviços de Psicologia também aumentaram. Embora a COF tenha priorizado as ações de orientação dentro de uma perspectiva preventiva, o crescente número de denúncias foi responsável pelo aumento da realização dessas atividades.

A despeito disso, destaca-se que o evidente aumento no número de orientações realizadas pela COF reflete maior aproximação entre as (os) profissionais de psicologia e o CRP 16 e entre o CRP 16 e a sociedade em geral, fruto das ações e políticas adotadas pela gestão realizada pelo V Pleno, bem como do compromisso de priorizar ações de orientação em detrimento de uma lógica de fiscalizações punitivistas.

Ademais, iniciativas como a realização de reunião de entrega de carteira profissional nas cidades do interior do estado e outras ações de interiorização, a participação do CRP16/ES em diversos eventos cujas temáticas envolvem o exercício profissional, a formação de parcerias com outras entidades e instituições, além da visibilidade das ações nas redes sociais são fundamentais para que psicólogas (os) e sociedade recorram ao Conselho de Psicologia, legitimando seu papel de orientar e fiscalizar o exercício profissional.

Outro dado que se destacou em 2017, foi o aumento do número de consultas e solicitações de cadastramento de sites para oferta de serviço de orientação psicológica online. A partir desse panorama, a COF realizou uma reunião com as (os) profissionais que possuem sites aprovados no CRP16 para a prestação dessa modalidade de atendimento, objetivando discutir a Resolução do CFP nº 011/2012 e contribuir com o GT Nacional responsável pela revisão da referida normativa.

Observou-se ainda que continuam aumentando as demandas provenientes do Judiciário e encaminhadas à Comissão de Orientação e Fiscalização, seja por meio de solicitações de visitas e/ou participações em eventos de articulação de temáticas da área, seja através de pedidos de orientação acerca do exercício profissional no âmbito da Justiça, realizados por profissionais e sociedade civil.

Há que se destacar, também, a participação da COF no Encontro Nacional realizado na sede CFP, momento privilegiado de discussão sobre os aspectos relacionados à consolidação da Psicologia em novos espaços e as demandas que surgem para as (os) Psicólogas (os) e o Sistema Conselhos.

A Comissão de Orientação e Fiscalização continua oferecendo subsídio técnico para a análise e tomada de decisão da Diretoria e Plenária no tocante aos assuntos relacionados à atuação profissional das psicólogas e dos psicólogos na área de jurisdição do CRP 16 e para o aprimoramento do exercício da Psicologia no Brasil.

Diante do exposto, o CRP16/ES reafirma o compromisso frente a sua finalidade legal de orientar e fiscalizar o exercício profissional dos (as) psicólogos (as), cuidando para que a sociedade tenha serviços psicológicos prestados em condições apropriadas e por profissionais éticos, difundindo assim, a importância da Psicologia como ciência e profissão.

Comissão de Orientação e Ética – COE

As informações sobre as atividades exercidas pela Comissão de Orientação e Ética (COE) do CRP16/ES, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, estão relacionadas a seguir:

Membros da Comissão de Orientação e Ética (COE)

- Sabrina Ribeiro Cordeiro (Conselheira Efetiva – Presidente)
- Tammy Andrade Motta (Conselheira Efetiva)
- Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro (Conselheira Efetiva) – até abril de 2017
- Silva Gomes de Mattos Fontes (Psicóloga Convidada)

Coordenação Técnica da Comissão de Orientação e Ética (COE):

- Maria Teresa Ruas Nogueira Pizetto

Equipe Técnica da Comissão de Orientação e Ética (COE):

- Manuelle Toscano Ribeiro Bastianello
- Ingrid Medeiros Conti
- Odacyr Roberth Moura da Silva – de 05.06.2017 à 06.10.2017
- Fabrícia Lima da Silva Trazzi – a partir de 27.06.2017

Assessoria Jurídica do CRP16/ES:

- Mislene de Fátima Araújo – entrou em licença maternidade: 27 de novembro de 2017
- André Casotti Louzada – a partir de 07.04.2017

Encaminhamentos dados aos Processos Disciplinares

Total de processos em 2017: 20 (vinte) processos disciplinares, sendo 06 processos disciplinares éticos em fase preliminar (PDE-FP), 13 (treze) processos disciplinares éticos (PDE) e 01(um) processo disciplinar ordinário (PDO).

Novas representações: Foram recebidas 03 (três) novas representações durante o período de janeiro a dezembro de 2017.

Pareceres da COE apresentados em Plenária: Foram apresentados em reunião Plenária 15 (quinze) pareceres elaborados pela Comissão de Orientação e Ética (COE).

Recursos encaminhados ao CFP: Foram encaminhados 02 (dois) recursos ao CFP.

Arquivamentos: Foram arquivados 05 (cinco) processos disciplinares ético.

Aplicação de penalidades: Foram aplicadas 04 (quatro) penalidades.

Sessões Oitivas e Perícias: Foram realizadas 08 (oito) sessões oitiva em instrução processual

Julgamentos: Houvera 04 (quatro) julgamentos.

Defensor Dativo: Não houve nomeação de defensor dativo.

Nomeação de Relator: Foram nomeados em reunião Plenária 19 (dezenove) relatores.

Consultas (presencial, via e-mail e telefone): Foram realizadas e/ou respondidas 255 (duzentas e cinquenta e cinco) consultas diversas a Conselhos Regionais de Psicologia, ao CFP, Psicólogas (os) representadas (os), representantes e os respectivos Advogados.

Consulta de regularidade ética: Houve 76 (setenta e seis) consultas a esta Comissão sobre a regularidade ética das (os) Psicólogas (os) inscritas (os) neste Conselho.

Espelhos de processos: Foram elaborados 108 (cento e oito) espelhos de processos disciplinares ordinários, éticos e em fase preliminar.

AR's enviados: Foram enviadas 282 (duzentas e oitenta e duas) cartas registradas a denunciante, denunciados, Advogados e instituições.

Documentos elaborados: No período de janeiro a dezembro de 2017 foram elaborados 470 (quatrocentos e setenta) documentos tais como notificações, citações, intimações, ofícios, certidões, entre outros.

Diligências em processos: Foram realizadas 657 (seiscentos e cinquenta e sete) diligências em processos tais como conferência, juntada de documentos, paginação, cópias e verificação de dados.

Reuniões com a Assessoria Jurídica do CRP16: Foram realizadas 50 (cinquenta) reuniões de estudo do Código de Processamento Disciplinar (CPD), Resolução CFP nº 007/2016, reuniões para elaboração da Resolução CRP16 nº 002/2017, entre outras.

Reuniões da Coordenação COE: Foram realizadas 44 (quarenta e quatro) reuniões de planejamento e acompanhamento de atividades pela Coordenadora e Técnica de referência da COE.

Reuniões da COE: Foram realizadas 17 (dezesete) reuniões de janeiro a dezembro de 2017 para deliberações sobre os processos disciplinares.

Datas das Reuniões da Comissão de Orientação e Ética – COE

01	10/01/17	10	01/08/17
02	21/02/17	11	15/08/17
03	07/03/17	12	05/09/17
04	21/03/17	13	19/09/17
05	04/04/17	14	03/10/17
06	18/04/17	15	31/10/17
07	02/05/17	16	21/11/17
08	30/05/17	17	05/12/17
09	04/07/17		

Considerações Finais

A Comissão de Ética continuou assessorando o Plenário e à Diretoria no que tange aos processos disciplinares éticos, funcionais e administrativos representados em desfavor dos psicólogos, sejam eles conselheiros ou não. Dentre as principais atividades destacam-se: acolhimento de representações; análise e elaboração de relatórios e pareceres; condução das reuniões de esclarecimentos e oitivas;

Em 2017, todos os processos que tramitam no CRP16 foram movimentados de acordo com o disposto no Código de Processamento Disciplinar (CPD); baixados em diligência para análise e readequação dos procedimentos; realização de tarefas como conferência do andamento e dos prazos prescricionais; atualização dos espelhos; juntada de documentos; cópias e paginação.

Cumprir registrar a importante pauta que esteve presente nas reuniões da COE ao longo de todo o ano, que foi a discussão/estudo da Resolução do CFP nº 007/2016, que instituir e normatizar a Mediação e outros meios de solução consensual de conflitos nos processos disciplinares éticos no Sistema Conselhos de Psicologia, regulamentando a criação de Câmara de Mediação no âmbito das Comissões de Ética e alterando a Resolução CFP 006/2007 (CPD).

A Mediação se trata de uma proposta que caminha na contramão da Judicialização, inaugurando uma mudança de cultura a partir da disseminação da ideia de autocomposição dos conflitos. Desta forma, acreditamos que os métodos de conciliação de conflitos contribuirão não só para a diminuição do número de processos abertos nos regionais, mas também para um ganho na qualidade das intervenções e das respostas à sociedade.

Assim, destaca-se a participação da conselheira presidente da COE na Formação Presencial sobre Mediação no Sistema Conselhos, realizada no dia 27 de abril de 2017, na sede do CFP; e, ainda, em 24 de outubro de 2017, a publicação da Resolução do CRP16 nº 002/2017, que cria a Câmara de Solução Consensual de Conflitos (CAM-SOL) no âmbito da Comissão de

Orientação e Ética (COE) do Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região – CRP/16 e aprova seu regulamento.

Comissão de Avaliação de Títulos de Especialista – CATE

A Comissão de Análise para Concessão de Título de Especialista (CATE) é responsável por avaliar as demandas que visam à obtenção do Título Profissional de Especialista em Psicologia. Embora não constitua condição obrigatória para exercício profissional, O Título de Especialista atesta o reconhecimento da atuação da Psicóloga ou do Psicólogo à determinada área da especialidade, qualificando a formação do profissional. Assunto e suas especificidades são regulamentados pela Resolução CFP nº 013/2007. Os membros da CATE, no ano de 2017, reuniram-se com vistas ao que foi exposto em quatro reuniões nos meses de fevereiro, julho, setembro e outubro.

Membras e Membro:

Diemerson Saquetto (Conselheiro Efetivo - Presidente)

Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro (Conselheira Efetiva)

Suzana Maria Gotardo Chambela (Conselheira Efetiva)

Bruna Ceruti Quintanilha (Conselheira Suplente)

Juliana Brunoro de Freitas (Conselheira Suplente)

A quantificação das concessões em relação ao Título Profissional de Especialista pelo CRP-16, no ano de 2017, está demonstrada nas tabelas abaixo:

Tabela 10: Dados CATE

Processos Analisados	23
Processos Deferidos	21
Processos Indeferidos	02

Comissão de Políticas Públicas e Sociais - CPOS

A Comissão de Políticas Públicas e Sociais do CRP16 tem como objetivo a promoção de um espaço de discussões sobre as diferentes possibilidades de inserção da Psicologia nas Políticas Públicas e Sociais, o fortalecimento, ampliação e a qualificação da atuação das (os) psicólogas (os) nestes espaços, discutindo temáticas que envolvam a Psicologia nas Políticas Públicas e Sociais nos seus mais diversos espaços de atuação, entre eles: Saúde, Previdência Social, Habitação, Geração de Trabalho e Renda, Segurança Pública, Meio Ambiente, Criança e Adolescente, Mobilidade, Transporte e Trânsito, Segurança Alimentar, entre outras.

São atribuições da Comissão de Políticas Públicas e Sociais - CPOS:

- Representar o CRP16, no que se refere à Comissão de Políticas Públicas e Sociais, em juízo ou fora dele;
- Cumprir as diretrizes e resoluções oriundas do CNP vigente;
- Elaborar o projeto de orçamento anual, e o relatório de prestação de contas anual;
- Apresentar calendário de reuniões ordinárias para aprovação em sessão Plenária;
- Elaborar projeto de ação para apreciação da Plenária;

- Elaborar relatório semestral das atividades realizadas para apreciação da Plenária.

No campo da Assistência Social, a Comissão de Políticas Públicas e Sociais terá por objetivo: ampliar o diálogo com o sistema de garantia de direitos acerca das competências e atribuições da psicóloga e do psicólogo nesta política pública; promover espaços de discussão relativos aos desafios práticos e teóricos deste campo de atuação em construção; discutir, com Psicólogas e Psicólogos que atuam no âmbito das Políticas Públicas, as possibilidades de intervenção “Psi” neste campo de atuação e/ou na sua interlocução com outras políticas públicas e demais setores que se relacionam com ela; fortalecer, ampliar e qualificar a atuação das psicólogas e dos psicólogos nos serviços, projetos, programas e benefícios da referida política pública; estimular encontros de psicólogos e psicólogas com os mais diversos movimentos sociais, bem como incentivar a participação nos órgãos de controle social da Política de Assistência Social.

A seguir estão dispostas as informações referentes às atividades desenvolvidas pela CPOPS no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

Membras:

Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro (Conselheira Efetiva - Presidente)

Sabrina Ribeiro Cordeiro (Conselheira Efetiva)

Juliana Brunoro de Freitas (Conselheira Suplente)

Reuniões

As reuniões da CPOPS ocorreram na Sede do CRP16, e tiveram como objetivo geral oportunizar às (aos) Psicólogas (os) do estado do Espírito Santo um espaço de encontro, diálogo e discussão a respeito da atuação da categoria no que tange às Políticas Públicas e Sociais.

Durante parte do exercício 2017 as reuniões da CPOPS foram ampliadas em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos. Registrou-se o total de 16 (dezesesseis) reuniões da referida Comissão no decorrer no ano de 2017, conforme tabela a seguir:

01	07.02.2017	09	03.07.2017*
02	14.03.2017	10	31.07.2017*
03	17.03.2017	11	14.08.2017
04	10.04.2017	12	04.09.2017*
05	28.04.2017	13	18.09.2017
06	08.05.2017	14	31.10.2017
07	05.06.2017	15	18.11.2017*
08	07.06.2017*	16	16.12.2017*

*Reuniões ampliadas

Outras atividades

Em 2017 a CPOPS foi convidada a participar de audiências públicas e reuniões na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, assim como em Rodas de Conversas e formações continuadas em equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

As reuniões consideradas como *ampliadas* abarcaram Grupos Focais e Rodas de Conversa na sede do CRP 16. Estes eventos foram realizados a fim de ampliar os canais de diálogo entre conselho e categoria. A “Roda de Conversa sobre a atuação da Psicologia na Rede de Atenção à Pessoa Idosa”, ocorrida em junho de 2017, por exemplo, contou com a participação de profissionais psicólogas atuantes e simpatizantes da temática.

Destacam-se, ainda, as Rodas de Conversa promovidas em parceria com o CREPOP para leitura compartilhada do material de Referência Técnica sobre “Relações Raciais”, momento de crucial importância para a formação ética e política e atuação da categoria de psicólogas (os) capixabas.

Vale ressaltar que a CPOPS também possui representação em órgãos de controle social, entidades e fóruns.

Grupo de Trabalho em Políticas Feministas e LGBT+

Vinculado à CPOPS, o GT foi criado em março de 2017 como proposta de espaço para a articulação das (os) psicólogas (os). Considerando garantia de direitos e cidadania, numa perspectiva feminista e em prol da diversidade sexual e de gêneros, seu principal objetivo é empreender um mapeamento da rede de atenção, de serviços socioassistenciais e de saúde direcionados às demandas das pessoas LGBT e de mulheres.

Durante o exercício 2017 ocorreram 04 (quatro) reuniões, nas quais foram tratados os seguintes temas: mapeamento e articulação com as municipalidades, ações em defesa da Resolução CFP nº 001/99 que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual.

Comissão de Direitos Humanos - CDH

A Comissão de Direitos Humanos do CRP16 tem como objetivo possibilitar uma discussão mais ampla sobre a atuação de psicólogas (os) diretamente ligadas (os) aos direitos humanos.

Em consonância com as deliberações do IX CNP, a CDH tem contribuído para a visibilidade e consolidação das práticas encampadas pela Psicologia no âmbito dos Direitos Humanos. A metodologia de trabalho desta comissão envolve, além de reuniões periódicas, a participação ativa nos conselhos estaduais para a garantia de direitos; diálogo com movimentos sociais; realização de palestras de cunho orientativo e formador para profissionais da Psicologia; atuação no GT Nacional da Socioeducação.

Em suma, a CDH tem o compromisso de fomentar a discussão deste tema na formação da (o) Psicóloga (o), visando uma maior participação do profissional em projetos sociais que contemplem a construção da cidadania, a participação democrática e a ampliação da discussão sobre os direitos humanos.

Membras e Membro:

Márcio Wagner Bertaso (Conselheiro Presidente)

Tammy Andrade Motta (Conselheira Efetiva) – janeiro a abril de 2017

Marina Francisqueto Bernabé (Conselheira Suplente)

Reuniões

Durante o ano de 2017, parte das reuniões e ações da CDH foram desenvolvidas em parceria com a Comissão de Políticas Públicas e Sociais e com o CREPOP, conforme explicitado anteriormente. Assim, a CDH contribuiu para a interiorização das ações do CRP16, envolvendo-se ainda com demandas advindas do Conselho Federal de Psicologia e dos GT's da APAF.

Atividades

A CDH voltou suas atividades em 2017 para a defesa da Resolução CFP nº 001/99, que estabelece as normas para atuação da (o) Psicóloga (o) em relação à questão da orientação sexual. Não apenas o teor normativo, mas a importância que o referido documento exerce na defesa dos direitos humanos de pessoas LGBTQ+ no atual contexto brasileiro.

Por isso, o Sistema Conselhos de Psicologia mobilizou suas ações para publicização da matéria, vislumbrando a reversão da decisão judicial proferida em detrimento da resolução. As membros desta comissão também participaram de eventos em municípios do interior do ES, mediando debates e conduzindo capacitações para servidoras (es) públicos.

Resta mencionar que nos dias **13, 14 e 15 de novembro de 2017**, a conselheira presidente da CDH, Tammy Andrade Motta, participou como representante da CDH no curso de Abordagem Técnica a Tentativas de Suicídio, ofertado pelo Corpo de Bombeiros Militares do Espírito Santo.

Cabe também informar que no dia **05 de dezembro do ano de 2017**, o CRP16 foi representado pela conselheira Marina F. Bernabé, que atuou como facilitadora da “Roda de Conversa: Machismo e sua Interlocução com a Violência de Gênero”, promovida pelo município de Colatina como parte da campanha *“16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”*.

Grupo de Trabalho Sobre Atuação da Psicologia no Contexto da Socioeducação

O GT Nacional da Socioeducação deu continuidade à suas atividades em 2017, por meio de reuniões telefônicas que ocorreram durante o primeiro semestre, as quais culminaram em encontro presencial, realizado em Brasília no dia **28 de julho do referido ano**. Nesta reunião foram debatidos pontos importantes para andamento das ações propostas, sem perder de vista o trabalho desenvolvido anteriormente.

Destacam os seguintes assuntos abordados no encontro: mortes ocorridas em unidades de internação; a revisão de documentos do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) que tratam sobre temas da Socioeducação; o Plano de Ação e o Cronograma de Atividades para definição de objetivos e entregas de produtos; metodologia e discussão entre as regiões; bem como a convergência com deliberações do IX Congresso Nacional de Psicologia (CNP).

No dia **14 de agosto de 2017**, foi realizada uma reunião na sede do CRP 16 com as Psicólogas e com os Psicólogos do estado, enquanto ação do GT Socioeducação local. Em **30 de novembro** o CRP 16 compôs o evento *“A atuação da (os) Psicólogas (os) nas medidas socioeducativas: encontro e articulação sudeste”*, em São Paulo, com a presença da conselheira Marina Francisqueto Bernabé, atual coordenadora do GT na 16ª Região.

Para 2018, o GT visa intensificar suas ações e as (os) profissionais que participaram da reunião supramencionada serão convidadas/os a contribuir nas discussões para a construção de uma resolução específica sobre o tema.

Comissão Permanente de Licitação - CPL

A Comissão Permanente de Licitação (CPL) do Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região/ES é incumbida de desempenhar as atividades das licitações referentes a compras, serviços de terceiros e serviços de engenharia e demais procedimentos da licitação.

Membras e Membro:

Sharla Provietti Bitencourt (Conselheira Efetiva – Presidente)

Márcio Wagner Bertaso (Conselheiro Efetivo)

Juliana Brunoro de Freitas (Conselheira Suplente)

Em 2017 a CPL se reuniu uma vez, a fim de discutir a adequação dos contratos de serviços vigentes no CRP 16. No exercício 2017 foram abertos dois processos licitatórios para contratação de Assessoria Contábil e Assessoria de Imprensa e Comunicação Institucional, tendo o primeiro sido concluído no mês de outubro.

Comissão de Patrimônio - CP

A Comissão de Patrimônio do Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região/ES tem como objetivo controlar e coordenar o patrimônio imobilizado do CRP 16, mantendo atualizado seu inventário, seus lançamentos contábeis, de acordo com o que determina a norma 12, do livro de Normas e Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis utilizados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP).

São atribuições da Comissão de Patrimônio

- Coordenar e orientar a execução do registro patrimonial: dos bens móveis, imóveis e intangíveis;
- Fiscalizar a execução das tarefas de controle, movimentação e doação dos bens móveis e imóveis, no âmbito administrativo, financeiro e contábil, de acordo com o instituído pela norma 12 do livro de Normas e Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis utilizados pelo CFP;
- Realizar anualmente o inventário de bens móveis.

Membras:

Sharla Provietti Bitencourt (Conselheira Efetiva – Presidente)

Suzana Maria Gotardo Chambela (Conselheira Efetiva) – licenciou-se em julho de 2017, por motivo de licença maternidade

Bruna Ceruti Quintanilha (Conselheira Suplente) – em dezembro de 2017 apresentou seu pedido de licença por questões acadêmicas e profissionais

Reuniões

A CP realizou uma reunião no ano de 2017, em 18 de abril, com vistas em tratar de estratégias de lançamento dos bens patrimoniais do CRP 16 junto à Assessoria Contábil. Além disso, pontuou-se a necessidade de realizar a depreciação patrimonial, por parte dessa Assessoria, atendendo a exigência de auditorias no que se refere aos bens patrimoniais.

Comissão de Prestação de Contas - CPC

A Comissão de Prestação de Contas do Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região/ES tem como objetivo cuidar para que às ações dos gestores do Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região – ES nas esferas política, financeira, contábil e administrativa, estejam à luz dos

princípios da impessoalidade, da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme Art. 37 da Constituição Federal e de acordo com as normas do Regimento Interno do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

São atribuições da Comissão de Prestação de Contas:

- Fiscalizar, orientar e propor correções às ações dos gestores do Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região/ES nas esferas política, financeira, contábil e administrativa, quando do relatório anual de prestação de contas ou quando julgar necessário;
- Elaborar e apresentar relatório para o Plenário do CRP16 das atividades realizadas.

Membras e Membro:

Márcio Wagner Bertaso (Conselheiro Efetivo – Presidente)

Bruna Ceruti Quintanilha (Conselheira Efetiva) – em outubro assume a presidência da CPC, solicitou licença em dezembro de 2017 por questões acadêmicas e profissionais

Maria Carolina Barbosa Roseiro (Conselheira Suplente) – de janeiro a abril de 2017, sendo substituída pelo Clésio

Clésio de Oliveira Venâncio (Conselheiro Suplente) – assume em abril e é licenciado por motivo de saúde, em novembro de 2017

Marina Francisqueto Bernabé -

Suzana Maria Gotardo Chambela - licenciou-se em julho de 2017, por motivo de licença maternidade

Reuniões

Em 2017, a CPC reuniu-se duas vezes e compareceu ao CRP 16 periodicamente para acompanhar as atividades realizadas pela Gerência de Políticas e Gestão de Pessoas e Coordenação Administrativa e Financeira, no que concerne à adequação dos contratos e demonstrativos da autarquia.

Vale informar que esta comissão também acompanhou a alimentação do Portal da Transparência do CRP16.

Comissão de Emergências e Desastres - CDE

A Comissão de Emergências e Desastres (CDE) foi criada em virtude de demandas recentes em Emergências e Desastres no Espírito Santo e tem respaldo no Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil (PEPDEC), que visa não apenas o atendimento às demandas emergenciais como também o trabalho de preparação e prevenção.

Portanto, a CDE tem como função discutir temáticas que envolvam a Psicologia, nas áreas de Assistência Social e Saúde, e as possibilidades de atuação de Psicólogas (os) em situações de Emergências e Desastres. Importa ressaltar que, em consonância com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, a Comissão é ciente do dever de respeitar o protagonismo social das pessoas afetadas, direta ou indiretamente, sem promover sua vitimização ou patologização, evidenciando, em primeiro lugar, a garantia de direitos.

São objetivos da CED:

- Propiciar à (ao) Psicóloga (o) um espaço de discussão sobre o papel da Psicologia no campo de Emergências e Desastres.

- Estimular encontros entre Psicólogas e Psicólogos, visando à ampliação do diálogo na categoria profissional a respeito do impacto na saúde global das vítimas e os efeitos psicossociais em longo prazo da experiência de Emergências e Desastres;
- Colaborar com a qualificação de uma rede de profissionais para, quando necessário, atuar como voluntárias (os) em áreas de Emergências e Desastres.
- Apoiar, em casos de emergências e desastres no Espírito Santo, ações que incluam o setor público e privado.

Membras:

Tammy Andrade Motta (Conselheira Efetiva – Presidente)

Juliana Malheiros (Psicóloga Convidada)

Livia Baumgarten Entringer (Psicóloga Convidada)

Reuniões:

A CED foi reativada em setembro de 2017, mês a partir do qual o CRP16 retomou suas atividades junto à Defesa Civil do ES. No dia **26 de dezembro de 2017** foi realizada uma reunião para alinhamento das ações para o exercício 2018, bem como para definição de pontos focais no interior do Estado do ES.

Comissão de Saúde - CS

A Comissão de Saúde tem como objetivo geral dar visibilidade à experiência das Psicólogas e dos Psicólogos ao compromisso social implícito em seu trabalho na esfera das Políticas de Saúde. A CS utiliza-se estratégias para promover o fortalecimento da atuação da Psicologia Clínica, visa incentivar a inclusão da categoria profissional nos debates e ações em torno da estruturação de Políticas Públicas de Saúde nas três esferas governamentais - em nível municipal, estadual e federal.

Objetiva, ainda, integrar representantes da Psicologia que estejam nos diversos Conselhos, com o intuito de implementar e/ou acompanhar Políticas Públicas que focalizem o bem estar biopsicossocial do ser humano em seus diferentes estágios de desenvolvimento, voltando-se também para a saúde do trabalhador.

Insta salientar que as ações desta comissão são pautadas pelos princípios do Código de Ética da (o) Psicóloga (o), da Reforma Sanitária, da Luta Antimanicomial e do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como pelas deliberações do Congresso Nacional de Psicologia.

A seguir estão dispostas as informações referentes às atividades desenvolvidas pela CS no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

Membros:

Bruna Ceruti Quintanilha (Conselheira – Presidente até 18.08.2017) - solicitou licença em dezembro de 2017 por questões acadêmicas e profissionais

Clésio de Oliveira Venâncio (Conselheiro Efetivo) – de janeiro a abril de 2017

Keli Lopes Santos (Psicóloga convidada – assume como presidente a partir de 19.08.2017)

Bárbara de Souza Malvestio (Psicóloga Convidada)

Flavio Martins de Souza Mendes (Psicólogo convidado)

Reuniões

Em 2017, a Comissão de Saúde reuniu-se 11 (onze) vezes na sede do CRP 16 e tratou dos seguintes temas: atuação da Psicologia nos estabelecimentos intitulados “Comunidades Terapêuticas”; interface do poder judiciário nos equipamentos de saúde pública; sucateamento do Sistema Único de Saúde e condições de empregabilidade; atuação do CRP 16 no GT PL Osmar Terra (APAF); fenômeno da autolesão entre adolescentes. A seguir segue a tabela com as datas das reuniões dessa Comissão:

01	07.03.2017	07	01.08.2017*
02	04.04.2017	08	08.08.2017
03	09.05.2017	09	17.08.2017*
04	13.06.2017	10	19.09.2017*
05	26.06.2017*	11	10.10.2017
06	04.07.2017		

Grupo de Trabalho em Comunidades Terapêuticas

O GT de Comunidades Terapêuticas, vinculado à Comissão de Saúde, foi criado em junho de 2017 com o objetivo de definir se os estabelecimentos intitulados “Comunidades Terapêuticas” deverão ter inscrição como PJ junto ao CRP 16. Tal decisão será tomada a partir dos estudos realizados pelas integrantes do GT e das discussões tecidas com a categoria.

Este grupo é formado pelas psicólogas Keli Lopes Santos (CRP 16/2630), Andrea Campos Romanholi (CRP 16/342), Rafaela Gomes Amorim (CRP 16/2796) e tem o apoio da Gerência de Políticas e Gestão de Pessoas do CRP16. Vale apontar que em 2017 ocorreram 05 (cinco) reuniões, nas quais se realizou o levantamento de matérias, legislações e dados científicos sobre a problemática a fim de subsidiar a atividade fim do GT.

Comissão de Comunicação - COMICOM

A Comissão de Comunicação do CRP 16 tem por objetivo manter a categoria e a sociedade informadas sobre o as atividades do Conselho, os eventos de interesse das Psicólogas e dos Psicólogos, usando os canais de comunicação utilizados pela entidade (site, informativos on-line e mídias sociais).

A Assessoria de Comunicação (ASCOM) do CRP 16 integra a Comissão e é encarregada de realizar a cobertura dos eventos promovidos ou apoiados pelo Conselho, abastecendo de notícias o site e as redes sociais do Conselho. E subsidiar jornalistas, seja a partir das demandas da própria imprensa, bem como buscando espaços de inserção do Conselho em jornais, TV, Rádio, revistas e sites (mídia espontânea).

Membras e Membros:

Marina Francisqueto Bernabé (Conselheira Efetiva – Presidente) – janeiro a dezembro de 2017

Tammy Andrade Motta (Conselheira Efetiva) – janeiro a dezembro de 2017

Diemerson Saquetto (Conselheiro Efetivo) – janeiro a dezembro de 2017

Representantes da Assessoria de Comunicação do CRP 16

Reuniões

A COMICOM reuniu-se 07 (sete) vezes durante o exercício 2017, de acordo com a tabela:

01	11.01.2017	05	03.08.2017
02	11.05.2017	06	26.10.2017
03	09.06.2017	07	17.11.2017
04	06.07.2017		

CRP16 na mídia:

Dados de acesso ao site do CRP-16

(de 27 de setembro de 2016 a 9 de junho de 2017)

Visualizações de páginas – 123.144

Usuários – 57.966 (sendo 802 em 1/10/2016)

Sessões – período em que o usuário interage com a página – 75.199

Dados de acesso ao Youtube do CRP-16

(de 27 de setembro de 2016 a 9 de junho de 2017)

Visualizações – 420

Tempos de exibição - minutos assistidos – 1.110

Duração média de visualização 2'38''

Dados de acesso à fanpage do CRP-16 - Facebook

(de 27 de setembro de 2016 até 20 de outubro)

Curtidas: 5.751

Seguidores: 5.696

81% mulheres

37% entre 25 e 34 anos.

Alcance médio das publicações

Últimos 28 dias:

33.368 - pessoas alcançadas

6.388 - envolvimento com a publicação

No geral:

Publicações com links: 1.671

Fotos: 1.382

Vídeo: 382

Fãs conectados

Mais de 5 mil de segunda a sexta.

Horário: meio-dia: 2.573 / 21h: 2.843

Destaques no Facebook

O Conselho Federal de Psicologia informa que o processo está em sua fase inicial e afirma que vai recorrer da decisão liminar, bem como lutará em todas as instâncias possíveis para a manutenção da Resolução 01/99, motivo de orgulho de defensoras e defensores dos direitos humanos no Brasil. Publicação feita em 18 de setembro.

Total: 15.945 pessoas alcançadas, 904 reações, 129 compartilhamentos.

15.945 Pessoas alcançadas		
904 Reações, comentários e compartilhamentos		
627 Curtir	179 No publicação	448 Em compartilhamentos
71 Arreio	16 No publicação	56 Em compartilhamentos
2 Usar	1 No publicação	1 Em compartilhamentos
14 Triste	7 No publicação	7 Em compartilhamentos
3 Surpreso	2 No publicação	1 Em compartilhamentos
48 Comentários	8 Em uma publicação	40 Em compartilhamentos
140 Compartilhamentos	129 De uma publicação	11 Em compartilhamentos
1.455 Clique em publicações		
9 Visualizações de topo	474 Cliques no link	972 Outros cliques

Nota de repúdio e orientação à sociedade sobre cursos profissionalizantes em Psicologia Clínica, divulgada em 29 de setembro.

Total: 14.669 pessoas alcançadas, 728 reações e 173 compartilhamentos.

14.669 Pessoas alcançadas		
728 Reações, comentários e compartilhamentos		
486 Curtir	187 No publicação	299 Em compartilhamentos
21 Arreio	9 No publicação	12 Em compartilhamentos
9 Usar	0 No publicação	9 Em compartilhamentos
2 Triste	1 No publicação	1 Em compartilhamentos
10 Surpreso	3 No publicação	7 Em compartilhamentos
23 Comentários	4 Em uma publicação	19 Em compartilhamentos
177 Compartilhamentos	173 De uma publicação	4 Em compartilhamentos
1.028 Clique em publicações		
62 Visualizações de topo	0 Cliques no link	965 Outros cliques

O CRP-16 foi destaque na imprensa capixaba entre os meses de setembro de 2016 e outubro de 2017, alcançado 32 inserções em veículos de comunicação do estado do Espírito Santo: TV, Rádio, jornal impresso e internet. As referidas inserções se dividem entre:

07 – artigos publicados – assinados por conselheiros ou colaboradores do CRP-16;

25 – entrevistas de conselheiros enquanto fonte para matérias da imprensa.

Os assuntos abordados são de demandas da própria imprensa ou de pautas elaboradas pela ASCOM/COMICOM.

A seguir apresentaremos alguns destaques:

FOLHA VITÓRIA
Vitória, 05 de Outubro de 2016

Conselho Regional de Psicologia notifica site que oferece consultas via internet no Espírito Santo

Segundo o artigo, o site não está autorizado a prestar serviços de psicologia online. Lançamento do sistema no Estado aconteceu no último sábado, com a participação de celebridades.

Folha Vitória
Redação Folha Vitória

LA BASSETTI
Rua Aldeias Nelas, 1262
Vitória - ES
27 3227-9968

MAIS LIDAS

1. Sistema de avaliação por assunto de...
2. Anúncio de Oportunidade em Anúncios de...
3. Tudo que quiser ver rápido referente...
4. Roberto Fogaça recebe Prêmio...
5. Em época de mundo de perigo, Brasil...

Conselho Regional de Psicologia notifica site que oferece consultas via internet no Espírito Santo – 5 de outubro de 2016

Marina Bernabé, Mirian Beccheri Cortez e Getúlio S. S. Pinto

São, respectivamente, conselheira do Conselho Regional de Psicologia pesquisadora na área de violência contra a mulher; e psicólogo do Programa de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual (Hucam)

➤ No feminicídio, mulheres morrem pelas mãos de parceiros ou ex-parceiros que se entendem como seus donos

O ódio às mulheres por trás da chacina de Campinas

Em sua carta, antes do crime de ódio executado em 31 de dezembro de 2016, em Campinas (SP), Sidnei Ramis de Araújo, 46 anos, explica a seu filho, João Victor, 8 anos, os seus motivos. Defende-se como homem e como pai e deprecia sua ex-parceira, como mulher e como mãe. Ele tenta justificar a ação: não é “frouxo”, é um “trabalhador honesto” “preso na angústia da injustiça”. Sidnei culpa o

que chamou de “sistema feminista e umas loucas” por seu sofrimento.

No atendimento às mulheres vítimas de violência intrafamiliar, observa-se que a situação de agressão é erigida em um processo no qual participam inúmeras construções sociais/discursivas. Tudo começa com pequenos gestos, atos e falas de violência, diariamente ignorados por vizinhos, familiares e amigos, que ao

final culminam em crimes atrozes. É fundamental situar essa chacina em seu plano de emergência social e não como um fato isolado. Ela é produto direto dos discursos de ódio contra minorias. É preciso deixar de lado o tentador desejo de categorizar Sidnei como psicopata (ou outra categoria patológica).

No feminicídio, as mulheres morrem pelas mãos e pela vontade de parceiros ou ex-parceiros que se entendem como seus donos. O senso comum legítimo a crença de que as definições de gênero, principalmente a masculinidade, trazem vantagens às pessoas, quando, na verdade, são produções frágeis, em que comentários sobre roupas, ou a rejeição de

uma mulher à posição de submissão e objeto, desestabilizam muitos homens. Autorizados pela sociedade, eles constroem formas de ser e agir com base em características agressivas, violentas e rígidas.

É preciso criar estratégias que ampliem os sentidos e a rede de significados restrita de muitos homens, e que questionem o que define os comportamentos masculinos. A violência de gênero não deve ser tratada apenas no âmbito do Direito Penal. É urgente a discussão desde a Educação Básica, bem como a criação de serviços e políticas preventivas. O sistema binário que anuncia definições do que é ser homem ou mulher produz adocimento, violência e morte.

Jornal A Gazeta – 11 de janeiro

Artigo: O ódio às mulheres por trás da chacina de Campinas, assinado pela conselheira do CRP-16 Marina Bernabé, pela pesquisadora na área da violência contra a mulher, Mirian Cortez, e pelo psicólogo do Hucam, Getúlio S. de Souza Pinto.

CRISE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

“Legalizar drogas reduziria superlotação nos presídios”

FÁBIO PEDROTE

Pessoas que cometem crimes previstos na Lei de Drogas, na visão de um grupo de especialistas, poderiam ser isentas de prisão. “Legalizar as drogas, reduziria a superlotação nos presídios”, defende o doutor em psicologia Pedro Paulo Bicalho de Bicalho, que esteve em reunião no Conselho Regional do Estado, ontem.

Diretor executivo do Conselho Federal de Psicologia, e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Bicalho destacou que o modelo a ser seguido de sistema prisional está vinculado à gestão da chamada “guerra às

PAULO BICALHO: modelo prisional

drogas. “Temos uma lei que precisa ser aperfeiçoada, de forma que a sociedade brasileira discuta o tema. Não precisa ser tudo legalizado, mas as pessoas podem ser responsabilizadas pelo uso e tráfico de outras maneiras, que não a prisão”, disse o especialista.

O pesquisador afirma que nos casos das mulheres, a situação é recorrente. “O encarceramento feminino, fundamentalmente, se dá por situações ligadas às drogas. Não será possível um bom modelo carcerário se as opções de responsabilização não forem discutidas”. Segundo a Secretaria de Estado da Justiça, a maior parte dos detentos nos presídios do Estado responde por tráfico, seguido de roubo e porte ilegal de arma.

OPINIÕES

“A reforma na lei de drogas nada mais é do que reforma carcerária. A população carcerária reduziria em um terço”

Fábio Pedrote, delegado

“Não acho que legalizar seja solução. Deveriam ser criadas políticas públicas para geração de emprego e renda”

Sôstenes Araujo, pres. Sindspes

Jornal A Tribuna – 15 de janeiro de 2017:
Assunto: crise no sistema penitenciário
Fonte: Paulo Bicalho, do CFP.

AGAZETA
QUINTA, 16 DE FEVEREIRO DE 2017

CIDADES | 11

CAOS NA SEGURANÇA

PMs ENFRENTAM PÂNICO AO VOLTAR ÀS RUAS

Policiais buscam o HPM com quadro de abalo emocional

Ir para as ruas nunca foi tão difícil. Choro, desmoro, estresse e depressão: cenas vistas no último sábado, quando policiais militares começaram a voltar às atividades depois de uma semana parados, colocaram em evidência um quadro antigo e pouco conhecido — o abalo emocional de pessoas que vivem para proteger a comunidade da violência.

Centenas de PMs foram parar no Hospital da Polícia Militar (HPM) no último final de semana, 120 só no sábado. O número não para de crescer, revela o major Rogério Fernandes Lima, presidente da Associação dos Oficiais Militares do Espírito Santo (Assomes), ao afirmar ainda que tem buscado ajuda tanto para aqueles que estavam aquardados e decidiram sair dos batallhões quanto profissionais que foram convocados a abandonar as folgas ou férias para reforçar o patrulhamento até então escasso devido à paralisação da categoria.

“Quem voltou para o serviço tem sido hostilizado. É chamado de traidor e de vergonha para a corporação. Atitudes assim contribuíram para o aumento do estresse”, conta o major Rogério. Membro do Conselho Regional de Psicologia do Estado (CRPES), Carolina Roseiro admite ter encontrado no HPM uma situação preocupante ao visitar o local no último domingo. “Ali há uma situação de emergência psicológica, em alto nível de



Ambulância dos bombeiros levou policiais do quartel direto para o hospital

sofrimento, tensão e ansiedade. Eles estão vivendo o trauma de voltar para as ruas sem conquistar as condições de trabalho desejadas, tendo ainda que lidar com o julgamento da sociedade não por estarem certos ou errados, mas sendo questionados sobre o próprio papel da PM na segurança da população.”

A psicóloga explica que o tema deve ser discutido

no âmbito da saúde pública por ter escancarado um problema de adoecimento grave não vivenciado em categorias que também atuam sob estresse. “Não é um caso isolado. Houve uma ruptura que tem fragilizado a autoimagem construída por esses profissionais”, opina, ao acrescentar a importância de um programa para cuidar da saúde

mental dos policiais. A psicóloga Penélope Zecchinell também concordou sobre a relevância de prevenir doenças psíquicas, mas diz haver resistência de muitos profissionais em pedir socorro. “Há certa vergonha de se fazer terapia por conta de uma cultura que os oprime e os impede de se cuidar. Talvez o que aconteceu seja uma brecha para se

ESTRESSE

“Quem voltou para o serviço tem sido hostilizado. É chamado de traidor e de vergonha para a corporação. Atitudes assim contribuíram para o aumento do estresse.”

ROGÉRIO FERNANDES LIMA MAIOR É PRESIDENTE DA ASSOMES

tratar a mente e se recuperar sem ter ninguém apontando o dedo”, analisa.

Para ela, assim como toda a população que está perturbada e que deve demorar para se livrar do pânico, os policiais também vão levar mais tempo para processar o que aconteceu. “Alguns PMs eram um barril de pólvora. Eles enfrentam todos os dias o pior do ser humano que é a violência, um alto estresse. Quando eles começaram a sair dos quartéis, a adrenalina mais baixa causou toda essa descarga de pressão. No dia a dia, o organismo tira forças de onde não existe para dar conta dessa pressão, mas um dia tudo desaba de uma vez.”

A Secretaria de Segurança Pública (Sesp) não informou quantos policiais deixaram entrada no HPM nem informou quantos tiveram alta. Apenas disse que os profissionais são avaliados por uma junta médica.

Especialista vê estresse pós-trauma

Estresse pós-traumático é o que profissionais da PM têm sofrido na visão da psicóloga e terapeuta do sistema familiar Cássia Rodrigues. Cobranças de dentro da corporação e da sociedade, que se sentiu abandonada, podem ter provocado esse cenário. “Os policiais vivem no linear do estresse e precisam de um acompanhamento para evitar surtos coletivos como esse que temos visto. O que estão passando não é frescura.”

Cássia explica que nem todas as pessoas são resilientes, capazes de sobreviver a traumas, por isso um serviço de prevenção deve ser feito com a categoria.

Preocupados com o que está ocorrendo com os policiais, o Comitê Estadual de Prevenção e Erradicação da Tortura, ligado aos Direitos Humanos, vai investigar se houve abuso com os aquardados ou com aqueles que estavam de folga. O coordenador do comitê, Gilmar Pereira de Oliveira, explica que é necessário rigor investigativo para saber se essas pessoas sofreram tortura emocional para retornarem aos seus postos. “Temos que saber se as denúncias são verdadeiras para buscar punição aos responsáveis.”

Policiais sem condições de portar arma

Um policial militar, que não quis se identificar, esteve no Hospital da Polícia Militar (HPM) na noite de domingo, dia 12, e na manhã da última segunda-feira, dia 13. Ao portal G1, ele contou que foi até o local depois de saber que um militar amigo dele estava internado na unidade porque havia “surtado”.

Com o celular, ele conseguiu filmar os corredores do hospital lotados. Em um trecho do vídeo, é possível ver uma mulher, com uma camisa de identificação da PM, sentada no corredor e chorando.

“Corredores extremamente lotados, colegas completamente abatidos.

Olho fundo, alguns com tremedeira, tomando sororo, provavelmente porque fizeram escala de serviço seguida. Alguns estiveram na rua e passaram mal com o excesso de carga horária, além do estresse. Todos alegam que não estão em condições psicológicas de portar arma em serviço, porque sofreram muita

pressão”, disse o policial. Outro vídeo mostra uma policial militar sendo carregada no colo e, em seguida, colocada em uma maca. Uma outra gravação mostra alguns policiais fardados sentados, com as mãos na cabeça, dentro do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar.



Policiais passaram mal e precisaram ser atendidos

Jornal A Gazeta – 16 de fevereiro de 2017

Assunto: caos na segurança pública - Fonte do CRP-16: Conselheira Maria Carolina Roseiro

Suzana Gotardo e Carolina Roseiro

São, respectivamente, vice-presidente do Conselho Regional de Psicologia do Espírito Santo; conselheira do CRP-ES e mestranda em Psicologia Institucional na Ufes

/// Não seremos nós, psicólogos, a mascarar a crise, que, se possui algo de bom, é justamente expor a miséria da sociedade, inquietando-nos à luta para sua superação

O psicólogo e a crise

Os recentes acontecimentos ocorridos no Espírito Santo, que envolvem o movimento de familiares de policiais militares por melhores condições de trabalho da categoria, a produção de medo generalizado e reclusão de grande parte da população, a intervenção de forças militares federais, o drástico aumento do número de assassinatos e saques, a paralisação de diversos serviços importantes, entre outros dados, trazem à tona uma conjuntura social crítica que não pode ser situada neste período de tempo isoladamente.

As práticas de violência fazem parte do cotidiano de muitos de nós, em especial daqueles que habitam espaços marcados pela pobreza. É importante reconhecer, porém, que os homicídios noticiados nas últimas semanas mostram um agravamento da situação, notadamente para jovens das periferias urbanas, reforçando que as desigualdades sociais e a herança escravocrata do país condicionam e agravam riscos à saúde e à vida dessa população.

Vivemos um momento em que as administrações públicas da União, do Estado e de diversos municípios pautam uma política de austeridade que tem impactado drasticamente a qualidade

dos serviços públicos. Entre redução de quadro, congelamento e diminuição de salários, perda de direitos trabalhistas duramente conquistados e precarização das condições de trabalho, os psicólogos e outros profissionais têm sofrido os efeitos nefastos desse modelo.

Neste momento, em que salta aos olhos da população a importância dos serviços de saúde mental e de atendimento psicológico aos diversos grupos de pessoas atravessados pelos efeitos da violência, encontramos nosso Estado com uma profunda carência quanto a tais serviços, não só no que diz respeito ao número de profissionais, mas também à estruturação dos mesmos nas Redes de Atenção Psicossocial (RAPS).

Não camuflaremos essa situação oferecendo serviços emergenciais, em condições precárias, que não garantam o cumprimento mínimo do que prevê o Código de Ética Profissional do Psicólogo. O Conselho está aberto para apoiar e acompanhar projetos que envolvam a atuação dos profissionais da Psicologia em contextos de violência, mas as ações de autarquia têm se dado no sentido de fortalecer as lutas por uma saúde pública de qualidade para todos.

Não seremos nós, psicólogos, a mascarar a crise, que, se possui algo de bom, é justamente expor a miséria de nossa sociedade, inquietando-nos à luta para sua superação. Que, com nossas práticas, possamos afirmar a importância de se produzir outros possíveis, na promoção de uma saúde de fato coletiva.

Jornal A Gazeta – 24 de fevereiro de 2017

Artigo sobre o psicólogo e a crise (de segurança no ES), assinado pelas conselheiras do CRP-16 Suzana Gotardo e Maria Carolina Roseiro.

Bruna Quintanilha, Keli Lopes e Flávio Mendes

São psicólogos e, respectivamente, conselheira do Conselho Regional de Psicologia do ES; mestre em Psicologia Institucional; e psicanalista e mestre em Psicologia

« Depressão é influenciada por fatores sociais, psicológicos e biológicos que interferem no contexto de vida

Depressão: vamos conversar?

Neste ano, a Organização Mundial da Saúde (OMS) elegeu a depressão como tema do Dia Mundial da Saúde, lembrado na sexta-feira, 7 de abril, tendo como lema "Vamos Conversar". Segundo a OMS, a depressão é um transtorno mental frequente no mundo, principal causa de incapacidades pessoais, relacionais e sociais.

Diferentemente das variações de humor cotidianas, ela é uma con-

dição vivida por tempo prolongado com vivências de humor deprimido, perda de interesse e prazer, cansaço, ansiedade, irritabilidade, distúrbio do sono e baixa autoestima, com grande sofrimento para a pessoa e seus próximos.

Engana-se quem pensa a depressão como preguiça/descuido. Sua condição é influenciada por fatores sociais, psicológicos e biológicos que

interferem no contexto de vida e de lidar com a vida, o que inclui violências, conflitos sociais e crises econômicas/políticas.

Muitos casos não são diagnosticados e acompanhados por falta de recursos e de profissionais preparados, além da presença do preconceito com os transtornos mentais. Essa realidade preocupa os profissionais de Saúde e de Saúde Mental, pois, sem tratamento, os sintomas podem se agravar.

Entendemos o lema "Vamos conversar" como estratégia de interlocução, troca de informações e reflexão sobre a vida. Os tratamentos mais eficazes na redução e remissão dos sintomas e efetivos na vivência dos pacientes são os de ação múltipla,

somando suporte social, acompanhamento psicológico e médico. Práticas interpessoais e psicossociais, como terapias psicológicas individuais/grupais, têm bons resultados.

A prevenção e o cuidado com a depressão podem ser feitos procurando profissionais da Saúde para acolhimento, compreensão do sofrimento, avaliação e acompanhamento na rede pública (Unidades Básicas de Saúde, Centros de Atenção Psicossocial) e/ou na rede privada. Serviços Comunitários e de Instituições de Ensino também são possibilidades.

Entendemos, assim, que um dos grandes desafios encontra-se na importância do diálogo sobre a depressão. Vamos conversar?

Jornal A Gazeta – 18 de abril

Artigo sobre depressão, assinado por Bruna Quintanilha, Keli Lopes e Flávio Mendes, respectivamente, conselheira do Conselho Regional de Psicologia do ES; mestre em Psicologia Institucional; e psicanalista e mestre em Psicologia.

Debate de psicologia

O Conselho Regional de Psicologia do Espírito Santo realiza hoje um debate sobre internação compulsória em comunidades terapêuticas.

A reunião é em especial para os servidores públicos que atuam nos serviços de saúde mental do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (Suas). O debate também é aberto aos profissionais e estudantes da área.

Nota sobre reunião da Comissão de Saúde, em A Tribuna, no dia 24 de abril.

Maria C. Barbosa Roseiro, Sharla Bitencourt e Susana Gotardo

São psicólogas e conselheiras do Conselho Regional de Psicologia do Espírito Santo (CRP-ES)

▄ Movimentos de trabalhadores pela saúde constituem luta perpétua e seus focos mudaram no decorrer da história

Precarização dos empregos adoece trabalhadores

Neste mês em que comemoramos o Dia dos Trabalhadores (1º de Maio) é importante que seja feita uma reflexão sobre os temas Saúde no Trabalho e Saúde do Trabalhador. Os movimentos dos trabalhadores pela saúde constituem uma luta perpétua e os seus focos mudaram no decorrer da história.

A partir da 1ª Guerra Mundial, com o fortalecimento das bases operárias, a organização das categorias conquistou o direito de viver. A luta, então, passou a ser por

condições de trabalho que não danificassem a saúde do corpo. Houve conquistas como a diminuição da jornada de trabalho, higienização das fábricas, controle dos ruídos e gases tóxicos, entre outros.

Os aspectos listados, porém, são limitados quando a questão é o sofrimento psíquico do trabalhador. A luta pela "saúde mental" está em oposição à ideia do conceito de saúde como ausência de doença. Essa noção é equivocada, uma vez que não existe

fato que seja normal ou patológico em si.

O trabalho afeta todos os aspectos do bem-estar (físico, psicológico e social) e se estende para muito além do lugar de trabalho. É um fator de construção da identidade, autoestima, realização pessoal e qualidade dos relacionamentos. Enfim, implica profundamente na qualidade de vida, em todas as suas dimensões. É importante ressaltar que em 28 de abril foi celebrado o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, data que trata diretamente da questão.

As reflexões propostas aqui também remetem a um tema conhecido entre os setores de Recursos Humanos e a Medicina do Trabalho. Trata-se do Absenteísmo, que é a ausência do trabalhador em seu posto de trabalho por doença ou outros motivos.

Entretanto, há ainda uma análise de outro fator que se coloca como um desafio: o Presenteísmo, que é um comportamento implícito dos trabalhadores que se sentem ameaçados, inseguros ou em risco de perderem seus empregos. Nesses casos, há a tendência de permanecer no trabalho, ainda que doente, para marcar presença e demonstrar compromisso. Na verdade, o trabalhador nessas condições transmite uma falsa impressão de ser produtivo.

As reformas da Previdência e trabalhistas, que estão tramitando no Congresso, acentuarão ainda mais essas facetas negativas aqui apresentadas e agravarão as já debilitadas condições de saúde de uma grande parte dos trabalhadores brasileiros, ampliando a quantidade de pessoas adoecidas pelo próprio trabalho.

Jornal A Gazeta –23 de maio

Artigo sobre precarização dos empregos (em lembrança ao Dia da Trabalhadora e do Trabalhador), assinado pelas conselheiras do CRP-16, Carolina Roseiro, Sharla Bitencourt e Suzana Gotardo.

Diemerson Saquetto

Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Espírito Santo

▄ Quando o ser humano é encurralado, dentre as respostas comportamentais defensivas possíveis, existem as do tipo de fuga e de esquiwa. Presenciamos no pronunciamento do atual presidente Temer um conjunto de respostas de quem fora acuado por sérias acusações. Os animais selvagens tendem a se tornar agressivos quando colocados em situações de defesa para se proteger, o ser humano igualmente o faz. Em um conjunto imenso de recursos de oratória, Temer buscava demonstrar sua defesa nos moldes do cão encurralado. Demonstrações de pseudo-força como quem rosna ou



mostra os dentes. Na história política presenciamos várias manifestações igualmente repudiosas, como quando Vargas criara ficções para dar sustentação às suas intempéridas ditatoriais, nutrindo inimigos imaginários a quem deveria enfrentar em defesa do país, criando bodes que lhes expiassem os crimes. Temer se apresenta como o novo "arauto da esperança", mostrando habilidades discursivas que nutrem sua ficção ilegítima de bom gestor. Estamos diante de uma possível manipulação do real, repertório compartilhado por seus pares, ou seja, por meio de uma irônica atuação a fantasia política tende a dizer que não existe aquilo que se faz presente.

Presidente do Conselho faz análise sobre o pronunciamento de 27 de junho do presidente da república, Michel Temer. O texto está na página 22 da edição de 28 do mesmo mês do jornal A Gazeta.

Serra: entidades querem conscientizar comunidade

Serviço. Temendo violência, moradores de Portal de Manguihos não querem que Capsi atenda a dependentes químicos

A questão do funcionamento do Capsi (Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil) de Morada de Laranjeiras, na Serra, pode parar na Justiça. Moradores de Portal de Manguihos prometem fazer um pedido, nos próximos dias, para que o local não atenda a dependentes químicos. Já a Defensoria Pública do Estado e o CRP-ES (Conselho Regional de Psicologia) devem se manifestar sobre o assunto para conscientizar a população da importância do serviço e reforçar que a unidade contribui para garantir a inserção social, e não gera aumento de violência onde está instalada.

Segundo a defensoria pública do Núcleo da Infância e Juventude, Thairz Rodrigues Onofre, o órgão planeja uma audiência pública para conscientizar a população sobre o trabalho do Capsi. "Se o problema são os usuários de drogas, é preciso entender que eles estão em busca de um tratamento. Essa é uma questão de saúde pública,



Local foi alvo de protestos durante a semana | VITOR BERMUDEZ/MOGAID IMAGEM

de segurança pública. É um trabalho que deveria ser abraçado pela comunidade."

Protesto

Nas últimas terça e quarta-feiras, moradores de Portal de Manguihos fizeram protestos em frente ao Capsi, recém-entregue, e tentaram impedir a entrada de funcionários no local. No segundo dia, inclusive, a Polícia Militar foi acionada, e duas pessoas chegaram a ser detidas.

Para o vice-presidente da Associação de Moradores de Portal de Manguihos, Emerson Willian de Carvalho, 42,

o ato dos moradores não é fruto de preconceito. "Queremos mostrar que existe incompatibilidade em tratar pessoas com transtornos mentais e dependentes químicos em um único ambiente," Carvalho diz ainda que já pediu uma audiência pública com a prefeitura da Serra para expor seus argumentos. A conselheira do CRP-ES Bruna Quintanilha explica que o atendimento a dependentes químicos não interfere no tratamento de pacientes com transtornos mentais. "Existe um acompanhamento profissional,

e o tratamento é autorizado pelo governo federal. Diferentemente do que já foi dito, não existem relatos de violência em locais onde o Capsi atua", destaca.

Quem precisa dos serviços do centro acredita que a situação só dificulta o atendimento. "Tenho um irmão de 17 anos que possui problemas psiquiátricos e precisa do Capsi. Quando soube dos protestos, fiquei com receio. Nem todo mundo tem plano de saúde para frequentar consultórios particulares", diz o professor Bruno César Nascimento, 34.

Ontem, o atendimento no Capsi foi mantido. A Guarda Civil Municipal fazia a segurança na região para evitar novos transtornos. A reportagem entrou em contato com a prefeitura da Serra, que não respondeu até o fechamento desta edição.



VINICIUS ARRUDA
METRO ESPÍRITO SANTO

OPINIÃO

Espaço

"Queremos mostrar que existe incompatibilidade em tratar pessoas com transtornos mentais e dependentes químicos em um único ambiente."

EMERSON DE CARVALHO, 42, DA ASSOC. DE MORADORES DE PORTAL DE MANGUIHOS

Consequência

"Se o problema são os usuários de drogas, é preciso entender que eles estão em busca de tratamento. E, quando se afastam da droga, isso ajuda a reduzir a criminalidade"

THAIRZ RODRIGUES ONOFRE, 32, DEFENSORA PÚBLICA - NÚCLEO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Em apoio ao funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil – CAPS i – de Serra. Fonte: Conselheira Bruna Quintanilha, em 07 de julho de 2017.

Tammy Andrade Motta

É psicóloga e conselheira do Conselho Regional de Psicologia do Espírito Santo (CRP-ES)

“Aceitamos” as agressões porque aprendemos a justificá-las. Seguimos na tentativa de desnaturalizar os estereótipos de gênero em busca de igualdade de direitos

Violência silenciosa

Em abril deste ano, Marcos Harter foi indiciado por agressão à Emily Araújo dentro do reality show "Big Brother Brasil". Apesar de constatada a violação após investigação da Polícia Civil do Rio de Janeiro, o público brasileiro se mostrou dividido entre culpabilizar a vítima e responsabilizar o agressor.

De qualquer forma, o acontecimento que fundamentou a denúncia foi precedido por uma série de abusos silenciosos. Entre ofensas simbólicas e psicológicas, seguimos comprando discursos poéticos que visam amenizar a violência contra as mulheres.

Ainda hoje, 11 anos após a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), fracassamos em identificar as diversas formas de violência contra a mulher, a exemplo da psicológica.

Apesar de evidenciada na própria lei e caracterizada de maneira extensiva, parecemos não compreender que, por exemplo, ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, insulto e ridicularização são atitudes de violência.

Esta incompreensão foi demonstrada em pesquisa do Instituto Avon/Data-Popular (2013). Nela, metade dos homens entrevistados admitiu já ter xingado, ameaçado e humilhado a com-

panheira em público. Entretanto, não foi considerado necessário denunciar ou chamar a polícia nesses casos.

Isso acontece porque a violência psicológica é naturalizada ao longo de nosso desenvolvimento. Embasados em aspectos biológicos, determinamos papéis de gênero a partir do nascimento, nutrindo expectativas sobre ser homem e ser mulher.

Propiciamos o desenvolvimento da agressividade nos homens, que, na tentativa de manter os padrões de gênero impostos, negam a existência da própria vulnerabilidade e constroem suas identidades diferenciando-se de quaisquer aspectos do "feminino". As tensões resultantes desse processo são consolidadas nos discursos e piadas sexistas que tornam socialmente aceitáveis a intimidação, culpabilização e desqualificação da mulher.

Como consequência, internalizamos o medo e a vergonha que provocam em nós um estado quase anestésico de aceitação da suposta condição de inferioridade. "Aceitamos" as agressões porque aprendemos a justificá-las. Em tempos de "escola de princesas", seguimos na tentativa de desnaturalizar os estereótipos de gênero na busca pela igualdade de direitos.

Assim, provoco-lhes: qual a sua responsabilidade na perpetuação da violência contra a mulher? É hora de buscar identificar as mais sutis formas de opressão produzidas diariamente e que contribuem para a manutenção desse quadro.

Artigo da psicóloga e conselheira do CRP-16 Tammy Andrade Motta que destaca que, mesmo onze anos após a aprovação da Lei Maria da Penha, a sociedade ainda fracassa em identificar as diversas formas de violência contra a mulher, a exemplo da psicológica. O artigo saiu em 15 de agosto, no jornal A Gazeta.

RETROCESSO



ELZA FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL / ABRUJO
Bandeira do Orgulho LGBT em Brasília: desde 2009, homossexualidade deixou de ser considerada doença

Fiscalização continua no Estado

Na avaliação de Carolina Barbosa Rosseto, vice-presidente do Conselho Regional de Psicologia no Estado (CRP), as fiscalizações das chamadas terapias de "reversão gay" vão continuar ocorrendo, mesmo com a limitação concedida pela Justiça de Brasília. Ela relembra que, além da Resolução 01/1999, há o Código de Ética da categoria. "Segundo preceitos de não discriminação, de combater as opressões de qualquer espécie, princípios éticos da profissão", pondera. Outro ponto importante, segundo ela, é que a decisão não suspende a função do Conselho, que é regulamentada por lei federal. "Vamos manter o nosso posicionamento favorável à defesa da resolução, que segue as orientações da Organização Mundial de Saúde e de outros organismos mundiais", ressalta. Acrescenta que, para os manuais de diagnóstico, não existe esta patologia. "Não tem como reverter uma condição patológica que não existe", diz.

Justiça permite que gays sejam tratados como doentes

Limitar proíbe o Conselho Federal de Psicologia de fiscalizar a "reversão sexual"

Organização Mundial de Saúde. O CFP vai recorrer às instâncias superiores.

A Justiça Federal do Distrito Federal permitiu, em caráter liminar, que psicólogos possam tratar gays e lésbicas como doentes e possam fazer terapias de "reversão sexual" sem sofrer qualquer tipo de censura por parte do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Na decisão, o juiz Vladimir Cláudio de Carvalho anulou parcialmente o pedido de limitar a atuação profissional que requer a suspensão da resolução 01/1999, na qual são estabelecidas as normas de condutas dos psicólogos no tratamento de questões envolvendo orientação sexual.

O juiz mantém a resolução, mas determina que o Conselho Federal de Psicologia não imponha penalidades a quem se recusar a ser considerado doente pela

resolução foi elaborada pela própria categoria e serve como embasamento para julgamentos de práticas profissionais consideradas antagônicas. "Essa resolução tem servido como garantia de direitos da população LGBT. Ela é referência mundial e está traduzida em múltiplos idiomas. Não nos recorrer até a última instância, se for necessário", afirma Bicalho.

De acordo com ele, essa

resolução foi elaborada pela própria categoria e serve como embasamento para julgamentos de práticas profissionais consideradas antagônicas. "Essa resolução tem servido como garantia de direitos da população LGBT. Ela é referência mundial e está traduzida em múltiplos idiomas. Não nos recorrer até a última instância, se for necessário", afirma Bicalho.

resolução foi elaborada pela própria categoria e serve como embasamento para julgamentos de práticas profissionais consideradas antagônicas. "Essa resolução tem servido como garantia de direitos da população LGBT. Ela é referência mundial e está traduzida em múltiplos idiomas. Não nos recorrer até a última instância, se for necessário", afirma Bicalho.

De acordo com ele, essa

resolução foi elaborada pela própria categoria e serve como embasamento para julgamentos de práticas profissionais consideradas antagônicas. "Essa resolução tem servido como garantia de direitos da população LGBT. Ela é referência mundial e está traduzida em múltiplos idiomas. Não nos recorrer até a última instância, se for necessário", afirma Bicalho.

resolução foi elaborada pela própria categoria e serve como embasamento para julgamentos de práticas profissionais consideradas antagônicas. "Essa resolução tem servido como garantia de direitos da população LGBT. Ela é referência mundial e está traduzida em múltiplos idiomas. Não nos recorrer até a última instância, se for necessário", afirma Bicalho.

De acordo com ele, essa

resolução foi elaborada pela própria categoria e serve como embasamento para julgamentos de práticas profissionais consideradas antagônicas. "Essa resolução tem servido como garantia de direitos da população LGBT. Ela é referência mundial e está traduzida em múltiplos idiomas. Não nos recorrer até a última instância, se for necessário", afirma Bicalho.

resolução foi elaborada pela própria categoria e serve como embasamento para julgamentos de práticas profissionais consideradas antagônicas. "Essa resolução tem servido como garantia de direitos da população LGBT. Ela é referência mundial e está traduzida em múltiplos idiomas. Não nos recorrer até a última instância, se for necessário", afirma Bicalho.

De acordo com ele, essa

resolução foi elaborada pela própria categoria e serve como embasamento para julgamentos de práticas profissionais consideradas antagônicas. "Essa resolução tem servido como garantia de direitos da população LGBT. Ela é referência mundial e está traduzida em múltiplos idiomas. Não nos recorrer até a última instância, se for necessário", afirma Bicalho.



Carolina Rosseto diz que Conselho proíbe denúncia

"Processo higienista e homofóbico"

Um processo higienista e homofóbico. "Destinado a quem foge do padrão", avalia Deborah Sahar, presidente da Gold (Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade), membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos e secretária nacional de Direitos Humanos

da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Travestis e Intersexuais).

O que acontece no Brasil, acredita Deborah, é um desmonte da política de direitos humanos. Acrescenta que, nos últimos meses tem aumentado o registro de ci-

tos declarados de racismo, de intolerância religiosa, de violência contra mulheres e jovens. "É o momento político que vivemos, de retrocessos. O alvo são as populações vulneráveis, como a LGBT", observa.

Se este tipo de terapia fosse a solução, segundo Deborah, ela deveria ser adotada para outros casos. "Como os psicólogos para tratar os estereótipos, os



Deborah Sahar: casos de violência crescem

INFRADERO ADVOCATIA
PRONTO ATENDIMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 291/LAL12/SRV1/2017
Objeto: Remuneração de serviços de advocacia em nome de advogados inscritos na OAB/DF. Abertura: 03/10/2017 às 09h00. Informações: inf@infraderoadv.com.br, (71) 3254-1764/1777. Serra Pinheiro Lacerda - Proença.

Resolução 1/1999: entre os dias 19 e 22 de setembro: o CRP-16 foi destaque na imprensa capixaba em favor da diversidade sexual e contra o retrocesso e os ataques fundamentalistas à normativa do CFP. A decisão da Justiça que permitiu uma nova interpretação da resolução foi publicada em 15 do mesmo mês.





TV Vitória, presidente do Conselho fala sobre o ataque do vigia que matou crianças em uma creche no interior de Minas Gerais, no dia 9 de outubro.



Reunião com o CFP na sede do CRP 16, em 14 de janeiro.



Crise na segurança pública no ES: mesa redonda critica discurso de 'retorno à normalidade' após a 'PM retornar às ruas', em 16 de fevereiro.



Momento em que o CRP 16 cria GT para discutir a formação em Psicologia no ES, a primeira reunião do grupo ocorreu em 11 de abril.



Assembléia aprova criação e composição da Comissão Externa de Avaliação Institucional do CRP-16, em 10 de junho.



Seminário Regional de Psicologia em lembrança ao Dia da Psicóloga, realizado pelo CRP-16 na UFES, no dia 25 de agosto.



Em defesa da diversidade e dos direitos humanos, CRP-16 fortalece Marcha Vitória – Lutem pelos seus Direitos, em 22 de setembro.



Entrega de carteiras, em 18 de agosto. Mais de 20 cerimônias foram realizadas pelo Conselho em 2017. Uma delas, em Nova Venécia.

Interiorização do CRP-16 – Conselho vai a seis eventos no interior do Estado

Um dos pilares da atuação política do V Plenário do CRP 16 é a interiorização das ações do Conselho bem como a aproximação da entidade com a categoria que vive e trabalha no interior do Estado. Uma das atividades iniciais deste trabalho foi o questionário online com perguntas sobre a formação profissional, local de atuação e também acerca do conhecimento da/o psicóloga/o em relação ao Conselho de Psicologia com objetivo de aproximar o CRP-16 das psicólogas e dos psicólogos inscritas/os na autarquia.

Além disso, o Conselho sempre acolhe profissionais do interior do Estado que vêm à Vitória participar dos encontros promovidos pelas Comissões do CRP e pelo CREPOP/ES.



Em 2017, o Conselho fez-se presente, por meio de membras e membros, no interior do ES em seis ocasiões onde realizou a primeira entrega de carteiras fora da Grande Vitória; participou de Seminário sobre Socioeducação em Colatina; realizou reunião com a Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Ação Social de Santa Maria de Jetibá; e em comemoração ao Dia do Psicólogo esteve em faculdades de Psicologia do interior do Estado.

A primeira entrega de carteiras foi realizada no interior do ES, em Nova Venécia, em 24 de março.



Fortalecendo a interiorização de suas atividades, o Conselho participou do I Seminário de Medidas Socioeducativas em Colatina, no dia 31 de agosto.



O CRP-16 esteve ainda em eventos no interior do ES em lembrança ao Dia da Psicóloga e do Psicólogo. O Conselho esteve em Cachoeiro de Itapemirim (São Camilo foto e Multivix) e em Nova Venécia (Multivix), no final de agosto de 2017.



Multivix Cachoeiro



Multivix Nova Venécia



São Camilo Cachoeiro

CRP-16 fortalece vínculo com profissionais da Assistência Social de Santa Maria de Jetibá

Postado no dia 25 de outubro de 2017, às 09:38

Reunião na Secretaria de Ação Social do município é mais uma atividade de interiorização do Conselho



Reunião realizada em outubro, com a finalidade de estreitar parcerias entre CRP16 e o município de Santa Maria de Jetibá.

Notas publicadas pelo V Pleno em 2017

As *Notas* são textos de cunho orientador, que demarcam um posicionamento da gestão do CRP 16 frente à problemáticas diversas. Em 2017 totalizaram-se 05 (cinco) notas, produzidas pelas (os) membras (os) do Plenário.

1. 14/12/2017: Nota de repúdio à posição da Secretária Municipal de Assistência Social de Vitória sobre a campanha “Natal De Verdade, Servidor Solidário”;
2. 29/09/2017: Nota de repúdio e orientação à sociedade em geral sobre oferta de cursos profissionalizantes em psicologia clínica;
3. 26/05/2017: Nota de orientação do CRP 16 sobre atendimento psicológico online divulgado pelo site “Vittude”;
4. 14/02/2017: Nota de posicionamento do CRP 16 diante das atuais questões de Segurança Pública no Espírito Santo;
5. 08/02/2017: Nota de apoio do CRP 16 ao posicionamento do SINDIS-ES referente à atuação da categoria profissional durante a crise na Segurança Pública no Espírito Santo.

Informativo online

As newsletters do CRP-16 são enviadas bimensalmente via mailing com notícias do site do Conselho. Ao todo, foram 27 edições produzidas em 2017.

O Conselho Regional de Psicologia
16ª REGIÃO - ES

Informativo nº 133
Vitória
27 ABR 2017

O CRP-16 CONTATO VER ONLINE

O DIA 1º DE MAIO É DIA DE RESISTÊNCIA!

1º DE MAIO: PRECARIZAÇÃO ADOECE TRABALHADORAS E TRABALHADORES

CRP-16 lembra ainda o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho (28 de abril)

[Leia mais...](#)

GT EM POLÍTICAS FEMINISTAS E LGBT TRAZ AÇÕES EM TORNO DAS QUESTÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

Próxima reunião está prevista para o dia 10 de maio. Veja os encaminhamentos do encontro, realizado no dia 12 de abril

[Leia mais...](#)

ANUIDADE 2017: QUARTAS PARCELAS (PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA) VENCEM NO DIA 30 DE ABRIL

Veja os valores e fique em dia com o seu Conselho!

[Leia mais...](#)

CONSELHO NÃO TERÁ EXPEDIENTE NESTA SEXTA-FEIRA, 28

Funcionamento normal retomado em 2 de maio, após o feriado do Dia da Trabalhadora e do Trabalhador (1º)

[Leia mais...](#)

CRP-16 ADERE A PARALISAÇÃO NACIONAL E NÃO TERÁ EXPEDIENTE NESTA SEXTA-FEIRA, 28

Comissão de Educação - CE

A Comissão tem a proposta de criar um espaço para a articulação das (os) Psicólogas (os) escolares/educacionais e de todas (os) as (os) que trabalham, de algum modo, com processos de formação no Estado do Espírito Santo, em cursos superiores inclusive. E tem como objetivo mobilizar a categoria em torno da ampliação qualificada das (os) Psicólogas (os) nos diferentes níveis de ensino, além de fomentar a discussão acerca da formação em Psicologia e do processo de medicalização no campo da Educação.

Membras e Membro:

Suzana M. Gotardo Chambela (Conselheira Efetiva Presidente) – até abril de 2017, licenciou-se um julho de 2017, devido a licença maternidade

Diemerson Saquetto (Conselheiro Efetivo) – assumiu a presidência da CE em abril 2017

Juliana Peterle Ronchi (Psicóloga convidada – até abril/2017)

Lígia C. Pereira Pimenta (Psicóloga convidada – a partir de maio/2017)

Reuniões

Em 2017, a Comissão de Educação reuniu-se 08 (oito) vezes na sede do CRP 16 e tratou dos seguintes temas: proposta de revisão das Referências Técnicas para atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica; levantamento dos Projetos de Lei existentes que assegurem a contratação de Psicólogas (os) nos equipamentos da Educação Básica; articulação das(os) Psicólogas (os) educacionais capixabas; incluir debates e propostas quanto ao processo de medicalização na educação; implicações éticas da formação em Psicologia; proposta de reativação de um núcleo da ABEP no Espírito Santo.

01	25.01.2017	06	07.07.2017
02	21.03.2017	07	22.09.2017
03	11.04.2017	08	26.09.2017
04	25.04.2017	09	06.10.2017
05	30.05.2017	10	24.11.2017

Outras atividades

Em 2017 a Comissão de Educação do CRP 16 participou de eventos nas Instituições de Ensino Superior (IES), bem como em uma escola da rede pública de ensino, no município de Serra/ES.

Grupo de Trabalho de Formação em Psicologia

O Grupo de Trabalho de Formação em Psicologia foi criado com o intuito de aproximar as IES e o CRP 16, estabelecendo um canal direto de diálogo para discutir a formação em Psicologia no estado do Espírito Santo.

Composto pelos membros da Comissão de Educação do CRP 16 e pelas (os) Coordenadoras (es) de curso de Psicologia das IES capixabas, em 2017, este GT totalizou 02 (duas) reuniões, todas realizadas na sede do CRP16.

Comissão Externa de Monitoramento e Avaliação Institucional – CEMAI

A criação da CEMAI foi aprovada na Assembléia Geral das (os) Psicólogas (os), realizada em 10 de junho de 2017, com vistas em conceder mais transparência à prestação de contas do CRP 16. A Comissão vai pensar estratégias administrativas e financeiras para acompanhar a elaboração da prestação de contas do Conselho.

A definição da Comissão aconteceu após o Conselho apresentar o diagnóstico institucional, que o V Pleno produziu, a partir do planejamento estratégico plurianual da gestão, realizado em março de 2017. Os trabalhos desta comissão são definidos por seus membros, sem interferência das (os) Conselheiras (os) do V Pleno.

Na Assembléia de Prestação de Contas, realizada no dia 21 de outubro de 2017, foi aprovada a recomposição da CEMAI, com o acréscimo de uma sexta integrante, a Psicóloga Danielle Pansini de Souza (CRP16/2221).

Membros:

Rafaela Gomes Amorim (CRP 16/2796)
 Paula Maria Valdetaro Rangel (CRP 16/2787)
 Roberta Zacché Iglesias (CRP 16/1604)
 Lucas Có Barros Duarte (CRP 16/4767)
 Douglas Gonçalves Jacob (CRP 16/1989)
 Danielle Pansini de Souza (CRP16/2221)

Reuniões

Em 2017, a CEMAI reuniu-se 11 (onze) vezes, em sua maioria na sede do CRP 16, de acordo com a tabela a seguir:

01	21.06.2017	07	25.09.2017
02	05.07.2017	08	04.10.2017
03	19.07.2017	09	08.11.2017
04	03.08.2017	10	22.11.2017
05	30.08.2017	11	13.12.2017
06	05.09.2017		

Metodologia:

Foram realizadas 11 (onze) reuniões ao longo do segundo semestre de 2017, sendo a periodicidade quinzenal, com duração aproximada de três horas. Em todas as reuniões, foi produzida ata documentando os informes, pontos de pauta e suas deliberações.

Atividades:

Desde a sua criação, a CEMAI elaborou um Plano de Trabalho para 2018 contendo propostas que abrangem as áreas administrativas, financeiras e políticas do CRP 16. Para isso, pensou-se em reuniões com os profissionais desta instituição e foram realizados dois encontros para conhecer e construir coletivamente indicadores a serem acompanhados e analisados: o setor de recursos humanos, o setor financeiro e de cobrança.

Estas reuniões ocorreram com supervisão da Coordenação Administrativo Financeira e/ou da Gerência de Políticas e Gestão Pessoas. Esta comissão também participou como convidada de reuniões plenárias do V Pleno e da Assembléia Geral de Prestação de Contas, realizada em 21 de outubro de 2017.

Para o ano de 2018, pretende-se organizar e planejar as ações para o funcionamento da CEMAI e acompanhar e monitorar os indicadores financeiros, administrativos e políticos do conselho, conforme consta no Plano de Trabalho elaborado, que se encontra em anexo.

Abaixo segue uma tabela com as ações e tarefas propostas para o ano de 2018:

AÇÃO / ATIVIDADE PROPOSTA	TAREFA E ESTRATÉGIA
Organizar e planejar as ações do funcionamento desta comissão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reuniões mensais (ou conforme demanda); preferencialmente na sede do CRP 16. 2. Leitura das atas e extratos das Assembleias para acompanhamento; 3. Leitura das atas e extratos das Plenárias para acompanhamento; 4. Elaboração das atas das reuniões da CEMAI; 5. Realizar devolutivas das análises realizadas pela CEMAI à categoria e ao CRP16;
Acompanhar e monitorar os indicadores financeiros	<ol style="list-style-type: none"> 1. Detalhar os indicadores financeiros. 2. Validar indicadores com Plenária - inclusive periodicidade de monitoramento. 3. Setores do CRP enviam os dados dos indicadores. 4. CEMAI analisa os dados/indicadores do período. 5. CEMAI elabora relatório. 6. Reunir com funcionários e conselheiros do CRP responsáveis pelo tema para validação dos dados. 7. Divulgar relatório para categoria. 8. Avaliar a prestação de contas do ano de 2018 CRP.
Acompanhar e monitorar os indicadores administrativos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Propor indicadores administrativos; 2. Avaliar proposta de indicadores com servidores e Conselheiros do CRP. 3. Detalhar os indicadores. 4. Validar indicadores com Plenária - inclusive periodicidade de monitoramento. 5. Setores do CRP enviam os dados dos indicadores. 6. CEMAI analisa os dados/indicadores do período. 7. CEMAI elabora relatório. 8. Reunir com funcionários e conselheiros do CRP responsáveis pelo tema para validação dos dados. 9. Divulgar relatório para categoria. 10. Avaliar a prestação de contas do ano de 2018 do CRP-16.
Acompanhar e monitorar os indicadores das ações políticas do CRP 16	<ol style="list-style-type: none"> 1. Propor indicadores das ações políticas do CRP. 2. Avaliar proposta de indicadores com servidores e Conselheiros do CRP. 3. Detalhar os indicadores. 4. Validar indicadores com Plenária - inclusive periodicidade de monitoramento. 5. Setores do CRP enviam os dados dos indicadores. 6. CEMAI analisa os dados/indicadores do período. 7. CEMAI elabora relatório. 8. Reunir com funcionários e conselheiros do CRP responsáveis pelo tema para validação dos dados. 9. Divulgar relatório para categoria. 10. Avaliar a prestação de contas do ano de 2018 do CRP-16.

Dados monitorados e avaliação:

Devido à criação recente da referida Comissão, não havia versão/modelo anterior de Plano de Trabalho e nem mesmo de indicadores para o monitoramento da Comissão. Os dados já coletados pela CEMAI ainda não foram avaliados e também estão incompletos.

Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) do Espírito Santo tem como finalidade apresentar os principais resultados produzidos pela Rede CREPOP/CFP ao longo do ano de 2017, no âmbito da investigação da prática profissional e das demais atividades executadas pelo CREPOP/ES no CRP 16.

O CREPOP/CRP 16 buscou também realizar de maneira efetiva as atividades propostas pela Coordenação Nacional do CREPOP/CFP, além de atender as demandas solicitadas pelas Comissões do CR P16, principalmente de Direitos Humanos, Políticas Públicas e Sociais e Saúde, além da Plenária do CRP 16.

Membras:

Juliana Brunoro de Freitas (Conselheira Suplente – Responsável) - período entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017

Sabrina Ribeiro Cordeiro (Conselheira Efetiva – Responsável) - período entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017

Mariana Moulin Brunow Freitas (Assessora Técnica) - período entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017

Atividades Realizadas**Realização de Atividades Propostas pela Coordenação Nacional do CREPOP – CFP****a) Designação de sugestão de especialistas para Comissão *Ad Hoc***

Data: Março de 2017

Objetivo: Indicar de especialistas para compor comissões ad-hoc para redação dos documentos de referências, nas áreas: ‘Atenção Básica à Saúde’, ‘Diversidade Sexual’, ‘Idoso’, ‘População em Situação de Rua’, ‘Psicologia Hospitalar’, ‘Segurança Pública’ e ‘Populações Tradicionais, Indígenas e Quilombolas’.

b) Reunião de Conselheiras (os) do CREPOP

Data: 05 de maio de 2017 (sexta-feira)

Local: Conselho Federal de Psicologia, Brasília/DF

Objetivo: Definição das atividades do CREPOP ao longo de 2017.

c) Revisão de documentos de Referência Técnica

Data: Julho a setembro de 2017

Objetivo: Revisar todos os documentos publicados sobre “SUAS” pelo CREPOP: “CRAS”, “CREAS”, “GESTOR”, “MEIO ABERTO” e “VIOLÊNCIA/ABUSO/EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS/ADOLESCENTES”.

d) Participação de reuniões telefônicas

Data: 27.04, 20.06, 04.07, 18.07, 18.08, 14.09 e 07.11 de 2017

Objetivo: Alinhar as discussões sobre a revisão dos documentos sobre o “SUAS” e outras demandas.

e) Reunião Nacional do CREPOP

Datas: 29 e 30 de novembro de 2017 (quarta e quinta-feira)

Local: Conselho Federal de Psicologia, Brasília/DF

Objetivo: Definição de pesquisas 2018 do CREPOP.

f) Colóquio “Escurecendo Olhares na Psicologia”

Data: 02 de outubro de 2017 (segunda-feira)

Local: Museu do Negro Capixaba (MUCANE)

Objetivo: Realizar o lançamento da Referência Técnica sobre “Relações Raciais”

g) Pesquisa SUAS

Data: Entre fevereiro a dezembro de 2017

Etapas: Realização de questionário *online*; produção de relatórios de análises; realização de Grupos Focais; e produção de relatórios sínteses dos Grupos Focais.

▪ **Apoio nas Ações do V Plenário – CRP16/ES**

a) Pesquisa “Diagnóstico – CRP16/ES”

Data: Entre dezembro de 2016 a janeiro de 2017 (coleta de dados)

Objetivo: Promover uma gestão mais democrática e participativa junto a categoria profissional

Resultado: Entrega de relatório de análise na 162ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região - CRP16, realizada no dia 18 de fevereiro do ano de 2017.

b) Evento “Seminário Regional de Psicologia: desafios na atuação profissional”

Data: 25 de agosto de 2017 (sexta-feira)

Horário: 09 às 18 horas

Local: Auditório do Centro de Ciências Exatas da UFES, Vitória/ES

Objetivo: Comemorar o Dia da(o) Psicóloga(o)

▪ **Apoio nas Ações da Comissão de Direitos Humanos – CRP 16**

a) Apoio no GT da Socioeducação

Data: Ao longo do ano 2017

Local: Sede do CRP16/ES

Objetivo: Discutir as condições de trabalho das(os) Psicólogas(os) que atuam com medidas socioeducativas de internação e propor uma Nota Técnica a ser implantada no Sistema Conselhos de Psicologia.

▪ **Apoio nas Ações da Comissão de Políticas Públicas e Sociais – CRP16/ES**

a) Fórum Capixaba de Lutas Sociais

Data: Encontros mensais, ao longo de 2017

Horário: 14 às 18 horas

Local: ADUFES, Vitória/ES

Objetivo: Lutar contra as políticas de austeridade, bem como defender a vida, a igualdade e a liberdade.

b) Roda de Conversa e Leitura Compartilhada da Referência Técnica sobre “Relações Raciais”

Datas: 18 de novembro e 16 de dezembro de 2017

Local: Sede do CRP16/ES

Objetivo: Refletir sobre a pauta racial, pensando linhas de atuação profissional.

▪ **Apoio nas Ações da Comissão de Saúde – CRP16/ES**

a) Grupo de Prevenção do Suicídio

Data: Encontros mensais, às terças-feiras, ao longo de 2017

Horário: 10 às 12 horas

Local: RodoSol, Vitória/ES

Objetivo: Reuniões para discutir sobre o tema prevenção do suicídio no Espírito Santo

b) V Seminário de Prevenção do Suicídio no ES

Datas: 30 de agosto e 01 e 02 de setembro de 2017 (quarta, sexta-feira e sábado, respectivamente)

Local: Teatro da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES

Objetivo: Evento para debater sobre prevenção do suicídio entre crianças, adolescentes e jovens

▪ **Outras Atividades Realizadas**

a) Levantamento e atualização dos dados das Secretarias Estadual e Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde:

Data: Janeiro de 2017

Objetivo: Atualizar os dados de nome da secretaria, secretário(a), endereço e e-mail para os futuros encaminhamentos de ofícios e convites do CREPOP/CRP16, entre outras necessidades.

b) Participação nas reuniões de entrega de Carteira Profissional

Data: Ao longo do ano 2017

Objetivo: Participação da reunião para apresentação do CREPOP.



Leandro Gama de Moraes	TITULAR	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CRIAD)	CPOPS
Maria Carolina F. Barbosa Roseiro	SUPLENTE	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CRIAD)	CPOPS
ASSEMBLEIA ELEITORAL SUSPENSÃO	TITULAR	Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONDEF)	CDH
ASSEMBLEIA ELEITORAL SUSPENSÃO	SUPLENTE	Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONDEF)	CDH
Kesya Souza (até 06/12)	TITULAR	Comitê Estadual de Prevenção e Erradicação da Tortura (CEPET/ES)	CDH
Julia Carvalho dos Santos (titular a partir de 06/12)	SUPLENTE	Comitê Estadual de Prevenção e Erradicação da Tortura (CEPET/ES)	CDH
Patrícia Lopes Cordeiro	TITULAR	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDDIPI)	CDH
Mariana Moulin Brunow Freitas	TITULAR	Fórum Capixaba de Lutas Sociais	CPOPS
Mariana Moulin Brunow Freitas	TITULAR	GT de Prevenção ao Suicídio	CDH
Eliene Rocha Gomes	SUPLENTE	GT de Prevenção ao Suicídio	CDH
Tammy Andrade Motta	TITULAR	Conselho Municipal de Direitos Humanos de Vitória	CDH
Danilo Candido Lemos	SUPLENTE	Conselho Municipal de Direitos Humanos de Vitória	CDH
Pedro Henrique Cunha Duque	TITULAR	Conselho Estadual de Saúde	CS
Marina Francisqueto Bernabé	TITULAR	Conselho Estadual LGBT+	CDH
Gabriela Bergamaschi	SUPLENTE	Conselho Estadual LGBT+	CDH
Gabriela Boldrini da Silva	TITULAR	Aliança Estadual pela cidadania LGBT	CPOPS
Gabriela Bergamaschi	SUPLENTE	Aliança Estadual pela cidadania LGBT	CPOPS
Gabriela Bergamaschi	TITULAR	Fórum Estadual LGBT	CPOPS
Gabriela Boldrini Silva	SUPLENTE	Fórum Estadual LGBT	CPOPS
Daniela Reis e Silva	PONTO FOCAL	Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil - CEPDEC/ES	CED
Tammy Andrade Motta	PONTO FOCAL	Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil - CEPDEC/ES	CED
Sabrina R. Cordeiro	TITULAR	FETSUAS	CPOPS

DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Tabela 13: Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Balanco Orçamentário

CRP/ES

Conselho Regional de Psicologia / ES

CNPJ: 06.964.242/0001-81

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	3.030.831,00	3.030.831,00	1.981.490,16	-1.049.340,84
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.535.520,00	2.535.520,00	1.802.499,14	-733.020,86
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	2.313.360,00	2.313.360,00	1.674.785,11	-638.574,89
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	2.036.288,00	2.036.288,00	1.482.738,99	-553.549,01
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	277.072,00	277.072,00	192.046,12	-85.025,88
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	179.443,00	179.443,00	124.303,32	-55.139,68
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	151.810,00	151.810,00	114.764,41	-37.045,59
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	27.633,00	27.633,00	9.538,91	-18.094,09
FUNDO DE SEÇÕES	42.717,00	42.717,00	3.410,71	-39.306,29
RECEITA DE SERVIÇOS	68.914,00	68.914,00	60.851,74	-8.062,26
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	49.881,00	49.881,00	49.258,33	-622,67
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	6.069,00	6.069,00	4.699,35	-1.369,65
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	12.964,00	12.964,00	6.894,06	-6.069,94
FINANCEIRAS	80.000,00	80.000,00	70.349,50	-9.650,50
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	25.000,00	25.000,00	33.037,32	8.037,32
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	55.000,00	55.000,00	37.312,18	-17.687,82
MULTAS SOBRE ANUIDADES	15.000,00	15.000,00	15.093,30	93,30
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	40.000,00	40.000,00	22.218,88	-17.781,12
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	346.397,00	346.397,00	47.789,78	-298.607,22

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página:1/3

CRP/ES

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
DÍVIDA ATIVA	330.035,00	330.035,00	47.789,78	-282.245,22		
MULTAS DE INFRAÇÕES	16.362,00	16.362,00	0,00	-16.362,00		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	3.030.831,00	3.030.831,00	1.981.490,16	-1.049.340,84		
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL	3.030.831,00	3.030.831,00	1.981.490,16	-1.049.340,84		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	2.462.900,00	2.468.219,51	1.877.999,29	1.877.999,29	1.817.708,29	590.220,22
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.032.385,00	1.103.795,51	869.815,00	869.815,00	853.281,08	233.980,51
REMUNERAÇÃO PESSOAL	789.914,00	821.324,51	630.846,66	630.846,66	630.846,66	190.477,85
ENCARGOS PATRONAIS	242.471,00	282.471,00	238.968,34	238.968,34	222.434,42	43.502,66
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.430.515,00	1.364.424,00	1.008.184,29	1.008.184,29	964.427,21	356.239,71
BENEFÍCIOS A PESSOAL	156.100,00	164.100,00	133.932,45	133.932,45	133.932,45	30.167,55
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	8.000,00	2.034,00	1.695,00	1.695,00	1.695,00	339,00
USO DE BENS E SERVIÇOS	153.736,00	101.611,00	73.854,28	73.854,28	73.854,28	27.756,72
SERVICIOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	383.000,00	363.000,00	254.715,61	254.715,61	246.735,61	108.284,39
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	652.679,00	652.679,00	507.518,13	507.518,13	471.741,05	145.160,87
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	47.000,00	47.000,00	8.417,12	8.417,12	8.417,12	38.582,88
SERVIÇOS BANCÁRIOS	30.000,00	34.000,00	28.051,70	28.051,70	28.051,70	5.948,30
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	567.931,00	562.611,49	4.381,99	4.381,99	4.381,99	558.229,50
INVESTIMENTOS	33.000,00	27.680,49	4.381,99	4.381,99	4.381,99	23.298,50
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	16.000,00	10.680,49	4.381,99	4.381,99	4.381,99	6.298,50
INTANGÍVEL	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	524.931,00	524.931,00	0,00	0,00	0,00	524.931,00

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página:2/3

CRP/ES

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	524,931,00	524,931,00	0,00	0,00	0,00	524,931,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10,000,00	10,000,00	0,00	0,00	0,00	10,000,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	3,030,831,00	3,030,831,00	1,882,381,28	1,882,381,28	1,822,090,28	1,148,449,72
SUPERÁVIT	0,00	0,00	99,108,88	0,00	0,00	-99,108,88
TOTAL	3,030,831,00	3,030,831,00	1,981,490,16	1,882,381,28	1,822,090,28	1,049,340,84

Vitória-ES, 31 de dezembro de 2017

Diemerson Saquetto
Presidente
CRP: 16/2673
093.973.767-13

Sharla Proviatti Bitencourt
Tesoreiro
CRP: 16/806
046.616.977-90

Rubem Daniel Santos Silva
Contador
CRC: 008295/0-1
856.395.167-04

Balanco Financeiro

CRP/ES

Conselho Regional de Psicologia / ES

CNPJ: 06.964.242/0001-81

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.981.490,16	1.648.644,80	Despesa Orçamentária	1.882.381,28	1.756.526,85
RECEITA REALIZADA	1.981.490,16	1.648.644,80	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	60.291,00	48.279,59
RECEITA CORRENTE	1.981.490,16	1.648.644,80	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.822.090,28	1.708.247,26
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.802.499,14	1.487.867,67	DESPESA CORRENTE	1.817.708,29	1.696.225,36
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	1.674.785,11	1.388.382,35	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	630.846,66	568.016,16
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	1.482.738,99	1.250.434,33	ENCARGOS PATRONAIS	222.434,42	140.745,85
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	192.046,12	137.948,02	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	964.427,21	987.199,81
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	124.303,32	77.835,80	DESPESA DE CAPITAL	4.381,99	12.021,90
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	114.764,41	75.361,35	INVESTIMENTOS	4.381,99	12.021,90
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	9.538,91	2.474,45	JUROSE E ENCARGOS DA DÍVIDA		263,54
FUNDO DE SEÇÕES	3.410,71	21.649,52			
RECEITA DE SERVIÇOS	60.851,74	64.822,22			
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	49.258,33	50.188,29			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	4.699,35	5.541,80			
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	6.894,06	9.092,13			
FINANCEIRAS	70.349,50	58.208,79			
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	33.037,32				
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	37.312,18	58.208,79			

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página:1/2

CRP/ES

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES		36.175,18			
MULTAS SOBRE ANUIDADES	15.093,30				
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	22.218,88	22.033,61			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.789,78	37.746,12			
DÍVIDA ATIVA	47.789,78	32.809,44			
MULTAS DE INFRAÇÕES		1.706,08			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		3.230,60			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	1.193.058,69	996.468,75	Pagamentos Extraorçamentários	1.228.416,33	934.813,18
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	60.291,00	48.279,59	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	47.736,96	32.845,59
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	144.434,67	127.421,07	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	152.631,20	107.216,45
Outros Recebimentos Extraorçamentários	988.333,02	820.768,09	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.028.048,17	794.751,14
Saldo em espécie do Exercício Anterior	40.489,85	86.716,33	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	104.241,09	40.489,85
Caixa e Equivalente de Caixa	40.489,85	86.716,33	Caixa e Equivalente de Caixa	104.241,09	40.489,85
Depósitos, Rest, Vrs Vinculados			Depósitos, Rest, Vrs Vinculados		
Total:	3.215.038,70	2.731.829,88		3.215.038,70	2.731.829,88

Vitória-ES, 31 de dezembro de 2017

Diemerson Saquetto
Presidente
CRP: 16/2673
093,973,767-13

Sharla Provietti Bitencourt
Tesoreroiro
CRP: 16/806
046,616,977-90

Rubem Daniel Santos Silva
Contador
CRC: 008295/0-1
856,395,167-04

Balanco Patrimonial

CRP/ES

Conselho Regional de Psicologia / ES

CNPJ: 06.964.242/0001-81

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanco Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2016 à 31/12/2016

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.462.879,24	983.578,40	PASSIVO CIRCULANTE	160.095,70	162.707,38
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	104.241,09	40.489,85	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.741,29	2.438,14
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.298.718,74	900.525,68	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	59.326,51	36.170,51	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	71.036,96	56.613,08
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	592,90	6.392,36	PROVISÕES A CURTO PRAZO	69.349,15	55.839,23
	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	17.968,30	47.816,93
	0,00	0,00	RESTOS A PAGAR	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	501.010,85	464.110,39	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	222.419,87	189.901,40	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	222.419,87	189.901,40	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	214.994,99	210.613,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	121.773,99	117.392,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	93.221,00	93.221,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	63.595,99	63.595,99		0,00	0,00
SOFTWARES	63.595,99	63.595,99		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	160.095,70	162.707,38

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página:1/2

CRP/ES

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017
Período Anterior: 01/01/2016 à 31/12/2016

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	1.803.794,39	1.284.981,41
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.803.794,39	1.284.981,41
TOTAL	1.963.890,09	1.447.688,79	TOTAL	1.963.890,09	1.447.688,79
ATIVO FINANCEIRO	164.160,50	80.683,02	PASSIVO FINANCEIRO	90.746,55	142.642,24
ATIVO PERMANENTE	1.799.729,59	1.367.005,77	PASSIVO PERMANENTE	69.349,15	20.065,14
SALDO PATRIMONIAL				1.803.794,39	1.284.981,41

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	73.413,95	-61.959,22

Vitória-ES, 31 de dezembro de 2017

Diemerson Saquetto
Presidente
CRP: 16/2673
093.973.767-13

Sharla Proviatti Bitencourt
Tesooureiro
CRP: 16/806
046.616.977-90

Rubem Daniel Santos Silva
Contador
CRC: 008295/0-1
856.395.167-04

Impresso em: 14/05/2018 09:40

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página:2/2

Demonstração dos Fluxos de Caixa

CRP/ES

Conselho Regional de Psicologia / ES

CNPJ: 06,964,242/0001-81

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	
INGRESSOS	
RECEITA CORRENTE	1,981,490,16
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1,802,499,14
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	1.674.785,11
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	1.482.738,99
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	192.046,12
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	124.303,32
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	114.764,41
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	9.538,91
FUNDO DE SEÇÕES	3.410,71
RECEITA DE SERVIÇOS	60.851,74
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	49.258,33
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	4.699,35
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	6.894,06
FINANCEIRAS	70.349,50
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	33.037,32
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	37.312,18
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	15.093,30
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	22.218,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.789,78
DÍVIDA ATIVA	47.789,78
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00
OUTROS INGRESSOS	1,132,767,69
DESEMBOLSOS	
CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.822.090,28
DESPESA CORRENTE	1,817,708,29
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	630.846,66
ENCARGOS PATRONAIS	222.434,42
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	964,427,21
JUROSE E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS	1.228.416,33
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	68.133,23
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
INGRESSOS	
DESEMBOLSOS	
INVESTIMENTOS	4,381,99
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4,381,99
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
INGRESSOS	
DESEMBOLSOS	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00

Página:1/2

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

CRP/ES

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

	Exercício Atual
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	63.751,24
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	40.489,85
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	104.241,09

Vitória-ES, 31 de dezembro de 2017

Diemerson Saquetto
Presidente
CRP: 16/2673
093.973.767-13

Sharja Provettti Bitencourt
Tesoureiro
CRP: 16/806
046.616.977-90

Rubem Daniel Santos Silva
Contador
CRC: 008295/0-1
856.395.167-04

Variações Patrimoniais

CRP/ES

Conselho Regional de Psicologia / ES

CNPJ: 06.964.242/0001-81

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Variações Patrimoniais

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	2.496.221,99	2.028.088,03	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.977.409,01	1.999.615,72
CONTRIBUIÇÕES	2.355.839,53	1.897.329,75	PESSOAL E ENCARGOS	1.026.438,59	895.802,27
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.355.839,53	1.897.329,75	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	641.238,92	603.011,33
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.355.839,53	1.897.329,75	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	641.238,92	603.011,33
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	60.851,74	64.822,22	ENCARGOS PATRONAIS	251.267,22	179.897,77
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	60.851,74	64.822,22	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	251.267,22	179.897,77
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	60.851,74	64.822,22	BENEFÍCIOS A PESSOAL	133.932,45	112.893,17
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	70.349,50	58.208,79	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	133.932,45	112.893,17
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	250,06	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	1.695,00	2.017,50
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0,00	250,06	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	1.695,00	2.017,50
JUROS E ENCARGOS DE MORA	33.037,32	35.925,12	OUTROS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	1.695,00	2.017,50
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	33.037,32	35.925,12	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	328.569,89	419.111,36
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	37.312,18	22.033,61	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	5.876,93	9.262,67
MULTAS SOBRE ANUIDADES	37.312,18	22.033,61	CONSUMO DE MATERIAL	5.876,93	9.262,67
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	9.181,22	7.727,27	SERVIÇOS	322.692,96	409.848,69
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	9.181,22	7.727,27	DIARIAS, AJUDAS DE CUSTO E JETONS	35.100,00	23.830,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS	0,00	1.706,08	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	32.877,35	54.364,95
INDENIZAÇÕES	0,00	3.230,60	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	254.715,61	331.653,74
REVERSAO DE PROVISÕES	9.181,22	2.790,59	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	74.264,83	83.046,60
			JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	28.051,70	35.027,76
			OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	28.051,70	35.027,76
			JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	263,54
			OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	263,54
			DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	46.213,13	47.755,30
			DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	46.213,13	47.755,30
			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	0,00	500,00

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página:1/2

CRP/ES

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	500,00
			TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	500,00
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	30.505,45	159.071,17
			REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	28.625,95	159.071,17
			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITOS	28.625,95	159.071,17
			PERDAS INVOLUNTARIAS	1.879,50	0,00
			OUTRAS PERDAS INVOLUNTARIAS	1.879,50	0,00
			TRIBUTÁRIAS	507.518,13	422.664,31
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.497,71	1.989,35
			IMPOSTOS	1.497,71	1.989,35
			CONTRIBUIÇÕES	506.020,42	420.674,96
			CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	506.020,42	420.674,96
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.417,12	17.402,51
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.417,12	17.402,51
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	8.417,12	17.402,51
Total das Variações Ativas :	2.496.221,99	2.028.088,03	Total das Variações Passivas :	1.977.409,01	1.999.615,72
			RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	518.812,98	28.472,31
Total	2.496.221,99	2.028.088,03	Total	2.496.221,99	2.028.088,03

Vitória-ES, 31 de dezembro de 2017

Diemerson Saquetto
Presidente
CRP 16/2673
093.973.767-13

Sharla Proviatti Bitencourt
Tesoureira
CRP 16/806
046.616.977-90

Trasposições orçamentárias

Foram feitas sete transposições orçamentárias durante o exercício 2016: no mês 01/2016 R\$24.294,00, no mês 02/2016 R\$22.200,00, no mês 04/2016 R\$12.139,55, no mês 06/2016 R\$81.800,00, no mês 09/2016 R\$7.559,00 e no mês 11/2016 R\$ 55.906,01.

COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Durante o ano 2017 foram realizadas/renovadas cinco licitações:

1. Processo n.º 001/2017-PE – PREGÃO ELETRÔNICO - Tipo Menor Preço Global

(Referente ao Processo Administrativo n.º002/2016-PE)

Objeto: Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviço de manutenção preventiva, com o fornecimento e substituição de peças de impressora, com recarga e troca de toner, cilindro, cartucho e chip de impressoras para atender as necessidades do Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região.

Empresas:

Lista de Fornecedores	CNPJ
VITORIA CARTUCHOS LTDA - ME	08.176.376/0001-63
OCTAPRINT SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME	27.078.752/0001-21
MS COMPATIVEL LTDA - ME	05.302.414/0001-99
R R DE OLIVEIRA - SUPRIMENTOS - ME	20.930.066/0001-98
OCTAPRINT SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME	27.078.752/0001-21

2. Renovação do Contrato 001/2011 - Processo n.º 007/2014 - Carta Convite

Objeto: Prestação de serviços continuados de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis e de copeiragem para atender as necessidades do CRP16.

Empresa: Servinorte Serviços Ltda EPP, CNPJ: 06.964.242/0001-81

Valor Anual: R\$ 28.257,60

3. Renovação do Contrato 001/2012 – Processo n.º 001/2011 - Tomada de preço

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Assessoria de Comunicação.

Empresa: Nova Pauta Comunicação S/S Ltda, CNPJ: 08.215.987/0001-73

Valor Anual: R\$ 54.865,76

4. Renovação do Contrato 004/2016 – Inexibilidade

Objeto: Prestação de Serviços e Suporte e manutenção dos sistemas SIALM.NET, SISPAT.NET, SISCONT.NET e SISCAF e aquisição de licenças referentes ao sistemas SIALM.NET e do SISPAT.NET.

Empresa: Implanta Informática LTDA, CNPJ: 37.994.043/0001-40

Valor Anual: R\$ 39.318,46

5. Renovação do Contrato 006/2016 – Processo nº 001/2014 - Carta Convite

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e suporte preventivo e corretivos de microcomputadores.

Empresa: Orion Comercio e Informatica LTDA, CNPJ: 03.963.421/0001-06

Valor Anual: R\$ 18.434,88

Durante o ano 2017 foram feitas setenta e uma ordens de compra direta:

Processo nº 001/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: aquisição de uma fragmentadora de papel, dois headsets e 3 telefones sem fio.

Empresa: Atacado São Paulo LTDA

CNPJ: 28.410.074/0001-15

Valor: R\$ 2.725,19

Processo nº 002/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: aquisição de material de limpeza.

Empresa: Difartil Comercio EIRELI

CNPJ: 05.015.098/0001-74

Valor: R\$ 436,57

Processo nº 003/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: serviço de medicina e segurança do trabalho (ASO, PPRA, PCMSO, PPP e laudos técnicos).

Empresa: Max Prev Medicina Ocupacional LTDA

CNPJ: 07.827.989/0001-50

Valor: R\$ 748,00

Processos nº 004/2017 e 005/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: aquisição de um access point e um computador.

Empresa: R2 Tecnologia LTDA

CNPJ: 07.173.854/0001-19

Valor: R\$ 1.690,00

Obs: Mesmo empenho para os dois processos.

Processo nº 006/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: serviço de troca de segredo de chaves.

Empresa: copiadora caldeira LTDA

CNPJ: 21.802.778/0001-94

Valor: 169,50

Processo nº 007/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: aquisição de um disco rígido.

Empresa: R2 Tecnologia LTDA

CNPJ: 07.173.854/0001-19

Valor: R\$ 275,00

Processo nº 008/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: serviço de locação de 30 cadeiras.

Processo cancelado.

Processo nº 009/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: serviço de locação de 50 cadeiras.

Empresa: Edilene Araújo de Almeida Peixoto – Acesso Telões e Áudio.

CNPJ: 15.239.250/0001-56

Valor: R\$ 90,00

Processo nº 010/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: aquisição de nobreak APC1500VA BACK UPS

Empresa: União Info LTDA ME

CNPJ: 20.837.281/0001-49

Valor: R\$ 770,00

Processo nº 011/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: aquisição de 5000 folhas de papel A4 timbradas, 2000 folders e 1000 códigos de ética impressos.

Empresa: GM Gráfica e Editora LTDA - ME

CNPJ: 01.671.561/0001-85

Valor: R\$ 2.169,60

Processo nº 012/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: serviço de locação de 50 cadeiras.

Empresa: Edilene Araújo de Almeida Peixoto – Acesso Telões e Áudio.

CNPJ: 15.239.250/0001-56

Valor: R\$ 65,00

Processo nº 013/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: aquisição de camisas.

Empresa: Fabiano Paulino Alves ME

CNPJ: 08.474.335/0001-53

Valor: R\$ 577,50

Processo nº 014/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: aquisição de faixa publicitária.

Empresa: Print Espaço Serviços Gráficos LTDA - ME

CNPJ: 18.022.726/0001-90

Valor: R\$ 212,80

Processo nº 015/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: serviço de troca de segredo em fechadura.

Empresa: copiadora caldeira LTDA

CNPJ: 21.802.778/0001-94

Valor: R\$ 102,70

Processo n° 016/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: serviço de assinatura digital anual.

Empresa: A Gazeta S/A

CNPJ: 28.133.619/0001-93

Valor: R\$ 190,80

Processo n° 017/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: aquisição de produtos de limpeza e alimentícios.

Empresa: Vila Vitória Mercantil do Brasil LTDA

CNPJ: 14.024.944/0001-03

Valor: R\$ 40,48

Processo n° 018/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: aquisição de duas lousas de vidro.

Empresa: Vidralla Vidraçaria LTDA - ME

CNPJ: 22.265.183/0001-00

Valor: R\$ 670,00

Processo n° 019/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: aquisição de filtro de água.

Empresa: Atlantis Comércio de Eletroeletrônicos LTDA - ME

CNPJ: 01.399.954/0001-81

Valor: R\$ 148,00

Processo n° 020/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: serviço de manutenção de extintores.

Empresa: Orion Industrial e Salvatagem LTDA

CNPJ: 01.533.259/0001-60

Valor: R\$ 164,70

Processo n° 021/2017 – Dispensa de Licitação

Objeto: aquisição de fonte de alimentação ATX 230W

Empresa: Orion Comércio e Informática.

CNPJ: 03.963.421/0001-06

Valor: R\$ 49,00

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

O CRP-16 busca seguir todas as determinações e recomendações exaradas em acórdãos do Tribunal de Contas da União que se aplicam a sua rotina administrativa, financeira e contábil. Todavia, a entidade não dispõe de unidade de Controladoria Interna. Como tratado no subitem “**Aferição do desempenho da entidade**”, é a Comissão de Prestação de Contas, instituída mediante as Portarias de nº 23/2017, que analisa sistematicamente as contas da instituição e emite parecer, em caso de dúvidas. Suas ações asseguram certo padrão de controle que vai além dos ordenadores, não configurando, entretanto, uma Auditoria Interna.

Auditoria

Como parte do Sistema Conselhos de Psicologia, anualmente o CFP realiza auditoria independente em todos os Conselhos Regionais, com o objetivo de verificar a legalidade dos procedimentos Administrativos, Financeiros e as demonstrações contábeis da autarquia.

Os apontamentos recomendados pela empresa contratada pelo CFP para a realização de auditoria independente são analisados por este Regional. Se passível de justificativa, a elucidação e a documentação para embasamento da mesma são encaminhados para a empresa de Auditoria e para o CFP. Se observada alguma necessidade de mudança nos procedimentos apontados pela Auditoria, estes deverão ser acatados pelo CRP16.

Até o momento não recebemos o cronograma estipulado para que a empresa contratada pelo CFP audite as rotinas administrativas, financeira e contábil do CRP16 referente ao exercício de 2017.

Portal da Transparência

O Portal da Transparência do Sistema Conselhos de Psicologia foi implementado para atender ao que apregoa a Lei ° 12.527/2011. Denominada Lei de Acesso à Informação (LAI), esta lei é regulamentada pelo Decreto nº 7724/2012, que, por sua vez, normatiza os artigos 5º e 37 da Constituição Federal.

Com a função de agir como via de acesso às informações, o Portal da Transparência do CRP-16 publiciza documentos da autarquia, com exceção apenas de documentos oficialmente declarados como sigilosos.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

As Tabelas 15 e 16, apresentadas abaixo, informam a situação do cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas inscritas no CRP-16 em 31 de dezembro de 2017.

TABELA 15 – PESSOA FÍSICA

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Inscritos (Principal, Provisória, Secundário e Estrangeiro) até 31/12/2017.	5937
Inscritos Ativos (Principal, Provisória, Secundário e Estrangeiro) até 31/12/2017.	4782
Inscritos (Principal e Provisória) até 31/12/2017.	5723
Inscritos Ativos (Principal e Provisória) até 31/12/2017.	4629
Inscritos (Secundário e Estrangeiro) até 31/12/2017.	214
Inscritos Ativos (Secundário e Estrangeiro) Até 31/12/2017.	151
Inscrições Realizadas (Principal, Provisória, Secundário e Estrangeiro) no período 01/01/2017 – 31/12/2017.	380
Inscrições Realizadas (Principal e Provisória) no período 01/01/2017 – 31/12/2017.	367
Inscrições Realizadas (Secundário e Estrangeiro) no período 01/01/2017 – 31/12/2017.	13
Isentos (maiores de 65 anos) até 31/12/2017	137
Isentos (maiores de 65 anos) de 01/01/2017 - 31/12/2017.	02
Cancelamentos Inscrição (Principal e Provisória) até 31/12/2017.	755
Cancelamentos Inscrição (Principal e Provisória) 01/01/2017 - 31/12/2017.	94
Cancelamentos Inscrição (Secundária) até 31/12/2017.	116
Cancelamentos Inscrição (Secundária) 31/01/2017 - 31/12/2017.	01

TABELA 16 – PESSOA JURÍDICA

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Inscritas até 31/12/2017.	836
Inscritas ativas até 31/12/2017.	352
Inscritas ativas isentas até 31/12/2017.	131
Inscritas 01/01/2017 – 31/12/2017	57
Inscritas ativas 01/01/2017 – 31/12/2017.	41
Inscritas ativas isentas 01/01/2017 – 31/12/2017.	16
Cancelamentos até 31/12/2017.	333
Cancelamentos a pedido até 31/12/2017.	231
Cancelamentos por ordem até 31/12/2017.	102
Cancelamentos 01/01/2017 – 31/12/2017.	13

Cancelamentos a pedido 01/01/2017 – 31/12/2017.	13
Cancelamentos por ordem 01/01/2017 – 31/12/2017.	0

Dívida Ativa Executiva

Em 2017 foi ajuizada 01 (uma) execução fiscal no montante de R\$ 3.434,35 (três mil quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta e cinco centavos - valor da CDA). O processo encontra-se em fase de bloqueio judicial via BACEN-JUD desde 28/04/2018.

Vitória/ES, 31 de dezembro de 2017.

DIEMERSON SAQUETTO

Conselheiro - Presidente

Gestão 2016-2019

Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região-ES

SHARLA PROVIETI BITENCOURT

Conselheira - Tesoureira

Gestão 2016-2019

Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região-ES